

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO E SOCIEDADE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SÃO CARLOS

ADRIANA MARGARIDA DE JESUS BISCEGLI

AGENDA AMBIENTAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
(A3P): estudo da gestão ambiental no IFSP, baseado
nas diretrizes estabelecidas pela A3P

SÃO CARLOS-SP
2025

ADRIANA MARGARIDA DE JESUS BISCEGLI

AGENDA AMBIENTAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P): estudo da gestão ambiental no IFSP, baseado nas diretrizes estabelecidas pela A3P

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração e Sociedade da Universidade Federal de São Carlos, para obtenção do título de mestre em Administração e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Azevedo Fonseca

São Carlos-SP
2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Administração e Sociedade

Folha de aprovação

Defesa de Mestrado da candidata Adriana Margarida de Jesus Biscegli, realizada em 27/08/2025.¹

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Sérgio Azevedo Fonseca (UFSCar)

Prof. Dr. Joelson Gonçalves de Carvalho (UFSCar)

Prof. Dr. Roberto Ramon Mendonça (IFSP)

¹ O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós Graduação em Administração e Sociedade.

Dedico este trabalho, primeiramente, a Deus, fonte de força, sabedoria e coragem em todos os momentos desta caminhada. Ao meu esposo Murillo, pelo amor, paciência e incentivo constante, que me sustentaram nos dias de cansaço e me alegraram nas conquistas. Aos meus filhos, Vinícius e Lívia, os meus amores incondicionais, pelos sorrisos e abraços calorosos que me motivam a seguir todos os dias. E, ao meu eterno amor e minha maior saudade, à minha mãe Leonice (in memoriam), que, mesmo ausente fisicamente, continua presente em cada gesto, em cada conquista e em cada pensamento. A sua lembrança é a luz que guia os meus passos e o exemplo que me inspira todos os dias.

AGRADECIMENTO

Agradeço, primeiramente, ao Prof. Dr. Sérgio Azevedo Fonseca, pela paciência e pelas valiosas contribuições ao longo desta jornada. Aos membros da Banca Examinadora, Prof. Dr. Joelson Gonçalves de Carvalho e Prof. Dr. Roberto Ramon Mendonça, registro a minha gratidão pelas importantes observações e sugestões que enriqueceram significativamente esta pesquisa.

Estendo os meus agradecimentos a todos os professores e à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Administração e Sociedade, pelo apoio, pelo comprometimento e pela excelência na condução das atividades acadêmicas, que tanto contribuíram para a consolidação deste percurso formativo.

Agradeço às minhas irmãs e aos amigos, pela torcida, pelo apoio constante e pelas palavras de incentivo que me motivaram a seguir firme em cada etapa desta caminhada.

RESUMO

A busca pela sustentabilidade tornou-se uma condição essencial para a preservação da vida. As mudanças climáticas e os desastres naturais têm evidenciado, cada vez mais, a urgência de equilibrar desenvolvimento e conservação ambiental, o que tem levado o governo brasileiro a ampliar seu aparato legal e investir em programas voltados à conscientização e à mitigação de impactos adversos. A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) é um programa criado pelo Ministério do Meio Ambiente, que objetiva estimular os órgãos públicos do país a implementarem práticas de sustentabilidade. Considerando a importância das Instituições de Ensino Superior (IES) na produção e disseminação do conhecimento, bem como sua influência social, esta pesquisa tem por objetivo investigar a temática da gestão ambiental nos campi do Instituto Federal de São Paulo (IFSP), realizando uma análise das ações sustentáveis implementadas nos diferentes campi da instituição a partir dos eixos que compõem a A3P. A pesquisa é classificada como exploratória e descritiva, com abordagem quantitativa, delineada como survey, de natureza aplicada. A coleta de dados foi realizada por meio de aplicação de questionário e complementada por pesquisa documental e levantamento de informações nos sites dos campi do IFSP. Os resultados da pesquisa indicam que os campi do IFSP, que participaram da pesquisa, cumprem parcialmente as diretrizes propostas pela A3P. Contudo, alguns desafios precisam ser enfrentados, principalmente no que se refere à consolidação e sensibilização das comissões de sustentabilidade além da adoção, nos diferentes campi da instituição, das ações e eventos de boas práticas ambientais propostas pelo Plano de Sustentabilidade do IFSP.

Palavras-chave: Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P). Sustentabilidade. Gestão Ambiental. Instituições de Ensino Superior (IES). Instituto Federal de São Paulo (IFSP).

ABSTRACT

The search for sustainability has become an essential condition for the preservation of life. Climate change and natural disasters have increasingly highlighted the urgency of balancing development and environmental conservation, which has led the Brazilian government to expand its legal framework and invest in programs aimed at raising awareness and mitigating adverse impacts. The Environmental Agenda in Public Administration (A3P) is a program created by the Ministry of the Environment, which aims to encourage public agencies in the country to implement sustainability practices. Considering the importance of Higher Education Institutions (HEIs) in the production and dissemination of knowledge, as well as their social influence, this research aims to investigate the theme of environmental management on the campuses of the Federal Institute of São Paulo (IFSP), conducting an analysis of the sustainable actions implemented on the different campuses of the institution based on the axes that make up the Environmental Agenda in Public Administration (A3P). The research is classified as exploratory and descriptive, with a quantitative approach, outlined as a survey, of an applied nature. Data collection was conducted through the application of a questionnaire and supplemented by documentary research and the gathering of information from the IFSP campuses' websites. The research results indicate that the IFSP campuses that participated in the study partially comply with the guidelines proposed by the Environmental Agenda in Public Administration. However, some challenges need to be faced, especially regarding the consolidation and awareness of sustainability committees, as well as the adoption, in the different campuses of the institution, of the actions and events of good environmental practices proposed by the IFSP Sustainability Plan.

Keyword: Environmental Agenda of Public Administration (A3P). Sustainability. Environmental Management. Higher Education Institutions (IES). Federal Institute of São Paulo (IFSP).

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Pergunta 01 - Eixo 1 da A3P	55
Gráfico 2 - Pergunta 02 - Eixo 1 da A3P	55
Gráfico 3 - Pergunta 03 - Eixo 1 da A3P	56
Gráfico 4 - Pergunta 04 - Eixo 1 da A3P	56
Gráfico 5 - Pergunta 05 - Eixo 1 da A3P	56
Gráfico 6 - Pergunta 06 - Eixo 1 da A3P	57
Gráfico 7 - Pergunta 01 - Eixo 2 da A3P	59
Gráfico 8 - Pergunta 02 - Eixo 2 da A3P	59
Gráfico 9 - Pergunta 03 - Eixo 2 da A3P	60
Gráfico 10 - Pergunta 04 - Eixo 2 da A3P	60
Gráfico 11 - Pergunta 01 - Eixo 3 da A3P	62
Gráfico 12 - Pergunta 02 - Eixo 3 da A3P	63
Gráfico 13 - Pergunta 03 - Eixo 3 da A3P	63
Gráfico 14 - Pergunta 04 - Eixo 3 da A3P	63
Gráfico 15 - Pergunta 05 - Eixo 3 da A3P	64
Gráfico 16 - Pergunta 06 - Eixo 3 da A3P	64
Gráfico 17 - Pergunta 07 - Eixo 3 da A3P	64
Gráfico 18 - Pergunta 08 - Eixo 3 da A3P	65
Gráfico 19 - Pergunta 09 - Eixo 3 da A3P	65
Gráfico 20 - Pergunta 10 - Eixo 3 da A3P	65
Gráfico 21 - Pergunta 11 - Eixo 3 da A3P	66
Gráfico 22 - Pergunta 12 - Eixo 3 da A3P	66
Gráfico 23 - Pergunta 13 - Eixo 3 da A3P	66
Gráfico 24 - Pergunta 14 - Eixo 3 da A3P	67
Gráfico 25 - Pergunta 15 - Eixo 3 da A3P	67
Gráfico 26 - Pergunta 16 - Eixo 3 da A3P	67

Gráfico 27 - Pergunta 01 - Eixo 4 da A3P	70
Gráfico 28 - Pergunta 02 - Eixo 4 da A3P	71
Gráfico 29 - Pergunta 03 - Eixo 4 da A3P	71
Gráfico 30 - Pergunta 04 - Eixo 4 da A3P	71
Gráfico 31 - Pergunta 05 - Eixo 4 da A3P	72
Gráfico 32 - Pergunta 06 - Eixo 4 da A3P	72
Gráfico 33 - Pergunta 07 - Eixo 4 da A3P	72
Gráfico 34 - Pergunta 08 - Eixo 4 da A3P	73
Gráfico 35 - Pergunta 01 - Eixo 5 da A3P	75
Gráfico 36 - Pergunta 02 - Eixo 5 da A3P	75
Gráfico 37 - Pergunta 03 - Eixo 5 da A3P	75
Gráfico 38 - Pergunta 04 - Eixo 5 da A3P	76
Gráfico 39 - Pergunta 05 - Eixo 5 da A3P	76
Gráfico 40 - Pergunta 06 - Eixo 5 da A3P	76
Gráfico 41 - Pergunta 07 - Eixo 5 da A3P	77
Gráfico 42 - Pergunta 08 - Eixo 5 da A3P	77
Gráfico 43 - Pergunta 09 - Eixo 5 da A3P	77
Gráfico 44 - Pergunta 10 - Eixo 5 da A3P	78
Gráfico 45 - Pergunta 11 - Eixo 5 da A3P	78
Gráfico 46 - Pergunta 12 - Eixo 5 da A3P	78
Gráfico 47 - Pergunta 13 - Eixo 5 da A3P	79
Gráfico 48 - Comparação entre os Eixos	83
Quadro 1 - Legislações Ambientais Vigentes	32
Quadro 2 - Pesquisas Similares	40
Quadro 3 - Eixos Temáticos da Agenda Ambiental na Administração Pública	44
Quadro 4 - Passo a Passo para Adesão à Agenda Ambiental da Administração Pública	84
Quadro 5 - Ações de Sustentabilidade realizadas nos campi do IFSP	88

Quadro 6 - Apresentação do Diagnóstico	89
Quadro 7- Plano de Ações e Metas do PLS do IFSP	91

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Uso racional dos recursos naturais e bens público	54
Tabela 2 - Uso racional dos recursos naturais e bens público	58
Tabela 3 - Qualidade de vida no ambiente de trabalho	61
Tabela 4 - Sensibilização e Capacitação dos Servidores	70
Tabela 5 - Compras Públicas Sustentáveis	74
Tabela 6 - Sustentabilidade em Projetos de Engenharia de Novas Edificações no IFSP	80

LISTA DE SIGLAS

A3P	Agenda Ambiental da Administração Pública
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEFET-RJ	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - RJ
CDI	Coordenadoria de Apoio à Direção
CIPA	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Assédio
CMMAD	Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
DETQ	Diretoria de Extensão Tecnológica e Qualificação Profissional
DIE	Diretoria de Infraestrutura e Expansão
e-JIS	Jogos Eletrônicos de Integração
EPI	Equipamento de Proteção Individual
EPT	Educação Profissional Tecnológica
ESG	(Sigla não expandida no texto original)
FURB	Universidade Regional de Blumenau
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IFAM	Instituto Federal do Amazonas
IFB	Instituto Federal de Brasília
IFCE	Instituto Federal do Ceará
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
IFG	Instituto Federal Goiano
IFPI	Instituto Federal do Piauí
IFRJ	Instituto Federal do Rio de Janeiro
IFRN	Instituto Federal do Rio Grande do Norte
IFSC	Instituto Federal de Santa Catarina
IFSP	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
IFSULDEMINAS	Instituto Federal do Sul de Minas Gerais

IFTM	Instituto Federal do Triângulo Mineiro
IES	Instituições de Ensino Superior
JIS	Jogos de Integração dos Servidores
MEC	Ministério da Educação
MMA	Ministério do Meio Ambiente
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONG	Organização não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PGRS	Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos
PGS	Plano de Gestão Socioambiental
PLS	Plano de Logística Sustentável
PNB	Produto Nacional Bruto
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PRA	Pró-Reitoria de Administração
PRD	Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional
PRE	Pró-Reitoria de Ensino
SGA	Sistema de Gestão Ambiental
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
SUAP	Sistema Unificado da Administração Pública
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFCA	Universidade Federal do Cariri
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFCSPA	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo

UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFLA	Universidade Federal de Lavras
UFMS	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UFTPR	Universidade Federal do Paraná
UNB	Universidade de Brasília
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
UNIVASF	Universidade Federal do Vale do São Francisco
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	REVISÃO DE LITERATURA	21
2.1	GESTÃO AMBIENTAL	21
2.2	GESTÃO AMBIENTAL NO SETOR PÚBLICO	31
2.3	GESTÃO AMBIENTAL NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES)	34
2.3.1	Pesquisas Similares	35
2.4	AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P)	43
3	METODOLOGIA	48
3.1	ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO	48
3.2	DELINEAMENTO DAS UNIDADES DE ANÁLISE - IFSP	50
3.3	TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS	50
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	53
4.1	USO RACIONAL DOS RECURSOS NATURAIS E BENS PÚBLICOS	54
4.2	EIXO 2 – GESTÃO ADEQUADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS	58
4.3	EIXO 3 – QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO	61
4.4	EIXO 4 – SENSIBILIZAÇÃO DE CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES	70
4.5	EIXO 5 – COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS	74
4.6	EIXO 6 – CONSTRUÇÕES SUSTENTÁVEIS	80
5	PRODUTO TÉCNICO	88
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
	REFERÊNCIAS	96

1 INTRODUÇÃO

O crescimento no consumo de recursos naturais, ultrapassando a capacidade de regeneração do meio ambiente, representa uma ameaça à sobrevivência das futuras gerações. Por esta razão, governos, comunidade científica e sociedade se empenham na busca de soluções que promovam o desenvolvimento sustentável do planeta (Lúcio, 2022).

Segundo Gutierrez (2019) a relevância do governo e das entidades públicas como impulsionadores da cultura ecologicamente sustentável é crucial, não apenas por ocuparem uma posição proeminente na sociedade, mas também por carregarem a responsabilidade socioambiental inerente às suas funções. Ao liderarem iniciativas e políticas voltadas para a sustentabilidade, esses órgãos públicos não apenas moldam as atitudes e comportamentos da população, mas também estabelecem um exemplo tangível a ser seguido.

Desde a gestão de recursos naturais até a implementação de práticas de conservação, cada ação realizada pelos agentes públicos contribui para a construção de uma cultura que valoriza e promove a sustentabilidade. Essa orientação não apenas protege o meio ambiente, mas também influencia positivamente o tecido social, incentivando uma mentalidade voltada para o equilíbrio entre as necessidades humanas e a preservação do planeta.

Nesse contexto, como lembram Kruger *et al.* (2011), o Ministério do Meio Ambiente - MMA criou, em 1999, a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), com o intuito de fomentar práticas sustentáveis entre os órgãos governamentais. Essa iniciativa é de adesão voluntária por parte dos gestores públicos, os quais são incentivados a incorporar os princípios de gestão ambiental em suas operações diárias, como uma maneira de conscientizá-los sobre as questões ambientais.

De acordo com Brasil (2024a), a A3P é um programa de adesão voluntária para os órgãos públicos, entre os quais se encontram as Instituições de Ensino Públicas, que devem adotar critérios ambientais em suas atividades, sejam elas de investimento, de compras e ou de contratação de serviços, como na gestão adequada dos resíduos gerados e visando promover a melhoria da qualidade de

vida no ambiente de trabalho.

As Instituições de Ensino Superior (IES), tanto no Brasil quanto no mundo, são vistas como modelos para outras organizações e são chamadas a participar da construção de um novo conceito de gestão, fundamentado na sustentabilidade. Na percepção de Viegas *et al.* (2015), os grupos sociais que utilizam os serviços oferecidos pelas IES esperam que essas instituições, devido ao seu capital intelectual e a sua função de promover ensino, pesquisa e extensão, possam liderar os processos de adoção de novos valores, princípios e modelos de funcionamento.

Embora a participação no programa da A3P não seja obrigatória, o MMA o recomenda devido à relevância das questões envolvidas, como o uso racional de recursos naturais e bens públicos, a gestão adequada dos resíduos, a melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho, a implementação de licitações sustentáveis e a promoção de sensibilização e capacitação.

Atualmente, para Zeitoune *et al.* (2019), há um consenso sobre a importância de integrar os princípios e critérios sustentáveis nos campi universitários. Os autores lembram ainda que, conquanto haja esse consenso, os administradores das IES ainda não demonstram total alinhamento com os princípios da sustentabilidade.

Compreendendo a relevância social das IES e seu papel na promoção e disseminação do conhecimento, conforme destacado pelos autores mencionados anteriormente, esta pesquisa buscará identificar as ações ambientais praticadas pelos campi do Instituto Federal de São Paulo - IFSP. Os Institutos Federais estão distribuídos por todos os estados do Brasil. Em 2005, o Ministério da Educação lançou o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, com o objetivo de aumentar a presença dessas instituições em todo o país. Essa expansão trouxe a necessidade de desenvolver um novo modelo de educação profissional e tecnológica. Como consequência, a Lei 11.892 (Brasil, 2008), estabeleceu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Em 2005, a rede federal era composta por 144 unidades, incluindo centros de educação tecnológica com suas unidades de ensino descentralizadas, uma universidade tecnológica com seus campi, escolas agrotécnicas e escolas técnicas

ligadas a universidades federais, além do Colégio Pedro II, localizado no Rio de Janeiro.

Em 2024, a rede federal passou a contar com 685 unidades, distribuídas entre 38 Institutos Federais, 2 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 22 escolas técnicas vinculadas a universidades federais e o Colégio Pedro II. Ao todo, são 1,6 milhão de matrículas e 76,8 mil professores e técnicos (Brasil, 2024b).

Os institutos federais têm, entre seus propósitos, promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente (Brasil, 2008). Segundo Silva (2009, p. 8) “O foco dos institutos federais é a promoção da justiça social, da equidade, do desenvolvimento sustentável com vistas à inclusão social, bem como a busca de soluções técnicas e geração de novas tecnologias”.

No Estado de São Paulo, existe um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, composto por uma reitoria e 37 campi em funcionamento, de um total de 41 campi autorizados a funcionar, espalhados pelo Estado (IFSP, 2024).

Dada a ampla presença territorial do IFSP no Estado e seu significativo impacto social decorrente do grande número de campi, esta pesquisa tem o objetivo de realizar um diagnóstico para identificação das práticas sustentáveis adotadas nos campi da instituição, tendo por base as diretrizes estabelecidas no Programa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P).

Em diálogo e consonância com esse objetivo, buscar-se-á responder à seguinte questão de pesquisa: quais as diretrizes do Programa da Agenda Ambiental da Administração Pública - A3P, foram implementadas nos campi do IFSP até 2024?

A busca de respostas à questão conduzirá a pesquisa a uma abordagem sobre a existência de práticas de gestão ambiental adotadas pelos campi da instituição, tendo como referência o modelo de gestão do Programa A3P sob a ótica do estudo de Luiz *et al.* (2013).

O objetivo geral da pesquisa é analisar a gestão ambiental nos campi do IFSP com base nas diretrizes estabelecidas pela A3P.

Os objetivos específicos são:

a) mapear as práticas de gestão ambiental já implementadas nos campi do IFSP;

b) avaliar sua conformidade com as diretrizes estabelecidas pela A3P;

c) realizar um diagnóstico sobre a gestão ambiental nos campi, com o objetivo de auxiliar a instituição em uma possível adesão formal ao Programa A3P.

Esse diagnóstico oferecerá uma visão da gestão ambiental na instituição, permitindo o direcionamento de ações para a implementação de práticas sustentáveis ainda não adotadas e o aprimoramento das práticas existentes. Esse diagnóstico, com base nas diretrizes da A3P, constituirá o Produto Técnico desta pesquisa.

O crescente reconhecimento das questões ambientais e a necessidade urgente de práticas sustentáveis em diversos setores da sociedade tornam o estudo particularmente pertinente. Em um momento em que a sustentabilidade é crucial para enfrentar desafios globais como as mudanças climáticas e a degradação ambiental, compreender e analisar as práticas e políticas relacionadas a esta questão é essencial para promover um desenvolvimento mais sustentável. Portanto, a pesquisa se insere no contexto atual e contribui para o entendimento e aprimoramento das estratégias institucionais voltadas para a sustentabilidade.

Ademais, o levantamento de pesquisas similares a esta não identificou estudos abordando essa temática no Instituto Federal de São Paulo (IFSP).

Amorim e Ribeiro (2023) publicaram um artigo intitulado Implementação das Políticas Ambientais nos Institutos Federais de Ensino: um estudo sobre PGRS, A3P e PLS. No artigo, os autores relatam a ausência de informações formais do Instituto Federal de São Paulo - IFSP e a falta de publicações no site institucional sobre o Plano de Logística Sustentável (PLS), o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) e a participação na Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P).

Quanto à metodologia, a pesquisa em questão é classificada como exploratória e descritiva, com uma abordagem quantitativa. Quanto à sua natureza, trata-se de uma pesquisa aplicada. No que diz respeito aos procedimentos adotados para a coleta de dados, a pesquisa é caracterizada como documental e de

levantamento (survey), delineada como estudo de caso múltiplo, no caso os campi do IFSP. Para a coleta de dados, serão aplicados questionários estruturados.

Esta dissertação está organizada em seis seções, incluindo esta introdutória. A segunda seção contempla a revisão de literatura que fundamenta o estudo, iniciando com uma contextualização sobre a gestão ambiental em âmbito global, com base nas principais conferências ambientais. Em seguida, são abordadas a gestão ambiental na administração pública brasileira, nas Instituições de Ensino Superior (IES) e, por fim, a Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P). A terceira seção descreve os procedimentos metodológicos adotados. A quarta apresenta e analisa os resultados da pesquisa. A quinta seção expõe um diagnóstico da gestão ambiental nos campi, fundamentado nas informações obtidas por meio da aplicação de questionários, evidenciando-se determinadas ações classificadas como críticas em razão de sua não execução. Por fim, a última seção é dedicada às considerações finais.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Esta seção organiza-se em quatro subseções. Inicialmente, discute-se a Gestão Ambiental em escala global, com o objetivo de contextualizar a temática no cenário internacional. Em seguida, aborda-se a Gestão Ambiental no âmbito da Administração Pública, destacando suas diretrizes e implicações institucionais. A terceira parte trata da Gestão Ambiental nas IES, enfatizando o papel dessas instituições na promoção da sustentabilidade e apresentando pesquisas similares a esta realizadas em IES. Por fim, apresenta-se o Programa A3P, evidenciando sua relevância como política pública voltada à implementação de práticas sustentáveis no setor público.

2.1 GESTÃO AMBIENTAL

Após a Segunda Guerra Mundial, a era nuclear trouxe à tona temores de uma nova forma de poluição, por radiação. O movimento ambientalista recebeu um novo impulso em 1962, com a publicação do livro "A Primavera Silenciosa", de Rachel Carson, que alertou sobre os perigos do uso de pesticidas químicos sintéticos na agricultura (ONU, 2024).

Segundo Rocha *et al.* (2016) nos anos 60, com o crescente despertar da opinião pública global para a questão da degradação ambiental, e com a realização da primeira conferência mundial sobre meio ambiente em Estocolmo, em 1972 (Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano), emerge o conceito de desenvolvimento sustentável. Com o lema "Uma só Terra", a Conferência de Estocolmo contou com a participação de 113 países, além de organizações internacionais, tanto governamentais quanto não governamentais.

Segundo Dellagnezze (2022):

A Conferência de Estocolmo de 1972 teve como objetivo debater as consequências da degradação do meio ambiente como: discutir as mudanças climáticas e a qualidade da água, debater soluções para reduzir os desastres naturais; reduzir e encontrar soluções para a modificação da paisagem; elaborar as bases para o desenvolvimento sustentável; limitar a utilização de pesticidas na agricultura; reduzir a

quantidade de metais pesados lançados na natureza. O encontro também abordou as políticas de desenvolvimento humano e a busca de uma visão comum de preservação dos recursos naturais (Dellagnezze, 2022, p. 43).

A Conferência de Estocolmo evidenciou a complexa relação entre desenvolvimento e meio ambiente. No centro das divergências encontrava-se o desafio de conciliar o crescimento com a proteção dos ecossistemas. De um lado as nações industrializadas, historicamente responsáveis pela maior parte da degradação ambiental, defendiam a necessidade de desacelerar o crescimento industrial global como estratégia para conter os danos ambientais. Do outro, em contrapartida, os países em desenvolvimento argumentavam que a imposição de restrições ao seu progresso comprometeria significativamente os esforços voltados à melhoria das condições de vida de suas populações (Brasil, 1972).

Segundo Lima e Freitas (2023), no contexto da conferência surgiram três grupos com perspectivas distintas sobre a relação entre desenvolvimento e meio ambiente. O primeiro, de orientação conservacionista e composto majoritariamente por países desenvolvidos, defendia a conciliação entre crescimento econômico e preservação ambiental. O segundo, de caráter desenvolvimentista e formado por países emergentes ou em desenvolvimento, priorizava o progresso econômico, postergando as preocupações ambientais para um momento futuro. O terceiro grupo, denominado preservacionista — também identificado como “zerista” ou, pejorativamente, “neomalthusiana” — defendia o crescimento econômico nulo como forma de enfrentar os desafios ambientais.

Segundo Dias (2000) os representantes dos países em desenvolvimento acusam os países industrializados de querer limitar seus programas de desenvolvimento industrial, usando a desculpa da poluição como um meio de inibir a capacidade de competição dos países pobres.

Enquanto os países desenvolvidos pediam que o desenvolvimento ambiental destrutivo fosse impedido, o “Terceiro Mundo” aspirava pelo progresso econômico, mesmo que isso implicasse em poluição e degradação ambiental (Jeffries, 1997).

Para espanto do mundo, representantes do Brasil pedem poluição, dizendo que o país não se importaria de pagar o preço da

degradação ambiental desde que o resultado fosse o aumento do PNB (Produto Nacional Bruto). Um cartaz anuncia: “Bem-vindos à poluição, estamos abertos a ela. O Brasil é um país que não tem restrições. Temos várias cidades que receberiam de braços abertos a sua poluição, porque o que queremos são empregos, são dólares para o nosso desenvolvimento (Dias, 2000, p. 36).

A política brasileira durante os governos militares foi fortemente marcada por uma orientação desenvolvimentista, centrada na realização de grandes obras públicas de infraestrutura, preocupantes do ponto de vista ambiental. Destacam-se, nesse contexto, a construção da Rodovia Transamazônica e a instalação da usina nuclear em Angra dos Reis. Ainda nesse período, ocorreu o auge da poluição industrial na cidade de Cubatão, em São Paulo, que se tornou um dos maiores símbolos da degradação ambiental no país (Japiassu; Guerra, 2017).

No ano seguinte à Conferência de Estocolmo, Maurice Strong, secretário geral da conferência e um de seus organizadores, refletiu sobre as diferentes percepções em relação às questões ambientais entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Segundo Strong (1973), nos países industrializados, os problemas ambientais eram vistos como consequências de seu próprio processo de enriquecimento. Já em regiões como Ásia, África e América Latina, o meio ambiente era frequentemente percebido como uma preocupação distante da realidade das populações pobres. Para aqueles que enfrentam diariamente a fome e doenças causadas pela pobreza, os perigos da poluição dos oceanos ou da atmosfera parecem distantes e irrelevantes. Nessas circunstâncias, a fumaça das fábricas é associada a empregos, renda e acesso a bens essenciais.

Apesar das divergências, a conferência de Estocolmo é um marco histórico na luta pela preservação ambiental. A Declaração de Estocolmo representou o início da diplomacia ambiental global e influenciou profundamente a criação de leis, políticas e instituições ambientais em vários países, incluindo o Brasil. Ela também levou à criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

A Declaração de Estocolmo estabelece 26 princípios, dentre esses princípios destacam-se: a necessidade de conservar os recursos naturais em benefício das gerações presentes e futuras; a importância do desenvolvimento econômico e social como condição essencial para assegurar ao ser humano um ambiente saudável e

digno de trabalho, promovendo, assim, a melhoria da qualidade de vida no planeta. A Declaração também enfatiza a relevância da educação ambiental, direcionada tanto a jovens quanto a adultos, com atenção especial às populações em situação de vulnerabilidade. Além disso, reforça que as questões ambientais de alcance internacional devem ser tratadas com espírito de cooperação e equidade entre as nações. Por fim, destaca-se a urgência de eliminar os impactos provocados pelas armas nucleares e outros meios de destruição em massa, tanto sobre os seres humanos quanto sobre o meio ambiente (CRBio-07, 2022).

Em 2025, a Conferência de Estocolmo completou 53 anos, e o Manifesto Ambiental resultante desse encontro continua atual e relevante. As divergências presentes na conferência continuam a ser relevantes nos dias de hoje. A comunidade internacional ainda busca soluções para os desafios ambientais do século XXI, como as mudanças climáticas, a perda de biodiversidade e a poluição.

Em 1983, a ONU criou a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) com o propósito de reexaminar, em âmbito global, os principais desafios ambientais e de desenvolvimento, formular propostas factíveis para seu enfrentamento e promover um modelo de progresso humano fundamentado na sustentabilidade, assegurando a preservação dos recursos naturais para as futuras gerações (Dias, 2023).

A Comissão Brundtland, como ficou conhecida, publicou, em 1987, um estudo chamado “Nosso futuro comum”, mais conhecido como Relatório Brundtland. O Relatório Brundtland definiu o conceito e o termo “desenvolvimento sustentável”, como: “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades”. (CMMAD, 1991, p. 9). Esse relatório, ao defender o desenvolvimento para todos, buscava equilibrar as diferentes posições sobre a relação entre crescimento e desenvolvimento, procurando conciliar o desenvolvimento com a preservação do meio ambiente (Carneiro, 2018).

Apesar das inúmeras críticas direcionadas às propostas de desenvolvimento sustentável, é inegável que elas se consolidaram como fundamentos de um dos mais relevantes movimentos sociais contemporâneos. Tal consolidação teve como marco inicial a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e

Desenvolvimento (CNUMAD), realizada em 1992 no Rio de Janeiro, que impulsionou a institucionalização desse conceito (Barbieri *et al.*, 2010).

O conceito de desenvolvimento sustentável, apresentado pelo Relatório Brundtland e apoiado pelo PNUMA, ampliou os espaços de cooperação internacional para as negociações que levaram à realização da Rio 1992. A escolha do Brasil como país-sede do evento foi definida na Assembleia Geral da ONU, em 1989. Inserido em um cenário de redemocratização, o Brasil assumiu uma postura mais ativa frente às questões ambientais (Martins; Brando, 2023).

A Conferência, também conhecida como ECO-92 ou Cúpula da Terra, foi realizada no Rio de Janeiro exatamente 20 anos após a Conferência de Estocolmo. O evento reuniu líderes políticos, diplomatas, cientistas, representantes da mídia e organizações não governamentais (ONGs) de 179 países em um esforço conjunto voltado para discutir os impactos das atividades socioeconômicas humanas sobre o meio ambiente (ONU, 2024).

Segundo Vasconcellos (2015, p. 39) a primeira proposta de desenvolvimento sustentável como modelo econômico adequado ao equilíbrio ecológico se consolidou na Rio 92, já que:

A conferência também reconheceu que integrar e equilibrar as dimensões econômica, social e ambiental exigia novas percepções sobre a maneira como produzimos e consumimos, como vivemos e trabalhamos e como tomamos decisões. Esse conceito foi revolucionário para a época e desencadeou um debate acalorado dentro dos governos e entre governos e seus cidadãos sobre como garantir a sustentabilidade do desenvolvimento (ONU, 1992).

Em alinhamento com as deliberações da ECO-92, foram criadas, em 1992, as normas britânicas BS 7750 – *Specifications for Environmental Management Systems* (Especificações para Sistemas de Gestão Ambiental), que serviram de base para o desenvolvimento da série de normas ISO 14000, da *International Organization for Standardization* (ISO). Essa série representa uma importante Certificação Ambiental voltada a empresas que adotam padrões e práticas de excelência em gestão ambiental (Vasconcellos, 2015).

A busca por um sistema de gestão que alie o crescimento empresarial com a sustentabilidade tem sido uma preocupação atual. Nesse contexto, as organizações têm enfatizado a busca de uma gestão socioambiental, visando à melhoria de suas

imagens no ambiente em que estão inseridas (Souza *et al.*, 2017).

Barbieri *et al.* (2010) mostram também que

[...] a adesão das empresas ao desenvolvimento sustentável vem inicialmente de fora para dentro, como um meio de se contrapor às críticas e objeções ao papel das empresas feitas por incontáveis entidades governamentais e da sociedade civil organizada, responsabilizando-as pelos processos de degradação social e ambiental que atingiam todo o planeta. Só recentemente a adesão das empresas passou a ser induzida por fatores de natureza empresarial ou, dito de outra forma, fazer parte desse movimento passou a ser um fator de competitividade, seja como fonte de diferenciação, seja como fonte de qualificação para continuar no mercado (Barbieri *et al.*, 2010, p. 147).

Nesse contexto, as indústrias, anteriormente apontadas como principais responsáveis pela degradação ambiental, passaram a responder a diversas demandas da sociedade. Ao incorporarem novos objetivos e adotarem práticas sustentáveis por meio dos Sistemas de Gestão Ambiental, passaram a associar a responsabilidade socioambiental à qualidade e à competitividade de seus produtos (Vasconcellos, 2015).

Um dos principais resultados da Conferência da CNUMAD foi a Agenda 21, um ambicioso plano de ação que propõe novas estratégias de investimento voltadas para a construção de um futuro pautado no desenvolvimento sustentável ao longo do século XXI. Suas recomendações abrangem desde novas abordagens educacionais até formas inovadoras de preservação dos recursos naturais e de participação em uma economia sustentável.

Dez anos após a Rio 92, foi realizada, em 2002, a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, em Joanesburgo, na África do Sul. A conferência teve como meta central avaliar a implementação da Agenda XXI, além de avaliar os compromissos assumidos pelos governos durante a conferência do Rio, além de servir como um fórum apropriado para discutir metas e prazos para a implementação dos acordos que ainda não haviam sido cumpridos (Sequinel, 2002).

No entanto, o evento ficou marcado pela acirrada disputa de interesses econômicos corporativos e pelo boicote de algumas nações envolvidas às discussões sobre alternativas de energia limpa em substituição ao petróleo, o que

acabou colocando o debate sobre sustentabilidade em segundo plano (BOFF, 2017).

De acordo com Sequinel (2002):

[...] Algumas propostas importantes não encontraram ressonância nas reuniões de grupos e plenárias do Centro de Convenções de Sandton, onde aconteceram as principais negociações da Rio+10. Blocos de países defenderam de forma intransigente seus interesses, como o Juscanz (Japão, Estados Unidos, Canadá, Austrália e Nova Zelândia), que sob a liderança dos norte-americanos e com o apoio incondicional dos países árabes, grandes produtores de petróleo boicotou, entre outras, as propostas do Brasil e da União Européia sobre energia (Sequinel, 2002, p.13).

A unanimidade política alcançada na Conferência do Rio sobre o conceito de desenvolvimento sustentável parecia ter estabelecido uma base robusta para a implementação das recomendações da Agenda 21. Evidentemente, houve progressos notáveis nas áreas de ciência, tecnologia e participação do setor privado, enquanto na maioria das nações, a legislação ambiental se fortaleceu e a informação e a participação da sociedade civil se intensificaram (Lago, 2007).

Para Lago (2007, p. 87) “apesar de todo o arcabouço jurídico negociado no âmbito das Nações Unidas a dificuldade da implementação de compromissos era inegável”.

Em consonância com a afirmativa de Lago, a autora Sequinel (2002, p. 14) ressalta que “a Rio+10 se constituiu indubitavelmente em um reflexo do agravamento da situação do planeta diagnosticada na Rio-92, já que pouco se conseguiu avançar em termos de tornar a Agenda 21 exequível”.

Para melhor compreensão das dificuldades de negociação enfrentadas em Joanesburgo, é fundamental examinar o cenário geopolítico mundial em que o evento ocorreu. A década seguinte à Conferência do Rio representou o maior período de crescimento econômico da história, impulsionado pelo fim da Guerra Fria, pela gradual abertura da China ao modelo capitalista e pela intensificação do processo de globalização (Lago, 2007).

No entanto, para Sequinel (2002):

Se não foram atingidos plenamente os objetivos propostos pelas

Nações Unidas, pelos muitos países participantes e pelas ONGs que efetivamente têm preocupações e políticas para o desenvolvimento sustentável, talvez um resultado significativo da Conferência de Joanesburgo tenha sido a certeza de que não é possível um mundo unilateral, onde as decisões são tomadas apenas em função de interesses políticos e econômicos de um grupo de países dominantes ou de megacorporações. Nesse contexto, é fundamental uma maior participação da sociedade civil e suas organizações, sejam elas ambientalistas ou sociais (Sequinel, 2002, p.14).

Passadas quatro décadas da Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano, acontecia a Rio+20, cujo objetivo central era que os governos renovassem o compromisso político com o desenvolvimento sustentável firmados anteriormente nas principais cúpulas sobre o tema, de forma a avaliar o progresso, identificar lacunas na implementação das decisões adotadas, além do estabelecimento de emergentes (Rocha *et al.*, 2016).

No entanto, alguns meses antes da realização da Rio+20, Alonso *et al.* (2012) já apontavam que:

Dois objetivos contraditórios emergem no horizonte da Conferência de 2012 - legitimidade e eficiência. Combiná-los não será tarefa fácil. A Rio+20 pode ser vista como oportunidade para criar uma via alternativa de conciliação entre desenvolvimento econômico, responsabilidade social e conservação ambiental. Mas a cúpula também envolve riscos. Num contexto internacional marcado por estagnação econômica e ataque às políticas de bem-estar social, um novo ciclo de crescimento dirigido por uma transição rumo a uma economia de baixo carbono poderia prover uma plataforma comum, capaz de envolver uma ampla coalizão de empreendedores, ambientalistas e grupos sociais. Porém, também se pode vislumbrar um cenário alternativo: a priorização pelos governos nacionais do estímulo à rápida retomada do crescimento econômico capaz de trazer de volta os empregos, com as preocupações ambientais relegadas ao segundo plano (Alonso *et al.*, 2012, p. 28).

Após a realização da conferência, Guimarães *et al.* (2012) confirma o cenário alternativo antecipado por Alonso *et al.* (2012), ao afirmar que tanto a valorização do papel do setor privado quanto o discurso hegemônico predominante na Rio+20 reforçam a influência das grandes corporações privadas do hemisfério Norte e a centralidade de seus interesses comerciais. Essas organizações têm reiteradamente demonstrado que a busca pelo lucro constitui um dos principais entraves à

promoção do desenvolvimento sustentável nas últimas décadas.

A Rio+20 não teve como foco principal negociar medidas concretas para enfrentar os desafios ambientais globais. Em vez disso, concentrou-se em debates teóricos sobre economia verde e governança do desenvolvimento sustentável, sem avançar em ações práticas (Guimarães *et al.*, 2012).

Apesar dos resultados limitados e aquém das expectativas da conferência, destaca-se como avanço concreto a proposta de criação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), liderada por Colômbia e Guatemala. Os ODS surgem com a intenção de ampliar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), cuja vigência se estende até 2015, estabelecendo indicadores que auxiliem os governos na implementação dos compromissos assumidos na Agenda 21, no Plano de Implementação de Joanesburgo e na própria Rio+20 (Guimarães *et al.*, 2012).

Os ODM fazem parte da Declaração do Milênio das Nações Unidas, aprovada durante a Cúpula do Milênio, realizada em setembro de 2000, em Nova York. O encontro, promovido pela ONU, teve como objetivo principal discutir e estabelecer uma visão comum sobre os desafios mundiais do século XXI.

Na conferência líderes de 191 países firmaram um pacto, que segundo Cerqueira e Facchina (2005, p. 8) tinha como “foco principal o compromisso de combater a pobreza e a fome no mundo, nasceu um documento chamado Declaração do Milênio, estabelecendo como prioridade, eliminar a extrema pobreza e a fome do mundo até 2015”.

Foi constatado, também, que tendo em vista o conjunto de Conferências promovidas pela ONU na década de noventa, como as de população, desenvolvimento social, meio ambiente e desenvolvimento, habitat, gênero, direitos humanos etc, já havia um amadurecimento em torno dos princípios que norteariam o tratamento desses temas em prol do desenvolvimento humano sustentável. Tratava-se, então, acima de tudo, de estabelecer um acordo em torno dos grandes objetivos e metas que os países estariam dispostos a cumprir (Cerqueira; Facchina, 2005, p. 9).

Os oito ODM que vão desde a redução pela metade das taxas de pobreza extrema até a contenção da disseminação do HIV/AIDS e a universalização do

ensino fundamental, tudo isso até 2015 – constituem um projeto acordado por todos os países e instituições de desenvolvimento líderes mundiais (ONU, 2025).

Ao findar os 15 anos para alcance dos ODM, foi possível concluir que a humanidade evoluiu consideravelmente, principalmente no que diz respeito às preocupações com a pobreza e a desigualdade social, focos dos ODM, no entanto nem todos os países atingiram 100% dos objetivos inicialmente propostos. Os ODS surgem, então, como um aprimoramento e adequação à realidade vivida, de modo que as metas sejam atualizadas e o espírito de mudança dos países membros aprimorados (Garcia; Garcia, 2016).

Apesar dos avanços obtidos com a implementação dos ODM, ainda existiam lacunas significativas e o objetivo primordial de acabar com a pobreza mundial não havia sido alcançado, levando a ONU propor uma nova agenda para os próximos 15 anos.

Como resultado, na Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, realizada em Nova York em setembro de 2015, líderes de Estado e altos representantes dos 193 países-membros integrantes da ONU aprovaram o documento intitulado "Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade" (Roma, 2019, p.38).

A Agenda 2030 é o marco para o desenvolvimento sustentável e coletivo na busca global da evolução cooperativa e tecnológica, estabelecendo 17 Objetivos e 169 Metas de Desenvolvimento Sustentável (ODS), os ODS núcleo da Agenda 2030, sucederam e atualizaram os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, a implementação desta traz consigo benefícios para as atuais e futuras gerações. (ONU, 2025).

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são um apelo à ação de todos os países – pobres, ricos e de renda média – para promover a prosperidade e, ao mesmo tempo, proteger o planeta. Eles reconhecem que a erradicação da pobreza deve ser acompanhada por estratégias que promovam o crescimento econômico e atendam a uma série de necessidades sociais, incluindo educação, saúde, proteção social e oportunidades de emprego, além de combater as mudanças climáticas e a proteção ambiental (ONU, 2025).

Segundo o ex-secretário Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, “os ODS

representam uma visão compartilhada da humanidade e um contrato social entre os líderes mundiais e os povos, sendo uma lista de tarefas para as pessoas e o planeta, e um plano para o sucesso” (ONU, 2025).

O Relatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de 2025, emitido pela ONU, indica que apenas 35% das metas dos ODS estão no caminho certo ou apresentando progresso moderado. Quase metade está avançando muito lentamente e, alarmantemente, 18% estão em retrocesso (ONU,2025).

2.2 GESTÃO AMBIENTAL NO SETOR PÚBLICO

De acordo com Benjamin (2011), a evolução da proteção ambiental no Brasil pode ser dividida em três fases distintas. A primeira, denominada fase individualista, estende-se do período do descobrimento do país, em 1500, até meados do século XX, por volta de 1950, caracterizando-se pela quase total ausência de preocupação ou medidas voltadas à proteção do meio ambiente. A segunda, conhecida como fase fragmentária, ocorreu entre 1950 e 1980, período no qual surgiram iniciativas pontuais de caráter legislativo, como o Código de Águas, ainda sem uma política ambiental estruturada. Por fim, a terceira fase, denominada fase holística, teve início em 1981 com a promulgação da Lei nº 6.938 (Brasil, 1981) que estabeleceu a Política Nacional do Meio Ambiente, sendo considerada um marco por estabelecer uma abordagem sistêmica, planejada e integrada da proteção ambiental no Brasil, vigente até os dias atuais.

Segundo Benjamin (2011),

Não se tratam de fases cristalinas, apartadas, delimitadas e mutuamente excludentes. Temos, em verdade, valorações ético-jurídicas do ambiente que, embora perceptivelmente diferenciadas na forma de entender e tratar a degradação ambiental e a própria natureza, são, no plano temporal, indissociáveis, já que funcionam por combinação e sobreposição parcial, em vez de por integral reorganização e substituição (Benjamin, 2011, p. 97).

Alinhado às diretrizes estabelecidas pela Declaração de Estocolmo, o Brasil, no início da década de 1980, passou a implementar diversas políticas públicas voltadas à temática ambiental. Nesse contexto, foi instituída a Política Nacional do

Meio Ambiente, por meio da Lei nº 6.938 (Brasil, 1981), a qual estabeleceu os fundamentos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). Essa legislação introduziu instrumentos importantes, como a exigência do estudo prévio de impacto ambiental, o licenciamento ambiental e mecanismos destinados à repressão e à reparação de danos causados ao meio ambiente (Japiassu; Guerra, 2017).

No Brasil, a formulação de normas legais têm sido historicamente a principal estratégia da política ambiental. No entanto, não foram feitos esforços equivalentes para assegurar o cumprimento dessas normas, como o fortalecimento dos órgãos de controle e fiscalização. Isso ajuda a explicar por que, apesar de o país dispor de um conjunto de normas ambientais considerado um dos mais avançados do mundo, ainda enfrenta sérios problemas ambientais, como a alarmante degradação de corpos d'água devido ao lançamento de esgotos domésticos e ao desmatamento nas suas margens (Mendonça, 2015).

Segundo Silva *et al.* (2019),

Atualmente, o Brasil tem um amplo sistema de gestão ambiental institucional que engloba uma série de elementos em diversas dimensões que compõem o seu aparato legal. Os instrumentos desse sistema foram criados e aperfeiçoados ao longo das épocas em diferentes momentos políticos, sociais e econômicos. Cada normativa foi criada para atender a um conjunto de interesses e necessidades que se diferenciam a depender do pensamento político-social da época (Silva *et al.*, 2019, p. 601).

Quadro 1 - Legislações ambientais vigentes

Documento	Descrição
Lei Federal nº 6.938/1981	Institui a Política Nacional do Meio Ambiente.
Lei Federal nº 7.347/1985	Estabelece responsabilidades por danos ao meio ambiente.
Lei Federal nº 7.803/1989	Torna obrigatória a licença para comercialização ou uso de motosserras.
Lei Federal nº 7.804/1989	Criminaliza a poluição.
Lei Federal nº 7.805/1989	Tipifica como crime a garimpagem sem autorização.
Lei Federal nº 7.735/1989	Cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Lei Federal nº 9.433/1997	Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos.
Lei Federal nº 9.605/1998	Dispõe sobre sanções penais e administrativas a condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.
Lei Federal nº 9.795/1999	Institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA).
Lei Federal nº 9.985/2000	Cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).
Lei Federal nº 10.295/2001	Institui a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia.
Lei Federal nº 11.445/2007	Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico.
Lei Federal nº 12.187/2009	Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima.
Lei Federal nº 12.305/2010	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
Lei Federal nº 12.349/2010	Altera a Lei nº 8.666/1993, inserindo o princípio do desenvolvimento sustentável.
Lei Federal nº 12.651/2012	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa.
Lei Federal nº 14.133/2021	Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
Lei Federal nº 14.785/2023	Lei dos agrotóxicos
Lei nº 15.097/2025	Regula aproveitamento de bens da União para energia offshore.
Lei nº 15.088/2025	Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 (Lei de Resíduos Sólidos), para proibir a importação de resíduos sólidos e de rejeitos, ressalvados os casos que especifica.
Decreto nº 2.783/1998	Proíbe aquisição de produtos que destroem a camada de ozônio.
Decreto nº 4.131/2002	Estabelece medidas para redução de consumo de energia elétrica na administração pública federal.
Decreto nº 7.217/2010	Regulamenta a Lei nº 11.445/2007 sobre saneamento básico.
Decreto nº 7.746/2012	Estabelece critérios de sustentabilidade nas compras públicas e institui o Plano de Logística Sustentável (PLS).
Decreto nº 8.539/2015	Dispõe sobre o uso de meio eletrônico em processos administrativos.
Decreto nº 10.936/2022	Regulamenta a Lei nº 12.305/2010, a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
Decreto nº 12.285/2024	Institui o Programa Selo Amazônia.

Instrução Normativa nº 01/2010 (SLTI)	Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.
Instrução Normativa nº 02/2014 (SLTI/MP)	Normas para aquisição de equipamentos com eficiência energética.
Portaria Interministerial nº 244/2012	Institui o Programa Esplanada Sustentável.
Portaria nº 149/2020	Define diretrizes para gestão eficiente de energia e água.
Portaria SEGES/MGI nº 5.376/2023	Institui modelo para o Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS).

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A análise dos marcos legais relacionados à temática ambiental no Brasil revela que há um conjunto significativo de normas voltadas à proteção dos recursos naturais. Essas normas permitem o uso da natureza, desde que esse uso seja ambientalmente responsável, visando à preservação dos recursos para as gerações presentes e futuras. No entanto, a persistência da atual crise ambiental parece decorrer não da ausência de legislação, mas da falta de compromisso e responsabilidade por parte das organizações e, em escala individual, dos próprios cidadãos (Cezar, 2023).

2.3 GESTÃO AMBIENTAL NAS IES

No âmbito da "conscientização ambiental", as instituições de ensino superior devem assumir um papel fundamental na valorização do meio ambiente, mais do que qualquer outra instituição, visto que, como apontam Tauchen e Brandli (2006, p. 503) "o papel de destaque assumido pelas IES no processo de desenvolvimento tecnológico, na preparação de estudantes e no fornecimento de informações e conhecimento, pode e deve ser utilizado também para construir o desenvolvimento de uma sociedade sustentável e justa".

Já Disterheft *et al.* (2014) de um lado destacam que o ensino superior voltado para o desenvolvimento sustentável passa pelo empoderamento e a capacitação e, de outro, expressam críticas à escassez de pesquisas sobre a promoção da

sustentabilidade no âmbito universitário. Os autores também apontam para a necessidade de uma compreensão mais aprofundada desses processos, tanto na condução de iniciativas participativas quanto na avaliação da sustentabilidade.

Segundo Pacheco *et al.* (2021) as universidades públicas desempenham a função social de capacitar cidadãos para o mercado de trabalho e têm um papel crucial na implementação de ações que promovam o desenvolvimento sustentável. Como difusoras de conhecimento, suas iniciativas têm o potencial de exercer uma significativa influência sobre a sociedade.

Viegas *et al.* (2015) afirmam que as universidades que promovem ações voltadas à sustentabilidade consolidam esse compromisso como um de seus objetivos estratégicos. Isso desperta a conscientização da comunidade acadêmica sobre a temática socioambiental e permite uma vivência prática das questões ambientais, tanto dentro quanto fora da instituição.

A importância das IES estarem alinhadas com as questões ambientais é destacada no Capítulo 35 da Agenda 21, que afirma que:

É necessário que as ciências aumentem sua produção a fim de ampliar conhecimentos facilitando a interação entre ciência e sociedade. É também preciso aumentar as capacidades e potenciais científicos para alcançar esses objetivos, especialmente nos países em desenvolvimento. É de crucial importância que os cientistas dos países em desenvolvimento participem plenamente dos programas internacionais de pesquisa científica que tratam dos problemas mundiais de meio ambiente e desenvolvimento, de modo que todos os países participem em pé de igualdade das negociações sobre questões mundiais relativas a meio ambiente e desenvolvimento (Brasil, 2024a).

2.3.1 Pesquisas Similares

Nesta subseção serão apresentados estudos que abordam temáticas semelhantes à desta pesquisa, cuja identificação foi crucial para fundamentar a relevância do trabalho no contexto institucional. Para tanto, foi realizado um levantamento bibliográfico, envolvendo a consulta a pesquisas publicadas em fontes acadêmicas reconhecidas, como Google Acadêmico, Periódicos CAPES e SciELO. Esse levantamento ressalta a pertinência da presente investigação.

Luiz *et al.* (2013) analisaram a aplicação da A3P e da legislação ambiental nas atividades socioambientais praticadas por um Instituto Federal de Educação, localizado no Estado de Santa Catarina, sem que seja mencionado o nome da instituição. Os resultados apontam que a instituição estudada possui aderência parcial às recomendações do MMA quanto à proposta da A3P. O entendimento dos autores é que a Instituição está em estágio embrionário na questão socioambiental. Ficou evidente que a Instituição desenvolve poucas ações de conscientização e monitoramento do uso racional dos recursos naturais e gestão dos resíduos gerados.

No estudo de Dias (2014), buscou-se identificar as práticas ambientais sob a ótica da A3P na Universidade Federal da Bahia (UFBA). A pesquisa teve como objetivo propor melhorias para o enfrentamento das questões ambientais nas Instituições de Ensino Superior (IES), cujos programas e projetos são conduzidos de forma descentralizada e isolada. Os achados revelaram que, embora as ações ambientais da UFBA proporcionem benefícios ambientais e econômicos, enfrentam dificuldades de continuidade, principalmente pela ausência de institucionalização dos programas e projetos implantados.

Com o intuito de mensurar o nível de consciência ambiental dos gestores, Camelo *et al.* (2015) desenvolveram um estudo no Instituto Federal do Rio Grande do Norte, tomando como referência as diretrizes da A3P.

Na pesquisa conduzida por Mendonça (2015), foi elaborado um diagnóstico socioambiental no Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM) – Campus Uberaba, com o objetivo de identificar políticas de responsabilidade socioambiental e verificar a implantação de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA). O estudo apontou a necessidade de adaptações e correções nas ações já implementadas, de modo a atender aos critérios e requisitos estabelecidos pela A3P. A autora enfatiza que a direção geral do campus deve exercer papel de liderança na integração dos setores e promover uma gestão participativa, valorizando as iniciativas existentes e envolvendo toda a comunidade.

Por sua vez, Viegas *et al.* (2015) analisaram as ações da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) em relação às diretrizes da A3P. Os resultados mostram que a adequação da UFES à A3P é parcial, principalmente quanto à

destinação de resíduos, à utilização dos recursos naturais e às compras sustentáveis. Maior congruência entre as diretivas da A3P e as ações da IFES pesquisada foi identificada nas ações que evidenciam qualidade de vida dos servidores no ambiente de trabalho.

Na investigação de Araújo *et al.* (2017), as práticas de gestão ambiental foram analisadas em uma universidade federal multicampi, localizada na região Nordeste do Brasil, tomando como base o modelo de gestão da A3P. Os resultados mostraram que somente dois campi possuíam Plano de Gestão Ambiental (PGA) — um deles estruturado conforme a A3P —, enquanto a maioria desenvolvia ações de forma isolada.

Com foco na aplicabilidade da A3P, Mandú *et al.* (2017) investigaram os eixos “Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho” e “Sensibilização e Capacitação dos Servidores” em estudo de caso realizado na Unidade Acadêmica de Serra Talhada, da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Os resultados evidenciaram baixo nível de maturidade institucional nos eixos analisados, embora exista potencial de desenvolvimento em razão do interesse dos servidores e da disposição da gestão em promover ações relacionadas ao tema.

Ao estudar a adesão de órgãos públicos à A3P, Oliveira (2018) concluiu que o número de órgãos públicos aderentes à agenda vinha aumentando de forma significativa ao longo dos últimos anos antes do estudo, sendo que as esferas federal e estadual são as que mais se destacam.

A pesquisa de Silva (2018) analisou as dimensões social, ambiental e econômica da sustentabilidade na Universidade Federal do Tocantins (UFT) – Campus Araguaína. O autor propôs um conjunto de indicadores, capazes de demonstrar a sustentabilidade em suas três dimensões. O conjunto foi composto com 37 indicadores divididos em seis aspectos principais: acadêmicos; administrativos; operações e serviços; ensino; pesquisa; e, extensão. Como resultados, verificaram-se algumas práticas sustentáveis no Câmpus, tais como: servidores com formação na área da sustentabilidade; coleta de resíduos perigosos por empresa terceirizada; ementa curricular, projetos de pesquisa e extensão sobre temáticas socioambientais, entre outros. Percebe-se, contudo, que há também a ausência de práticas socioambientais em alguns indicadores, a saber: ausência de

campanhas de redução no consumo de papel, copos descartáveis e toners; ausência de controle de produção residual comum e aplicação das políticas dos 5 R's; as compras e licitações ainda não atendem aos critérios sustentáveis estabelecidos nos regulamentos; ausência de programas de graduação voltados para questões socioambientais; maior número de docentes pesquisadores sobre sustentabilidade que discentes, entre outros.

O estudo conduzido por Lanzarin *et al.* (2018) realizou uma comparação do nível de adesão à A3P entre três instituições: a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Os resultados apontaram índices globais de adesão de 76%, 51% e 69%, respectivamente.

Em outra análise, Figueiredo *et al.* (2019) examinaram a aderência da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) às ações propostas pela A3P. A pesquisa concluiu que, apesar das dificuldades enfrentadas para aderir às recomendações do programa do MMA, a UFOPA está empenhada em desenvolver ações através de seu documento orientador, o Plano de Logística Sustentável. Estas ações incluem sensibilização e monitoramento do uso racional dos recursos naturais, gestão dos resíduos gerados e implementação de licitações sustentáveis, contribuindo para a conservação do meio ambiente.

O estudo de Gutierrez *et al.* (2019) discutiu a gestão ambiental na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), tomando como referência as diretrizes da A3P. Os resultados demonstram que ações pontuais e em menor escala podem ser bastante eficazes na promoção de uma consciência ambiental, que vise não apenas a economia de gastos e de recursos naturais, mas a construção de uma cultura que valorize o meio ambiente, uma cultura pautada na viabilidade econômica, na responsabilidade ambiental e na administração pública brasileira.

Por meio de revisão sistemática da literatura, Pacheco *et al.* (2019) identificaram ações relacionadas aos eixos temáticos da A3P na Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). A pesquisa foi realizada por meio de uma revisão sistemática da literatura, com o intuito de levantar estudos relevantes sobre o tema. Os resultados permitiram a comparação entre as ações implementadas pelas instituições estudadas e os

eixos temáticos da A3P, demonstrando que a UFRA e a UFOPA apresentaram uma relação parcialmente congruente, não sendo possível evidenciar contribuições significativas resultantes dessas ações.

Em pesquisa de abrangência nacional, Vieira e Silva (2020) examinaram a gestão ambiental em instituições públicas de ensino superior no Brasil, utilizando dados obtidos por Feil, Strasburg e Naime (2015). Os autores identificaram que 28 instituições adotam práticas de gestão ambiental, das quais apenas 11 aderiram formalmente à A3P.

Na pesquisa de Serafini (2021), foi investigado o papel da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) na redução dos impactos ambientais decorrentes de suas atividades. O estudo evidenciou que, desde 2003, a UFRN vem investindo em recursos humanos e financeiros para minimizar os impactos negativos ao meio ambiente causados a partir das suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Essa realidade ganhou mais notoriedade no ano de 2010, quando a instituição passou a incluir a sustentabilidade como pilar estratégico em seus documentos e normativos.

Investigando a mesma temática, Leite (2021) analisou a adesão da Universidade Federal de Sergipe (UFS) às diretrizes da A3P. O resultado apontou que, ao longo dos anos, a instituição tem procurado expandir suas políticas de sustentabilidade, embora de forma gradual no que diz respeito à A3P e à gestão socioambiental. Essa expansão tem proporcionado uma melhoria relativa na qualidade de vida no ambiente de trabalho para servidores técnico-administrativos e docentes, impactando diretamente os discentes, abrangendo toda a comunidade universitária.

Com foco na realidade do Instituto Federal do Ceará (IFCE) – Campus Limoeiro do Norte, Aquino (2021) discutiu as possibilidades e desafios de implantação dos eixos da A3P. A análise do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023 mostrou que suas diretrizes focam na sustentabilidade socioambiental. Embora o IFCE – campus de Limoeiro do Norte não esteja formalmente aderido ao Programa A3P, suas práticas sustentáveis estão alinhadas com os seis eixos da A3P.

Na sequência, Lúcio *et al.* (2022) avaliaram a aderência de seis Institutos

Federais da Região Sul do Brasil, os quais não foram identificados na pesquisa, aos eixos da A3P. A aderência dos institutos estudados é alta aos eixos da A3P, embora o estudo tenha apontado que ainda há muito a ser implantado e melhorado. Mesmo entre os campi do mesmo instituto não existe uma padronização de processos de gestão e controle ambiental.

A pesquisa de Almeida (2022) analisou a A3P e sua aplicabilidade como instrumento de Educação Ambiental (EA) no Instituto Federal do Amazonas - IFAM. Embora os dados indiquem uma adesão superior a 60% à A3P pelo IFAM, as ações da instituição não estão alinhadas com o Programa, uma vez que o IFAM não atualizou o Sistema Ressoa do MMA. O eixo 4 - Sensibilização e Capacitação dos servidores foi o eixo que apresentou maior aderência à A3P.

Por fim, a pesquisa de Cezar (2023) tinha o objetivo de identificar como a A3P pode integrar os ODS. Das 24 Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) com adesão à A3P, o autor optou por escolher uma de cada região, totalizando 13 IFES. A pesquisa concluiu que a adesão à A3P vem apresentando crescimento exponencial ao longo dos anos, por outro lado e levando em consideração que instituições de ensino superior são locais de disseminação do saber e cultura, percebe-se uma baixa adesão de instituições de ensino à A3P remetendo a uma situação preocupante. O Quadro 2 apresenta uma síntese dos estudos mencionados nesta subseção.

Quadro 2 - Pesquisas Similares

Autores	Objetivos dos estudos
Luiz <i>et al.</i> (2013)	Analisar a aplicação da (A3P) e da legislação ambiental nas atividades socioambientais praticadas no Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC.
Dias (2014)	Propor melhorias para o enfrentamento das questões ambientais no âmbito da Universidade Federal da Bahia - UFBA cujos programas e projetos vêm sendo desenvolvidos de modo descentralizado e isolado. O autor buscou identificar as práticas ambientais da instituição sob a ótica das diretrizes da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).
Mendonça (2015)	O trabalho objetivou realizar um diagnóstico socioambiental no Instituto Federal do Triângulo Mineiro - IFTM – Campus Uberaba como forma de

	auxílio na definição de políticas de responsabilidade socioambiental e na implantação de um Sistema de Gestão Ambiental - SGA na instituição.
Monteiro <i>et al.</i> (2015)	O presente estudo teve como objetivo principal mensurar o nível de consciência ambiental dos gestores do Instituto Federal do Rio Grande do Norte - IFRN, sob a ótica da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).
Viegas <i>et al.</i> (2015)	Analisar as ações da Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA em relação às diretrizes da Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P.
Araújo <i>et al.</i> (2017)	Identificar práticas de gestão ambiental tendo como base o modelo de gestão do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), em uma Universidade Federal do Nordeste brasileiro. O nome da instituição não foi divulgado no estudo.
Mandú <i>et al.</i> (2017)	Investigar a aplicabilidade da A3P, focando nos eixos: Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho e Sensibilização e Capacitação dos Servidores, por meio de um estudo de caso realizado na Unidade Acadêmica de Serra Talhada da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFPE.
Lanzarin <i>et al.</i> (2018)	Analisar o nível de adesão à A3P na Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e no Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC.
Silva (2018)	Analisar a sustentabilidade (nas dimensões social, ambiental e econômica) das práticas adotadas pela Universidade Federal do Tocantins - UFT, Câmpus Universitário de Araguaína.
Gutierrez <i>et al.</i> (2019)	O estudo aborda um exemplo de gestão ambiental pública através da implementação de ações sustentáveis, a partir das diretrizes estabelecidas pela A3P, no tocante ao consumo de energia elétrica, consumo de água, gestão de resíduos (papel, plástico, pilhas, baterias, lâmpadas fluorescentes e óleo de cozinha), comunicação, ações de conscientização e capacitação, em três setores da Universidade Federal da Paraíba -UFPB.
Figueiredo <i>et al.</i> (2019)	A pesquisa teve como objetivo verificar como acontece a aderência da Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA em relação às ações propostas pelo Programa Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P.
Vieira e Silva (2020)	Identificar e analisar práticas de gestão ambiental em instituições de ensino superior (IES), tendo como base a técnica de revisão narrativa. Foram analisadas 28 instituições: UEFS, UnB, UFSC, UFRJ,

	USP, UFPR, FURB, UFRGS, UERJ, UFSM, UFTPR, UFPEL, UNESP, UNICAMP, UFAL, UFLA, UFCSPA, UEMA, FURG, UFU, UFPB, UFPE, UFS, UNIFESP, CEFET-RJ, UNIVASF, UFU, UFCA.
Leite (2021)	Analisar a adesão da Universidade Federal de Sergipe - UFS às diretrizes propostas pela A3P.
Aquino (2021)	Analisar as possibilidades e desafios de implantação das diretrizes e eixos temáticos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) no Instituto Federal do Ceará - IFCE, campus Limoeiro do Norte.
Pacheco <i>et al.</i> (2021)	Identificar as ações dos eixos temáticos da Agenda A3P e suas possíveis contribuições de melhoria à gestão socioambiental na Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA e na Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA.
Serafini <i>et al.</i> (2021)	Investigar como a Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN tem colaborado para redução dos impactos de sua atividade de forma a priorizar ações ambientalmente sustentáveis.
Almeida <i>et al.</i> (2022)	Analisar a (A3P) e sua aplicabilidade como instrumento de Educação Ambiental (EA) no (IFAM).
Lúcio <i>et al.</i> (2022)	Avaliar a aderência de seis Institutos Federais de Educação da Região Sul do Brasil aos eixos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), o nome das instituições não foram divulgadas no estudo.
Cezar (2023)	Identificar como a Agenda Ambiental da Administração Pública pode integrar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS nas seguintes instituições: Universidade Federal do Cariri - UFCA, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - UFMS, Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA, Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF, Universidade Federal do Semi-Árido - UFRSA, Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Instituto Federal de Brasília - IFB, Instituto Federal Goiano - IFG, Instituto Federal do Sul de Minas Gerais - IFSULDEMINAS, Instituto Federal do Piauí - IFPI e Instituto Federal do Rio de Janeiro - IFRJ.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Das dezenove pesquisas relatadas no quadro 02, é possível destacar alguns pontos relevantes. Atualmente, das 45 instituições mencionadas nos estudos citados no quadro, apenas 18 possuem um termo de adesão formal à A3P. Mesmo as

instituições de ensino superior que aderiram formalmente à A3P apresentaram resultados parciais em relação aos critérios e requisitos de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) conforme estabelecido pelos seis eixos da agenda.

Algumas instituições com estrutura multicampi apresentaram ações isoladas e não padronizadas. A falta de padronização e institucionalização dos projetos acaba por dificultar a continuidade dos mesmos. Isso corrobora a afirmação de Cezar (2023), que pesquisou 13 instituições e concluiu que, para que a sustentabilidade realmente se concretize na prática, é necessário um engajamento institucional.

Outro ponto relevante refere-se à efetividade das práticas de gestão ambiental implantadas pelas instituições. Vieira e Silva (2020) abordaram a gestão ambiental em 27 instituições e concluíram que há uma carência de análises e estudos que evidenciem os avanços obtidos por essas instituições no âmbito da sustentabilidade.

2.4 AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P)

A A3P foi concebida em 1999, e o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública foi oficialmente estabelecido dois anos depois. Em 2002, a A3P foi premiada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), sendo reconhecida como “O melhor dos exemplos”, na categoria Meio Ambiente. A ONU destacou a importância do trabalho da A3P e os resultados favoráveis alcançados com sua implementação (Brasil, 2024a).

A A3P é um programa do MMA que visa incentivar os órgãos públicos a adotarem práticas de sustentabilidade. A adesão à A3P reflete o compromisso do órgão em alcançar eficiência nas suas atividades enquanto promove a preservação ambiental. Ao seguir as diretrizes da A3P, o órgão não só protege o meio ambiente, mas também consegue reduzir seus custos (Brasil, 2024a).

Conforme Santos e Frutuoso (2020) a A3P fundamenta-se no capítulo 4 da Agenda 21, no princípio 8 da Declaração da Rio 92 e na Declaração de Joanesburgo. O programa tem o objetivo de promover uma reflexão contínua sobre questões ambientais e estimular a adoção de práticas que favoreçam o uso racional dos recursos naturais. Para alcançar esses objetivos, a A3P utiliza as diretrizes da norma ABNT NBR ISO 14000 (ABNT, 2015) como base para avaliar a situação em

cada instituição, fornecendo um conjunto de critérios e orientações que ajudam na elaboração de um plano de ação voltado para a melhoria do desempenho ambiental.

Para Cezar (2023),

No que se refere a políticas públicas brasileiras, a sustentabilidade ganhou espaço diante dos avanços sociais e das mudanças nas esferas política, institucional e científica da área ambiental, sendo oportuno construir uma cultura nas entidades públicas que versam, essencialmente, sobre a sustentabilidade, pois a Administração Pública tem a incumbência de ser um exemplo de atuação sustentável no consumo de bens e serviços e na regulamentação e aplicação de políticas públicas ambientais (Cezar, 2023, p. 20).

A proposta da A3P é criar uma cultura de responsabilidade socioambiental na administração pública e, para tanto, estrutura-se em seis Eixos Temáticos prioritários, reproduzidos no Quadro 3, fundamentados pela política dos 5 R's: Repensar, Reduzir, Reaproveitar, Reciclar e Recusar o consumo de produtos que gerem impactos socioambientais negativos significativo (Brasil, 2024a).

Quadro 3 - Eixos Temáticos da Agenda Ambiental na Administração Pública

Eixo Temático	Ações
Uso racional dos recursos naturais e bens públicos	<ul style="list-style-type: none"> - Utilização econômica e racional de recursos para evitar desperdícios. - Uso eficiente de energia, água, madeira, papel, copos plásticos e materiais de expediente.
Gestão adequada dos resíduos gerados	<ul style="list-style-type: none"> - Aplicação da política dos 5R's: Repensar, Reduzir, Reutilizar, Reciclar e Recusar. - Priorizar a redução do consumo e combate ao desperdício antes de destinar corretamente os resíduos.
Qualidade de vida no ambiente de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> - Implementação de ações que promovam o bem-estar, o desenvolvimento pessoal e profissional dos trabalhadores, atendendo às suas necessidades durante o exercício das atividades.

Sensibilização e capacitação dos servidores	<ul style="list-style-type: none"> - Formação da consciência cidadã sobre responsabilidade socioambiental. - Capacitação como meio de desenvolver competências institucionais e individuais, proporcionando atitudes mais sustentáveis no desempenho das funções.
Compras públicas sustentáveis	<ul style="list-style-type: none"> - Promoção da responsabilidade socioambiental nas aquisições públicas. - Realização de licitações com critérios sustentáveis, considerando o custo-benefício a médio e longo prazos, e não apenas o menor preço.
Construções sustentáveis	<ul style="list-style-type: none"> - Obras e reformas com foco em conforto térmico e acústico, aproveitamento da luz solar, energia eólica e água da chuva. - Uso de materiais e equipamentos que economizem energia e causem menor impacto ambiental. - Garantia de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Fonte: Elaborado pela autora, com base na Agenda Ambiental na Administração Pública (Brasil, 2024a).

A adesão à A3P é voluntária e pode ser feita por qualquer instituição pública federal, distrital, estadual e municipal. Embora não haja contrapartida financeira aos órgãos parceiros, o MMA, por meio da A3P, oferece apoio técnico para a implementação e operação da agenda, além de fornecer materiais informativos gratuitos, acesso à Rede A3P — que permite a troca de experiências entre os membros — e à ferramenta Ressoa, utilizada para o acompanhamento das ações da A3P.

O MMA também promove eventos de capacitação para os servidores das instituições que formalizam a adesão à A3P, conforme a demanda. Além disso, dispõe de uma equipe técnica para auxiliar na resolução de problemas relacionados à implementação da agenda.

O Fórum Governamental de Gestão Ambiental na Administração Pública realizado pelo MMA desde 2005, atualmente é um evento bienal e tem o objetivo de promover o debate sobre a formulação de políticas públicas voltadas à gestão ambiental no âmbito da administração pública. O evento também visa ao

monitoramento do desempenho ambiental dos órgãos públicos, ao intercâmbio de experiências entre os participantes e à divulgação de ações voltadas à sustentabilidade nas atividades administrativas.

Nos fóruns é realizada a entrega do Prêmio A3P, que reconhece práticas de sustentabilidade desenvolvidas pelos participantes. O 13º Fórum da A3P, realizado em 2024, teve como tema central o "Desenvolvimento e Implementação de Planos de Logística Sustentável".

O Prêmio Melhores Práticas da A3P é uma honraria, um reconhecimento nacional de projetos-modelo e se realiza desde 2009. O objetivo é reconhecer e valorizar os projetos implementados, promover a visibilidade das iniciativas e incentivar outras instituições públicas a aderirem à A3P.

Segundo a Coordenação da A3P o programa está sendo revisado, com o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília. O conteúdo do programa será atualizado, incorporando dois referenciais contemporâneos: ODS e ESG. Além disso, pretende-se abordar o enfrentamento das mudanças climáticas, destacando o papel fundamental da gestão pública como agente propulsor de transformações no mercado e na sociedade (Brasil, 2025).

Segundo Vieira e Silva (2020) para que a A3P seja efetiva, é fundamental a mobilização e a sensibilização dos usuários, bem como o planejamento e monitoramento das ações, com o uso de indicadores de desempenho. Atividades ambientalmente corretas devem ser estimuladas, a exemplo da implantação de coleta seletiva, a substituição de copos descartáveis por canecas reutilizáveis e o uso de aparelhos eletrônicos mais eficientes.

Os eixos temáticos da A3P são exemplificativos e não exaustivos, permitindo que cada instituição adapte esses eixos de acordo com sua realidade, podendo adicionar ou remover ações conforme necessário (Araújo, 2018).

A A3P e os ODS da ONU compartilham um compromisso comum com a sustentabilidade e a responsabilidade socioambiental. Enquanto a A3P visa incentivar os órgãos públicos a adotarem práticas de gestão ambiental sustentável (vide quadro 4), os ODS estabelecem um plano global abrangente para enfrentar desafios como a pobreza, a desigualdade e a degradação ambiental até 2030 (ONU, 2024).

Em 2015, os Estados-membros da ONU se uniram para se comprometer e agir pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Segundo Cezar (2023), o compromisso assumido pelo Brasil e pelos demais países membros torna evidente a necessidade de a Administração Pública alinhar-se a um chamado global para a responsabilidade socioambiental.

3 METODOLOGIA

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Quanto à escolha do objeto de estudo, a pesquisa pode ser classificada como censitária, por abranger a totalidade dos campi do IFSP.

Quanto à abordagem do problema, esta pesquisa é classificada como quantitativa com coleta de dados qualitativos, por meio de documentos institucionais. Segundo Zanella (2011, p. 35), a pesquisa quantitativa caracteriza-se pelo uso de métodos estatísticos na coleta e análise de dados, com o objetivo de estabelecer relações entre variáveis mensuráveis. Nesse tipo de estudo, o pesquisador segue um plano previamente definido, com hipóteses e variáveis claramente delineadas. Busca-se quantificar os resultados obtidos, apresentando-os por meio de dados estatísticos objetivos.

A presente pesquisa é de natureza aplicada, uma vez que busca analisar e contribuir para a melhoria das práticas de gestão ambiental no Instituto Federal de São Paulo (IFSP), a partir das diretrizes da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P).

Segundo Silva e Menezes (2005, p. 20), a pesquisa aplicada, quanto à sua natureza, “[...] objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais”. Já para Fleury e Werlang (2016, p. 11), “a pesquisa aplicada concentra-se em torno dos problemas presentes nas atividades das instituições, organizações, grupos ou atores sociais. Ela está empenhada na elaboração de diagnósticos, identificação de problemas e busca de soluções”.

Quanto aos objetivos, o estudo possui caráter predominantemente descritivo, pois se propõe a identificar e analisar as ações ambientais desenvolvidas no âmbito institucional, descrevendo-as à luz dos eixos temáticos da A3P. Além disso, apresenta também elementos exploratórios, considerando que visa levantar informações sobre a adoção de práticas sustentáveis no IFSP, um tema ainda pouco estudado nesse contexto, o que pode subsidiar futuras investigações e ações de aprimoramento.

Do ponto de vista dos seus objetivos, esta pesquisa é classificada como exploratória por buscar “uma maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito” (Gil, 2002, p. 41).

Segundo Gil (2002, p. 42) “As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”. Uma ampla variedade de estudos se enquadra nessa categoria e uma de suas características distintivas é a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação.

Para Köche (2011) a pesquisa descritiva investiga as relações entre duas ou mais variáveis de um fenômeno específico sem manipulá-las. Nesse tipo de pesquisa, as relações entre as variáveis são observadas e avaliadas à medida que se manifestam naturalmente em fatos, situações e condições preexistentes. Não há manipulação deliberada das variáveis antes da observação. Em vez disso, a constatação de suas manifestações ocorre após sua ocorrência.

Quanto ao método está é uma pesquisa de avaliação (survey). Na pesquisa de avaliação, o pesquisador não manipula os níveis das variáveis da pesquisa, podendo ter ou não proximidade com o objeto do estudo. As variáveis da pesquisa são avaliadas pelo respondente do questionário, que é o instrumento da pesquisa.

A survey pode ser de três tipos: exploratório, descritiva ou explanatória. A presente pesquisa utilizará uma survey descritiva, que tem como objetivo compreender a relevância de um fenômeno e descrever a sua distribuição na população. O objetivo principal não é o desenvolvimento ou teste de teorias, mas sim fornecer subsídios para a elaboração de teorias ou aprimoramento delas (Miguel *et al.*, 2012, p. 94).

Segundo Zanella (2011, p. 38):

Levantamento [Surveys ou sondagem]: é um método de levantamento e análise de dados sociais, econômicos e demográficos e se caracteriza pelo contato direto com as pessoas. Os censos são exemplos de surveys. Pela dificuldade em conhecer a realidade de todas as pessoas que fazem parte do universo pesquisado é recomendado utilizar os levantamentos por amostragem.

Quanto à escolha do objeto de estudo, a pesquisa pode ser classificada como censitária, por abranger a totalidade dos campi do IFSP.

3.2 DELINEAMENTO DAS UNIDADES DE ANÁLISE - IFSP

Segundo Lakatos *et al.* (1991, p. 223), a “delimitação do universo consiste em explicitar que pessoas ou coisas, fenômenos etc. serão pesquisados, enumerando suas características comuns, como, por exemplo, sexo, faixa etária, organização a que pertencem, comunidade onde vivem etc”.

As unidades de análise são os campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), que é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), especializada na oferta de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), criada por meio da Lei nº 11.892 (Brasil, 2008), que também instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, da qual o IFSP é integrante.

Atualmente, o Instituto Federal é composto por uma reitoria e 37 campi em operação, de um total de 41 campi autorizados a funcionar. Além disso, o governo federal anunciou no dia 12 de março de 2024 a criação de 12 novos campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP, 2024).

A pesquisa abrangerá os campi da instituição por meio da aplicação de questionários às comissões de sustentabilidade.

3.3 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

Segundo Lakatos *et al.* (2003, p. 165) a coleta de dados é a “etapa da pesquisa em que se inicia a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas selecionadas, a fim de se efetuar a coleta dos dados previstos”. A coleta de dados da presente pesquisa foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e aplicação de questionário.

A revisão bibliográfica recorreu a materiais publicados sobre o tema em questão para embasar a pesquisa e mapear, com base na literatura, experiências de

implantação da A3P em IES no Brasil. Durante a pesquisa bibliográfica, o pesquisador examina o conhecimento existente na área, identifica as teorias desenvolvidas, as analisa e avalia sua contribuição para esclarecer ou explicar o problema investigado. Assim, o propósito da pesquisa bibliográfica é compreender e analisar as principais contribuições teóricas em um tema específico, sendo uma ferramenta essencial para qualquer tipo de investigação (Köche, 2011).

A técnica documental, segundo Severino (2017, p. 107) é a “técnica de identificação, levantamento, exploração de documentos fontes do objeto pesquisado e registro das informações retiradas nessas fontes e que serão utilizadas no desenvolvimento do trabalho”. Foram examinados, os relatórios de gestão da instituição pesquisada, no período de 2020 a 2024, materiais que não foram sujeitos a uma análise detalhada, característica da técnica documental (Gil, 2002).

O autor Severino (2017, p. 108) descreve o questionário como “conjunto de questões, sistematicamente articuladas, que se destinam a levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisados, com vistas a conhecer a opinião dos mesmos sobre os assuntos em estudo”.

Para a coleta de dados, foi utilizado um questionário, composto por questões fechadas, elaborado com base nos eixos temáticos e princípios orientadores da A3P. O questionário foi direcionado às comissões de sustentabilidade dos campi do IFSP, visto que as comissões têm o objetivo de embasar a comunidade interna do Campus no estabelecimento de diretrizes e princípios relativos aos três pilares da sustentabilidade: social, ambiental e econômico, conforme Ofício Circular Nº 01/2021- DETQ-PRX/PRO-EXT/RET/IFSP.

Para Cooper e Schindler (2016, p. 297) “o questionário é o instrumento mais comum de coleta de dados na pesquisa em administração”. Um levantamento dessa natureza, comumente denominado pesquisa de avaliação, tem por objetivo contribuir para a ampliação do conhecimento em uma área específica de interesse, por meio da coleta de dados e informações referentes aos indivíduos ou aos contextos nos quais esses indivíduos estão inseridos (Miguel *et al.*, 2012, p. 93).

O questionário utilizado para coleta de dados é oriundo do estudo de Luiz *et al.* (2013) e utilizado por outras pesquisas como Almeida *et al.* (2022) e Lúcio *et al.* (2022), portanto já validado e permitindo a comparabilidade com as demais

pesquisas. As questões foram elaboradas com base nas diretrizes estabelecidas nos seis eixos temáticos da A3P: Uso dos recursos naturais; Qualidade de vida no ambiente de trabalho; Sensibilização dos servidores para a sustentabilidade; Compras sustentáveis; Construções sustentáveis; e Gestão de resíduos sólidos.

O instrumento foi disponibilizado eletronicamente, por meio da plataforma Google Forms, e permaneceu aberto para respostas de 01 de abril de 2025 a 06 de maio de 2025.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Embora o IFSP não tenha aderido à A3P, esta pesquisa tem como objetivo apurar a gestão ambiental nos campi do Instituto Federal de São Paulo, por meio da identificação das ações sustentáveis implementadas, tomando como referência os eixos temáticos propostos pela A3P.

Em dezembro de 2021, a Pró-Reitoria de Extensão do IFSP publicou o Ofício Circular nº 1/2021, orientando a criação de comissões de sustentabilidade nos campi e na Reitoria, com o objetivo de apoiar a adoção de diretrizes alinhadas aos pilares social, ambiental e econômico da sustentabilidade.

Inicialmente, os questionários destinados às comissões de sustentabilidade foram enviados por meio da plataforma Fala.BR. Contudo, diante do baixo índice de retorno, realizou-se, em um segundo momento, uma verificação no site da Reitoria do IFSP, especificamente na seção destinada à Sustentabilidade, com o objetivo de identificar quais campi contavam com Comissões de Sustentabilidade ativas durante o período da pesquisa, de modo a possibilitar o envio direto dos formulários. Entretanto, considerando a ausência de informações atualizadas no portal institucional, optou-se por contatar, via e-mail, todas as Coordenadorias de Apoio à Direção (CDI) dos campi. O objetivo era solicitar a confirmação da existência dessas comissões.

Dos 41 campi que compõem o IFSP, quatro encontram-se em fase de implantação. Assim, foram realizados contatos via e-mail com 37 campi em atividade regular, dos quais apenas 17 apresentavam Comissões de Sustentabilidade com portarias vigentes no período da pesquisa. O questionário foi então enviado a esses 17 campi, sendo que apenas 10 responderam dentro do prazo estabelecido. O envio ocorreu em 1º de abril de 2025, permanecendo disponível para resposta até o dia 6 de maio de 2025.

Adicionalmente, o questionário referente ao Eixo 6 — Construções Sustentáveis foi encaminhado à Diretoria de Infraestrutura e Expansão (DIE), unidade responsável pela elaboração, acompanhamento, revisão e fiscalização de projetos e contratos de engenharia, bem como pelo assessoramento técnico à Reitoria e aos campi em temas relacionados à manutenção, ampliação e

implantação de infraestrutura.

Com o objetivo de promover uma compreensão mais abrangente da gestão socioambiental praticada nos campi do IFSP, foram coletados dados a partir das respostas ao questionário enviado às Comissões de Sustentabilidade e à Diretoria de Infraestrutura e Expansão (DIE). Para complementar essa etapa, foi realizada consulta ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), com a finalidade de identificar as políticas e ações ambientais previstas neste documento. Ressalta-se que o PDI constitui o principal instrumento de planejamento estratégico da instituição, orientando suas diretrizes, metas e ações em diversas áreas, inclusive no que se refere à gestão ambiental.

Além da análise do PDI, também se considerou fundamental o exame dos Relatórios de Gestão, com o intuito de verificar se as políticas e ações previstas no plano institucional foram efetivamente implementadas no âmbito dos campi. Assim, a presente pesquisa interpreta os dados obtidos por meio do questionário à luz dos documentos institucionais, como o PDI e os Relatórios de Gestão, que, respectivamente, orientam e prestam contas quanto à condução da política ambiental no IFSP.

As análises a seguir apresentam os resultados obtidos a partir do questionário aplicado nos campi do IFSP, organizados conforme os eixos temáticos da A3P.

4.1 EIXO 1 - USO RACIONAL DOS RECURSOS NATURAIS E BENS PÚBLICOS

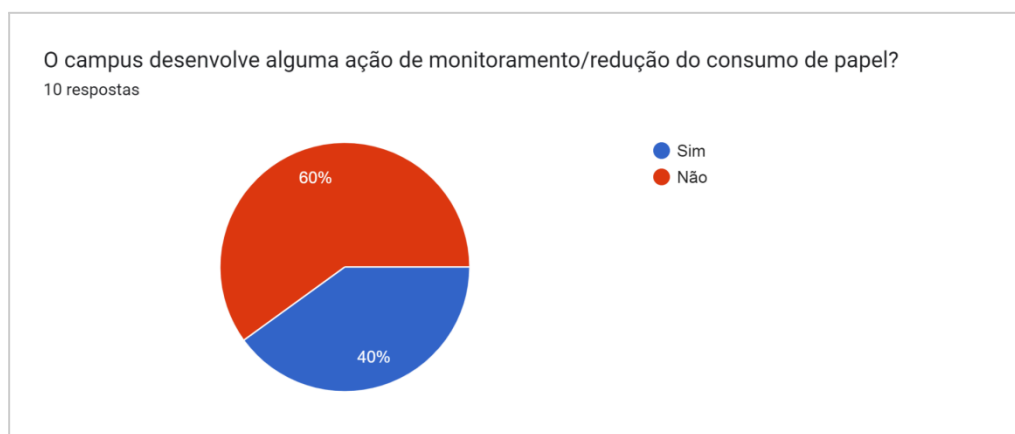
Tabela 1 – Uso racional dos recursos naturais e bens público

Eixo 1 – Uso racional dos recursos naturais e bens públicos		
Indicador	Sim	Não
1 - O campus desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de papel?	4	6
2 - O campus desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de energia?	8	2
3 - O campus desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de água?	6	4
4 - O campus desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de copos de plástico (descartáveis)?	6	4

5 - O campus desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de outros materiais / recursos que possam causar impactos ambientais significativos?	5	5
6 - No campus, a destinação dos bens materiais é feita conforme Decreto nº 10.340 (Brasil, 2020)?	10	0

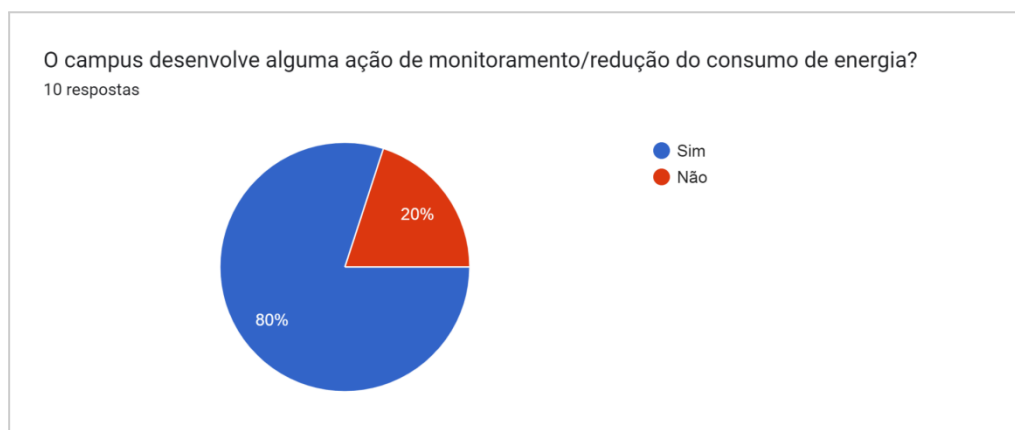
Fonte: Adaptado de Luiz *et al.*(2013).

Gráfico 1 - Pergunta 01 - Eixo 01 da A3P



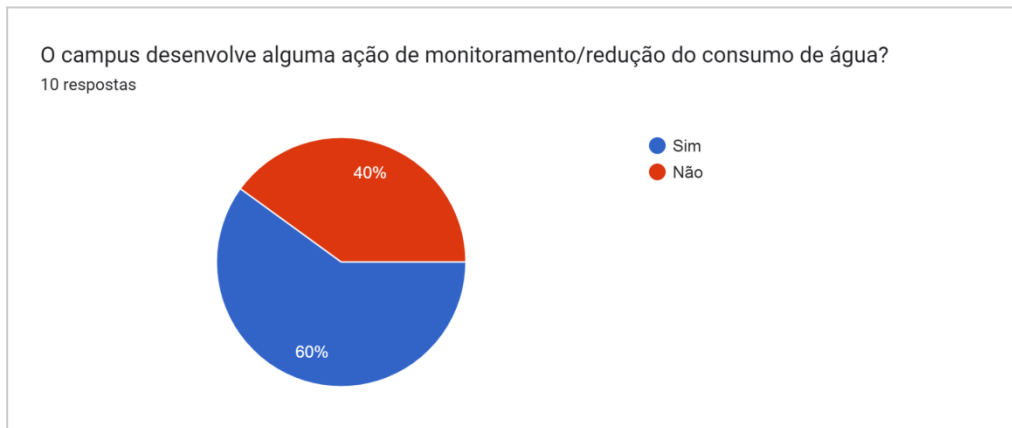
Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Gráfico 2 - Pergunta 02 - Eixo 01 da A3P



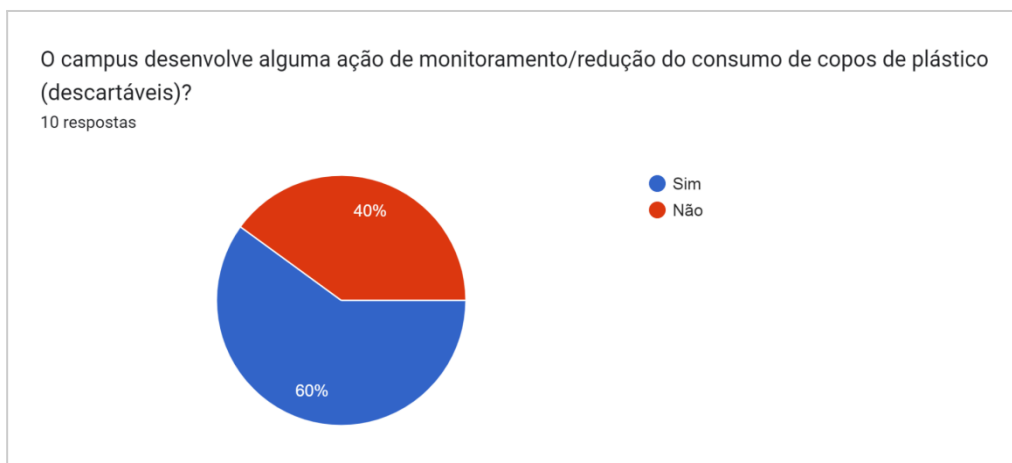
Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Gráfico 3 - Pergunta 03 - Eixo 01 da A3P



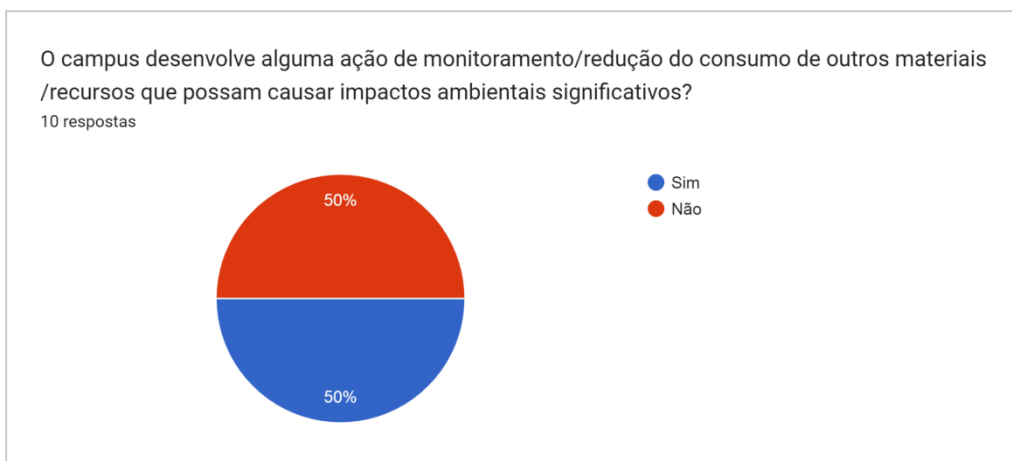
Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Gráfico 4 - Pergunta 04 - Eixo 01 da A3P



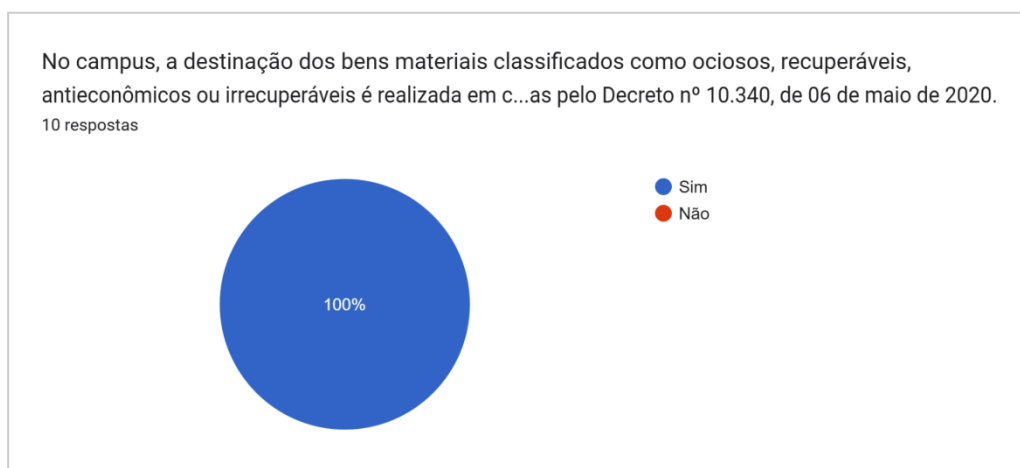
Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Gráfico 5 - Eixo 01 da A3P



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Gráfico 6 - Eixo 01 da A3P



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

As respostas referentes ao Eixo 1 da A3P, que trata do uso racional dos recursos naturais e bens públicos, revelam o comprometimento dos campi do IFSP com práticas sustentáveis voltadas à redução do consumo desses recursos. Dos seis indicadores deste eixo, a maioria apresentou respostas positivas, com destaque para a redução do consumo de energia elétrica, mencionada por 80% dos campi participantes, e para a conformidade com o Decreto nº 10.340 (Brasil, 2020), também com 100% de adesão, no que se refere à destinação de bens públicos inservíveis.

Esses dados dialogam diretamente com os resultados obtidos no Eixo 6 – Construções Sustentáveis, que indicou que 72,9% dos campi (27 unidades) utilizam fontes de energia renovável, evidenciando a adoção de medidas que promovem a geração de energia limpa. Além disso, os Relatórios de Gestão de 2020 e 2021 reforçam essa tendência, apontando como iniciativa institucional a substituição de lâmpadas convencionais por LED em todas as obras e serviços de engenharia, bem como o desenvolvimento de estudos voltados à implantação de usinas fotovoltaicas em diferentes campi do IFSP.

No que tange à destinação de bens materiais, os dados do questionário confirmam o alinhamento das práticas institucionais ao Decreto nº 10.340 (Brasil, 2020). O Relatório de Gestão de 2020, por exemplo, documenta a condução de oito

processos formais de desfazimento, totalizando 1.478 itens, com valor estimado em R\$274.892,87. A destinação desses materiais seguiu os preceitos legais, priorizando doações e transferências para instituições com finalidades sociais, conforme determina o Art. 8º do referido decreto.

Por outro lado, um indicador que apresentou menor adesão diz respeito à redução do uso de papel, com apenas 40% dos campi indicando a realização de ações nesse sentido. Apesar disso, observa-se que a transformação digital institucional, promovida pelo programa IFSP Digital e descrita no Relatório de Gestão de 2021, tem contribuído para a diminuição do consumo de papel e demais insumos físicos, como os toners para impressora. A ampliação da utilização dos módulos eletrônicos do Sistema Unificado da Administração Pública (SUAP) para tramitação de documentos e processos administrativos representa uma estratégia eficaz para a modernização da gestão e a promoção da sustentabilidade.

Embora 60% dos campi realizam ações para a redução do consumo de água, os dados do Relatório de Gestão de 2021 indicam que foram elaborados planos para a adequação da infraestrutura física dos campi, com foco na melhoria da gestão hídrica. Como exemplo, os campi de Pirituba, Caraguatatuba, Piracicaba, Salto e São Paulo implantaram sistemas de captação e reutilização da água da chuva, evidenciando avanços nessa área.

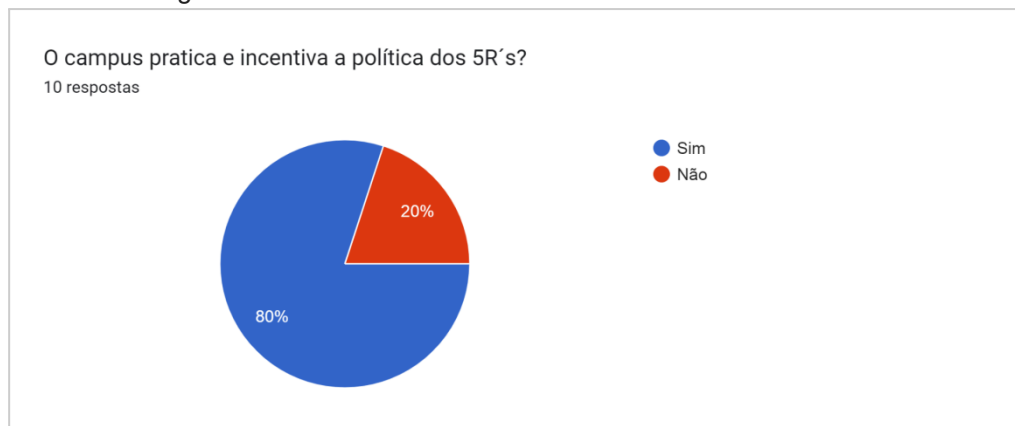
4.2 EIXO 2 - GESTÃO ADEQUADA DOS RESÍDUOS GERADOS

Fonte: Adaptado de Luiz *et al.*(2013).

Tabela 2 – Gestão adequada dos resíduos gerados

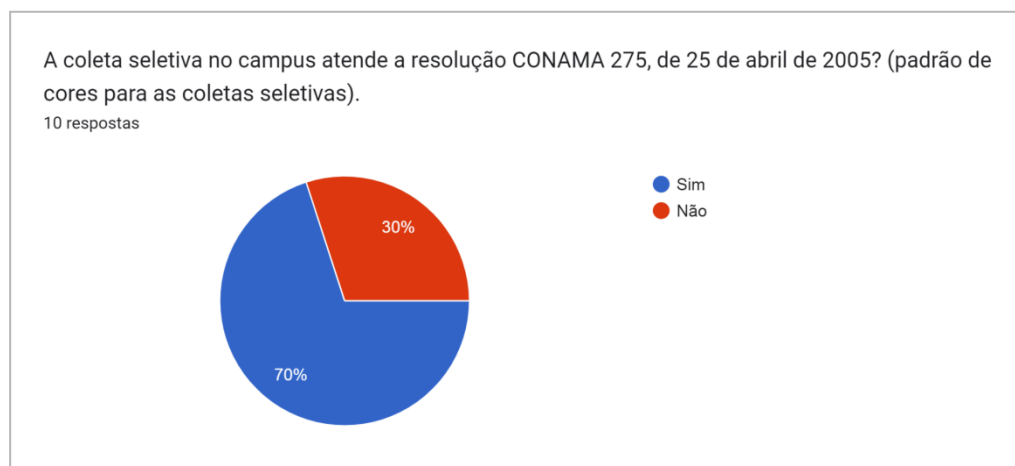
Eixo 2 – Gestão adequada dos resíduos gerados		
Indicador	Sim	Não
1 - O campus pratica e incentiva a política dos 5R's?	8	2
2 - A coleta seletiva no campus atende a resolução CONAMA 275/2005?	7	3
3 - O campus realiza coleta seletiva solidária, separando resíduos e encaminhando para cooperativas?	6	4
4 - No campus, pilhas, baterias, lâmpadas, eletrônicos etc., são retornados adequadamente?	4	6

Gráfico 7 - Pergunta 01 - Eixo 02 da A3P



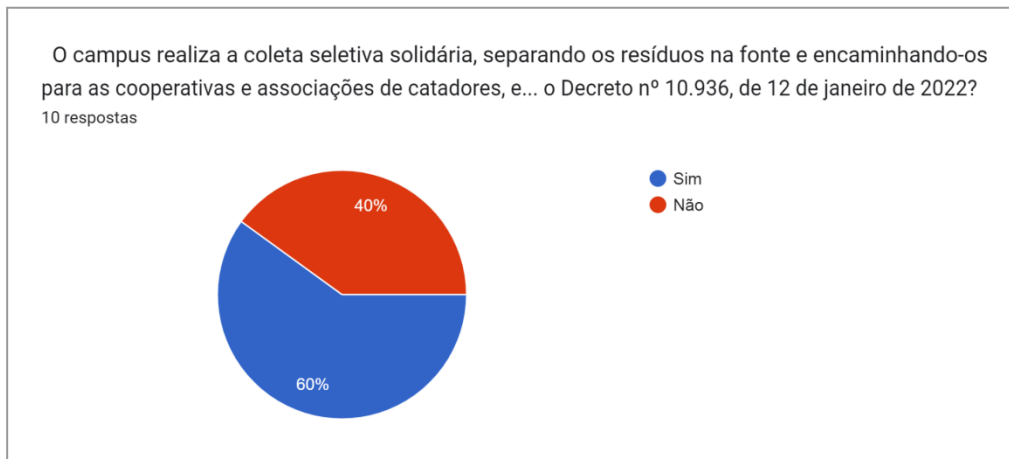
Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Gráfico 8 - Pergunta 02 - Eixo 02 da A3P



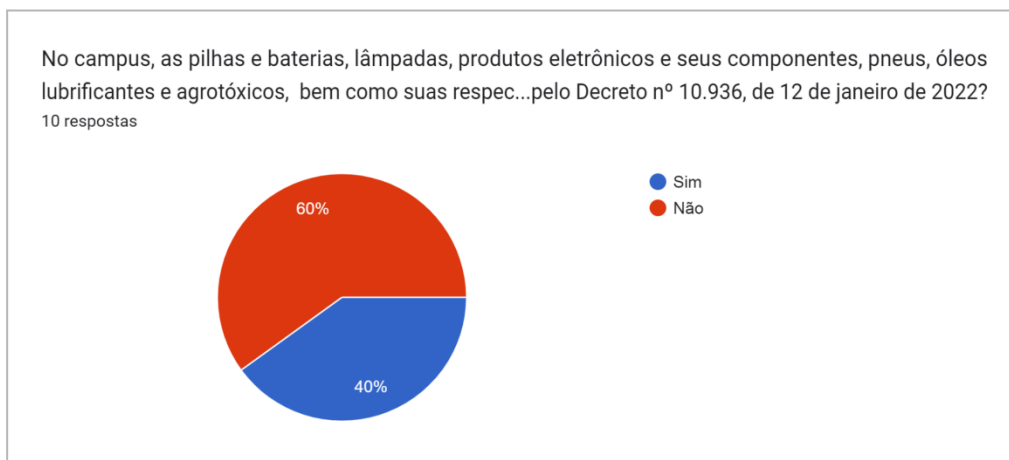
Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Gráfico 9 - Pergunta 03 - Eixo 02 da A3P



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Gráfico 10 - Pergunta 04 - Eixo 02 da A3P



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Os dados obtidos para o Eixo 2 A3P, que trata da gestão adequada dos resíduos sólidos, revelam avanços no âmbito do IFSP, com uma média geral de 60% de respostas positivas entre os campi participantes. Dentre os destaques, observa-se que 80% dos campi afirmaram adotar a política dos 5R's (repensar, recusar, reduzir, reutilizar e reciclar). Em contrapartida, somente 60% realiza a coleta seletiva solidária, separando os resíduos na fonte e encaminhando-os para as cooperativas e associações de catadores, em

conformidade com o Decreto no 10.936, de 12 de janeiro de 2022.

Outro ponto relevante refere-se à adoção da política dos 5R's (repensar, recusar, reduzir, reutilizar e reciclar), presente em 80% dos campi respondentes. Essa política é considerada uma estratégia fundamental para a construção de uma cultura organizacional voltada à sustentabilidade, pois promove a mudança de comportamento no uso e descarte de materiais no cotidiano institucional.

Entretanto, merece destaque o fato de que apenas 70% dos campi declararam aderir à Resolução Conama nº 275 (Brasil, 2001), que estabelece a padronização das cores para a identificação de coletores de resíduos, e somente 40% realizam a logística reversa de materiais como pilhas, bateria, produtos eletrônicos, óleos e agrotóxicos, para os comerciantes, em conformidade com o Decreto no 10.936/2022. Essa discrepância entre a legislação vigente e sua efetivação prática nos campi demonstra uma fragilidade institucional que requer atenção, especialmente no que diz respeito ao cumprimento das normativas ambientais em vigor. Dessa forma, os resultados obtidos a partir da aplicação dos questionários indicam que, embora os campi do IFSP tenham demonstrado um avanço considerável em relação à gestão de resíduos sólidos, ainda existem desafios a serem superados, sobretudo no que se refere à plena conformidade com a legislação ambiental.

4.3 EIXO 3 - QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO

Tabela 3 - Qualidade de vida no ambiente de trabalho

Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho		
Indicador	Sim	Não
1 - O campus oferece atividades de ginástica laboral ou semelhantes?	1	9
2 - As instalações do campus estão em conformidade com as exigências de acessibilidade?	7	3
3 - O campus demonstra preocupação com a ergonomia do mobiliário e equipamentos?	6	4
4 - O campus possui Comissão Interna de Prevenção de Acidentes	4	6

e Assédio (CIPA)?		
5 - O campus possui controle da jornada de trabalho?	9	1
6 - O IFSP conta com grupo especializado para apoio no tratamento de neuroses?	2	7
7 - Os ambientes do campus, especialmente os de trabalho, são salubres?	10	0
8 - O IFSP possui programa de saúde ocupacional?	4	6
9 - O IFSP possui programa de orientação nutricional?	5	5
10 - O campus incentiva o desenvolvimento e capacitação de seus servidores por meio da autonomia das atividades a serem desenvolvidas?	9	1
11 - O campus incentiva desenvolvimento e capacitação dos servidores pelo aproveitamento de habilidades?	8	2
12 - O campus estimula desenvolvimento e capacitação promovendo o significado do trabalho?	6	4
13 - O campus fomenta integração social interna/externa, promovendo ambiente livre de preconceitos?	8	2
14 - O campus incentiva e promove integração social interna em áreas comuns e eventos?	7	3
15 - O campus estimula integração social interna favorecendo relacionamentos interpessoais?	7	3
16 - O campus promove integração social interna, incentivando senso de comunidade?	7	3

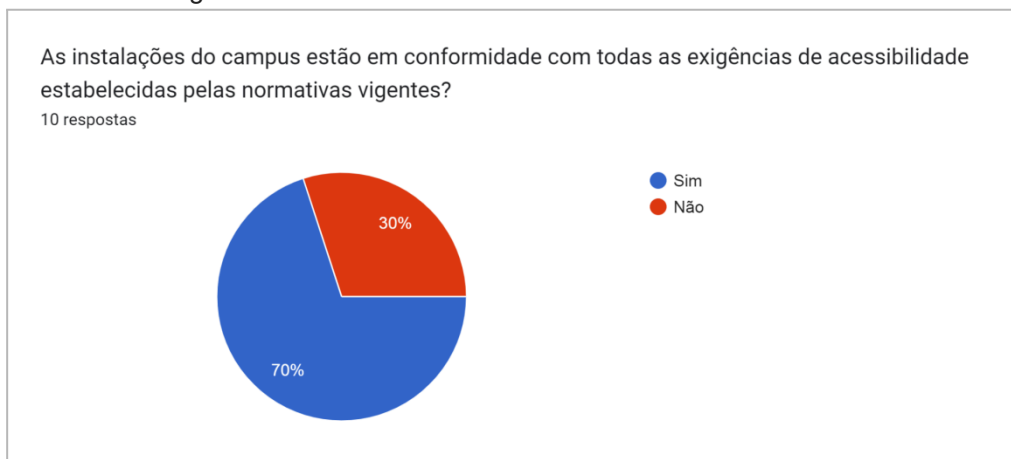
Fonte: Adaptado de Luiz *et al.*(2013).

Gráfico 11 - Pergunta 01 - Eixo 03 da A3P



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Gráfico 12 - Pergunta 02 - Eixo 03 da A3P



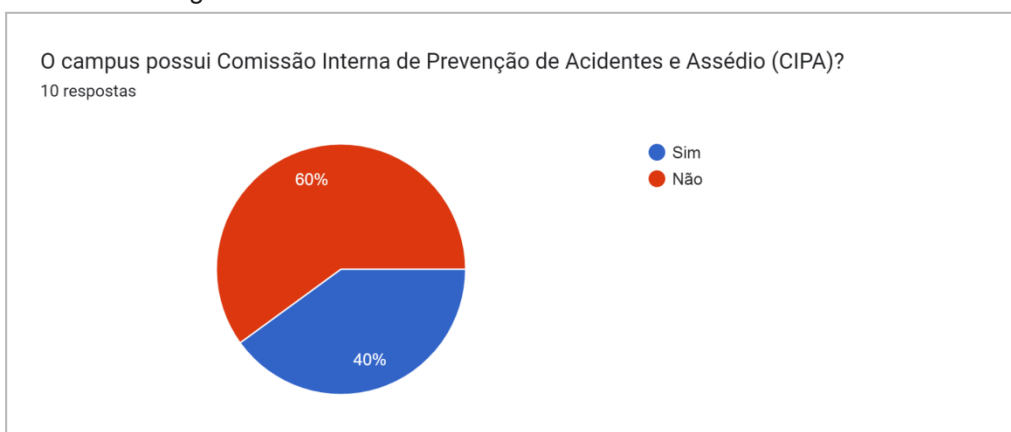
Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Gráfico 13 - Pergunta 03 - Eixo 3 da A3P



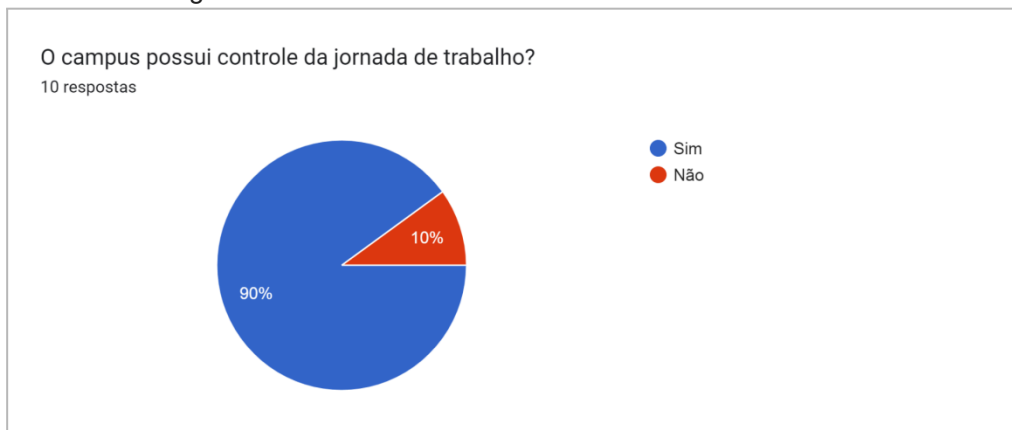
Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Gráfico 14 - Pergunta 04 - Eixo 03 da A3P



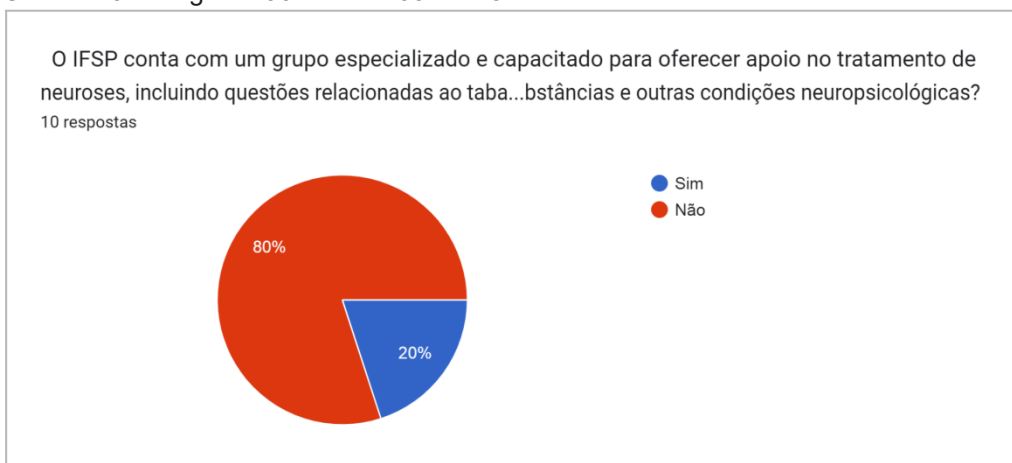
Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Gráfico 15 - Pergunta 05 - Eixo 04 da A3P



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Gráfico 16 - Pergunta 06 do Eixo 03 da A3P



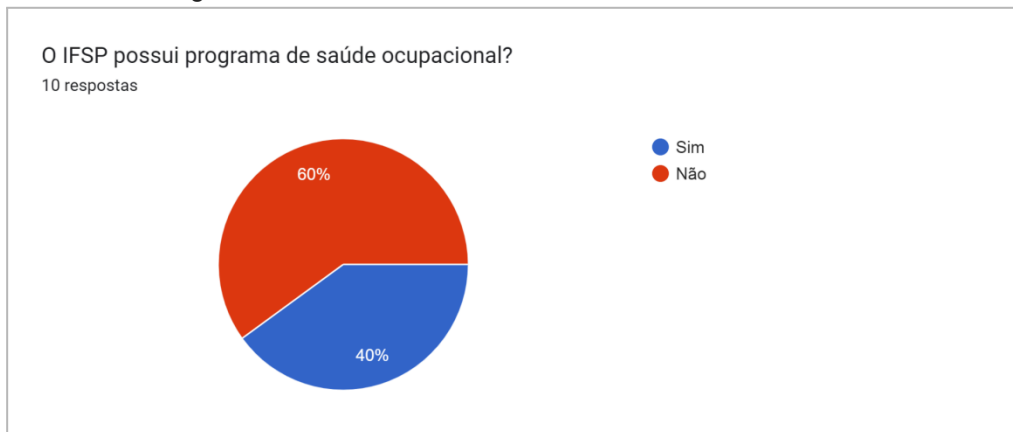
Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Gráfico 17 - Pergunta 07 - Eixo 03 da A3P



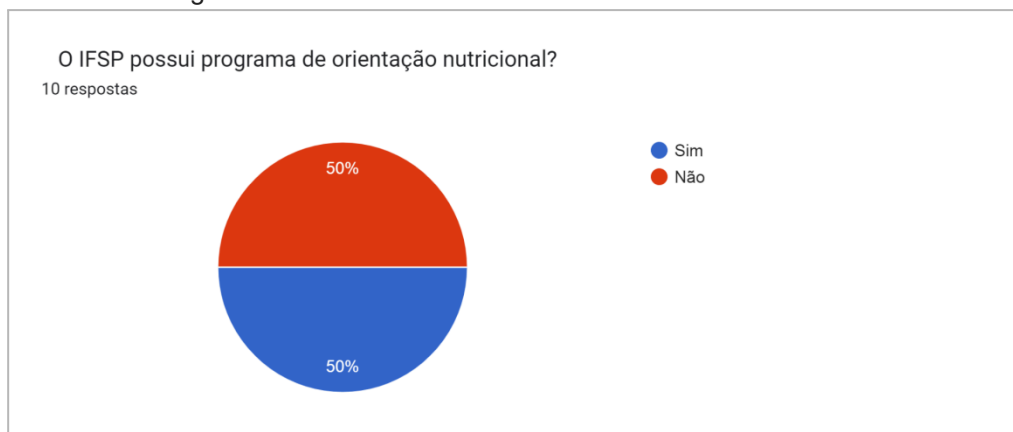
Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Gráfico 18 - Pergunta 08 - Eixo 03 da A3P



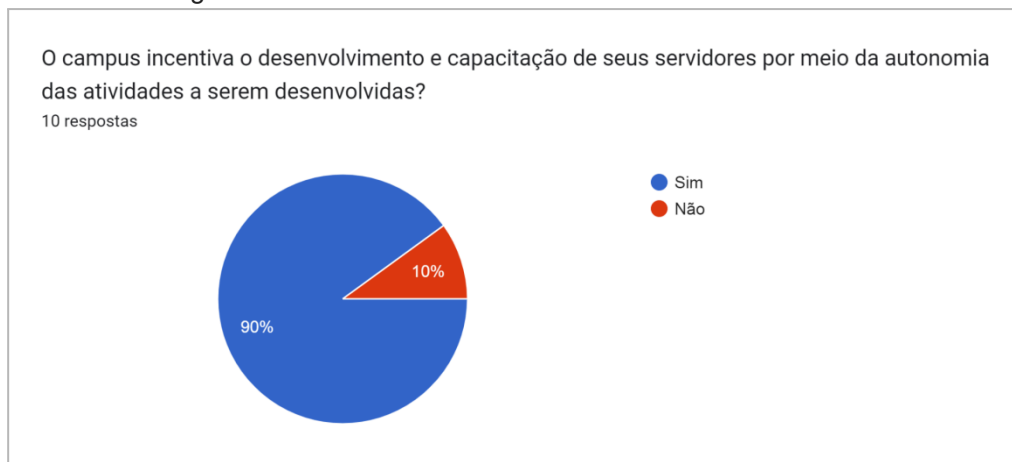
Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Gráfico 19 - Pergunta 09 - Eixo 03 da A3P



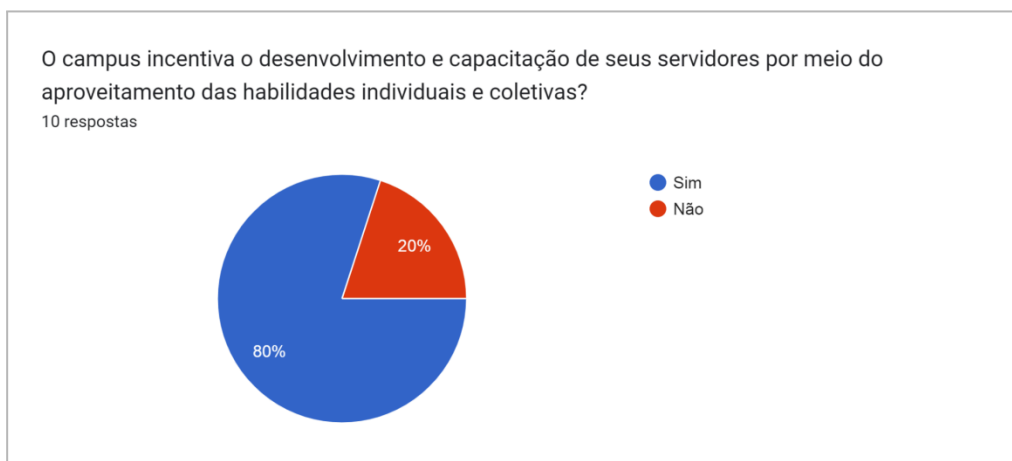
Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Gráfico 20 - Pergunta 10 - Eixo 3 da A3P



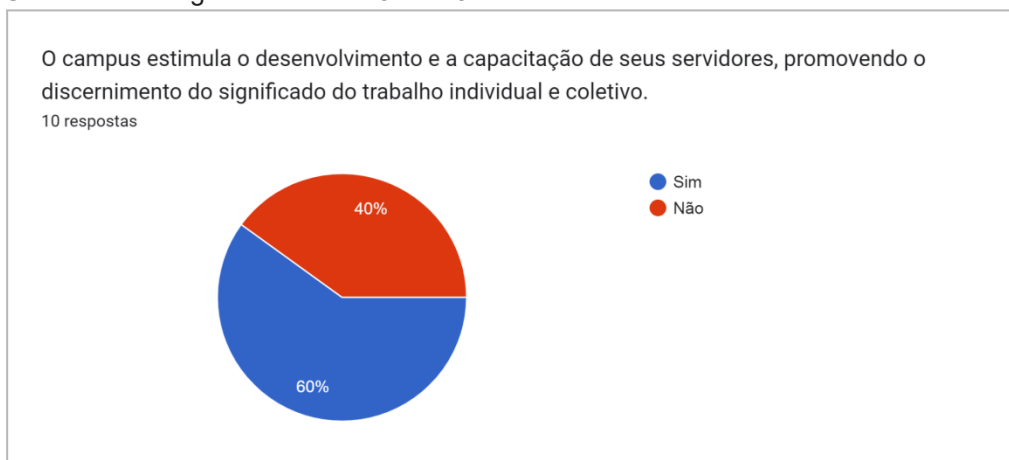
Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Gráfico 21 - Pergunta 11 - Eixo 3 da A3P



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Gráfico 22 - Pergunta 12 - Eixo 3 da A3P



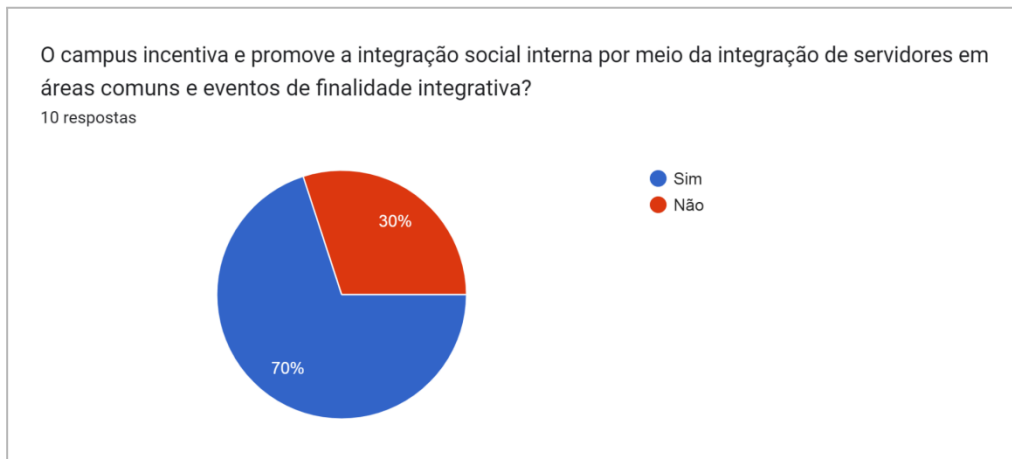
Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Gráfico 23 - Pergunta 13 - Eixo 3 da A3P



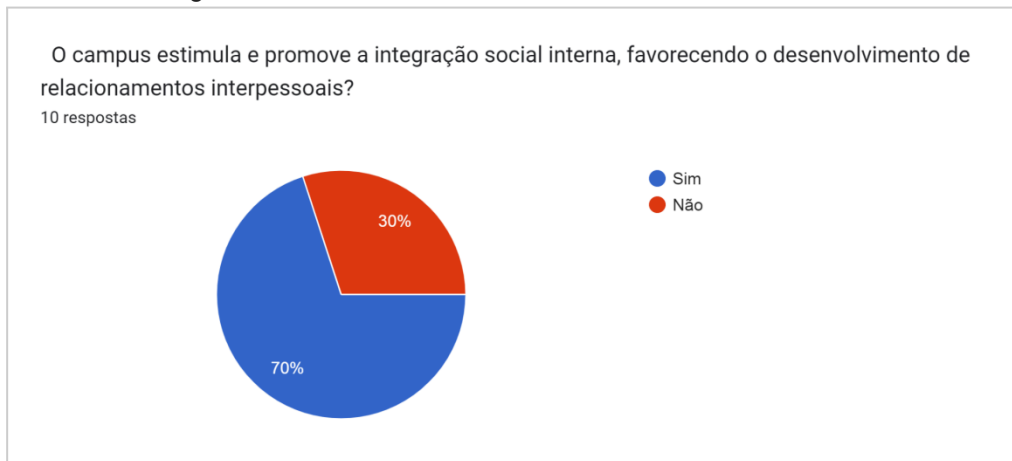
Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Gráfico 24 - Pergunta 14 - Eixo 3 da A3P



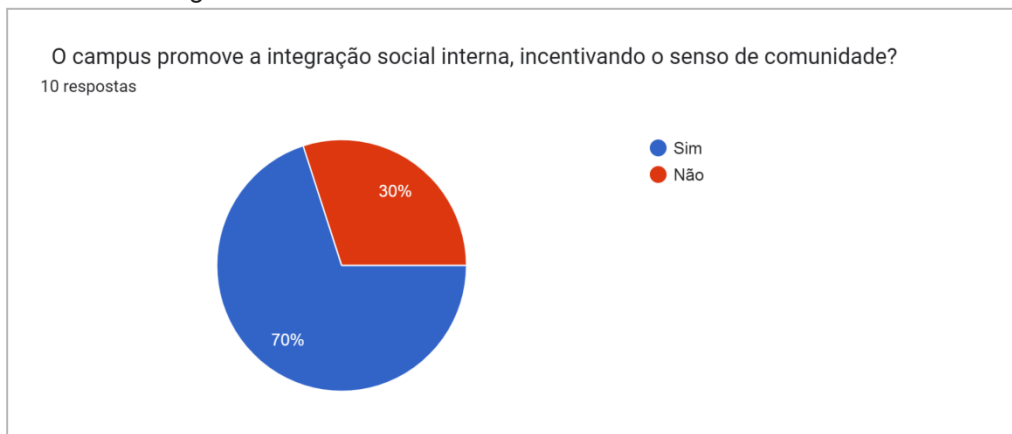
Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Gráfico 25 - Pergunta 15 - Eixo 3 da A3P



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Gráfico 26 - Pergunta 16 - Eixo 3 da A3P



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

As respostas relativas ao Eixo 3 da A3P, que trata da qualidade de vida no ambiente de trabalho, evidenciaram uma significativa dispersão nos dados, refletindo diferentes níveis de maturidade e implementação das ações nos campi do IFSP. Por um lado, verificaram-se iniciativas bem consolidadas, como a promoção de ambientes salubres, reconhecida por 100% dos respondentes, e as ações voltadas a capacitação e valorização dos servidores, tanto pela autonomia nas atividades quanto pelo aproveitamento de habilidades, com respostas positivas para 90% e 80% dos campi participantes, respectivamente. Tais indicadores demonstram uma atenção institucional aos aspectos estruturais e à qualificação dos servidores como elementos importantes para o bem-estar no ambiente organizacional.

Esses resultados estão alinhados à Política de Desenvolvimento de Pessoas do IFSP, que estabelece diretrizes para capacitação e qualificação de servidores, contemplando capacitações internas e externas, licença para capacitação, aut capacitação, bem como afastamentos remunerados para fins de qualificação profissional. Segundo os Relatórios de Gestão, a Reitoria, por meio da PRD, tem promovido editais de incentivo educacional voltado ao subsídio de cursos de formação, contribuindo para elevação do nível de conhecimento dos servidores.

Entretanto, alguns resultados evidenciaram fragilidades na promoção da qualidade de vida no trabalho. A ginástica laboral apresenta baixa adesão (10%), assim como o apoio à saúde mental (22%), revelando carência de políticas voltadas ao bem-estar físico e psicológico. Programas de saúde ocupacional (40%) e orientação nutricional (50%) são percebidos de forma parcial, indicando necessidade de fortalecimento. Além disso, a ergonomia (60%) e a presença da CIPA (40%) ainda não se mostram consolidadas, apontando para a importância de maior investimento institucional nessas áreas.

De maneira geral, os dados sugerem que os aspectos mais tangíveis da qualidade de vida no trabalho – como infraestrutura e capacitação – são mais contemplados do que os aspectos subjetivos e integrativos, que envolvem o cuidado contínuo com a saúde física e emocional dos servidores.

Apesar das limitações apontadas pelo questionário, a consulta ao PDI (2019 - 2024) revelou que algumas das diretrizes previstas neste eixo constam no plano

institucional, o qual estabelece, entre seus objetivos estratégicos, a promoção de melhores condições de trabalho e de qualidade de vida para os servidores. A implementação dessas ações é de responsabilidade da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional abrangendo, ainda, as políticas voltadas à capacitação e qualificação de pessoal.

O Relatório de Gestão de 2024 apresenta diversas iniciativas desenvolvidas pela PRD em resposta a esse objetivo estratégico. Entre elas, destacam-se os Programas de Qualidade de Vida e Promoção à Saúde, bem como os programas de combate ao assédio moral e sexual, respeito às questões de gênero e étnico-raciais, melhoria do clima organizacional e o Projeto Centro de Referência em Formação de Servidores, com ações intra e interunidades.

Merece destaque o Projeto "IFSP Pensando em Você", também coordenado pela PRD, cujo foco é a promoção da saúde e qualidade de vida no ambiente de trabalho e a melhoria contínua do clima organizacional. Essa iniciativa deu origem à construção da Política de Promoção à Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho, instituída pela Portaria RET-IFSP nº 4389, de 21 de dezembro de 2020. A implementação dessa política resultou na criação do Programa de Promoção à Saúde e Qualidade de Vida, formalizado por meio da Portaria Normativa RET-IFSP nº 15, de 19 de julho de 2021.

Dentre as ações associadas ao referido programa, o Relatório de Gestão cita o desenvolvimento dos projetos Amplifica e MOVE+IFSP, a contratação da plataforma digital Wellhub e a realização das primeiras edições dos Jogos de Integração dos Servidores (JIS) e dos Jogos Eletrônicos de Integração (e-JIS). Também foram promovidas chamadas públicas com o objetivo de estabelecer parcerias com instituições voltadas à prática de atividades físicas e esportivas, ampliando os benefícios oferecidos aos servidores da instituição.

Nesse contexto, observa-se que os programas e ações mencionados nos Relatórios de Gestão não corroboram, de forma plena, os resultados negativos identificados em determinadas práticas no âmbito local dos campi, sugerindo uma menor preocupação com a saúde física do servidor. No entanto, apesar dos programas e ações voltados à qualidade de vida dos servidores desenvolvidos no âmbito da PRD, ressalta-se que a efetividade das políticas e programas

implementados está diretamente condicionada à articulação entre a Reitoria e os campi, de modo que as diretrizes institucionais sejam efetivamente incorporadas à rotina administrativa dos campi.

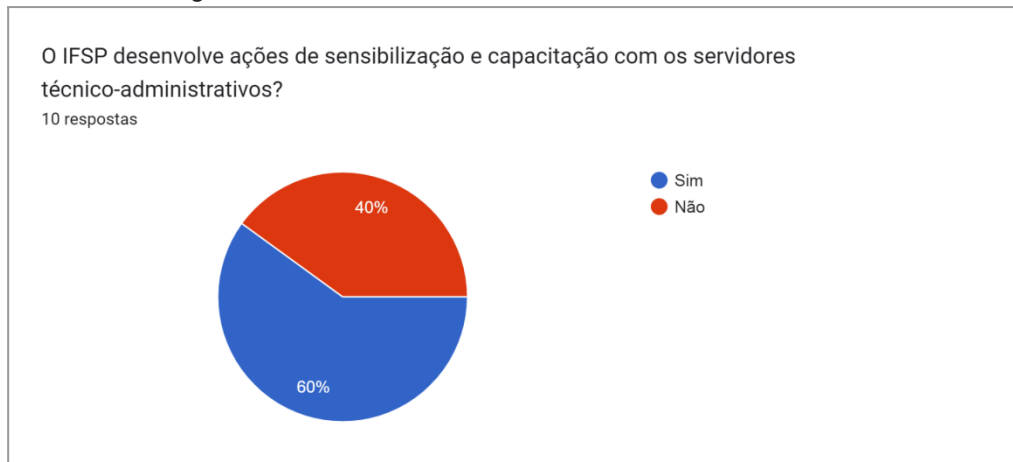
4.4 EIXO 4 - SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES

Fonte: Adaptado de Luiz *et al.*(2013).

Tabela 4 – Sensibilização e Capacitação dos Servidores

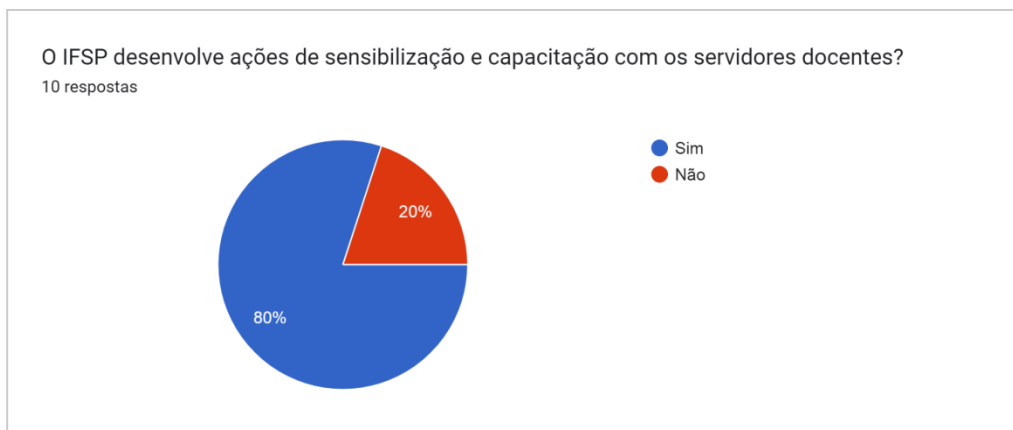
Eixo 4 – Sensibilização e Capacitação dos Servidores		
Indicador	Sim	Não
1 - O IFSP desenvolve ações de sensibilização e capacitação com servidores técnico-administrativos?	6	4
2 - O IFSP desenvolve ações de sensibilização e capacitação com servidores docentes?	8	2
3 - No IFSP, há sensibilização dos gestores em relação a questões socioambientais?	7	3
4 - No campus, realiza-se sensibilização dos servidores em relação às questões socioambientais?	7	3
5 - O campus promove educação ambiental ao corpo discente em todos os níveis?	7	3
6 - O campus realiza ações de sensibilização da comunidade no entorno para conservação ambiental?	4	6
7 - O IFSP produz e divulga material educativo para preservação ambiental?	5	5
8 - O campus produz e divulga material educativo para preservação ambiental?	4	6

Gráfico 27 - Pergunta 01 - Eixo 4 da A3P



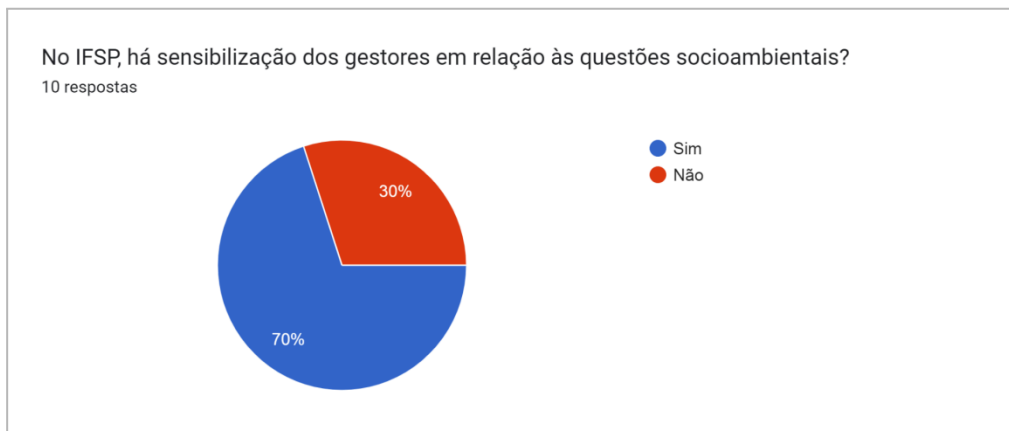
Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Gráfico 28 - Pergunta 02 - Eixo 4 da A3P



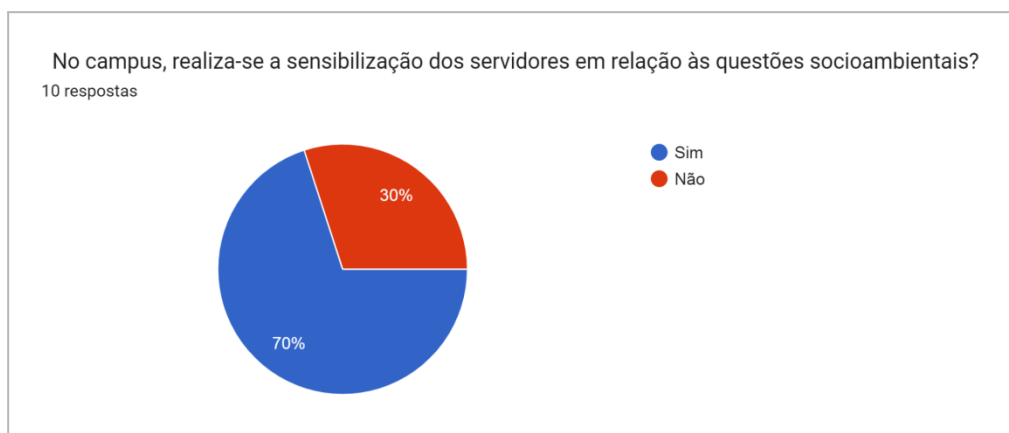
Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Gráfico 29 - Pergunta 03 - Eixo 4 da A3P



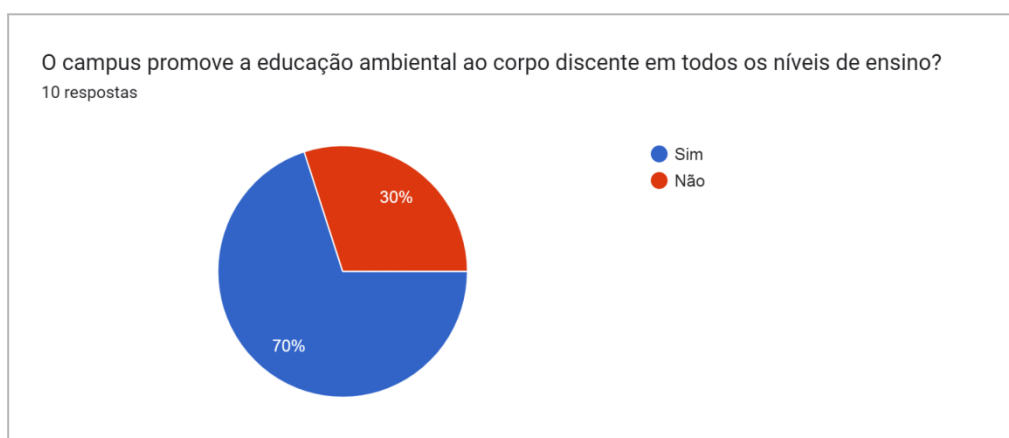
Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Gráfico 30 - Pergunta 04 - Eixo 4 da A3P



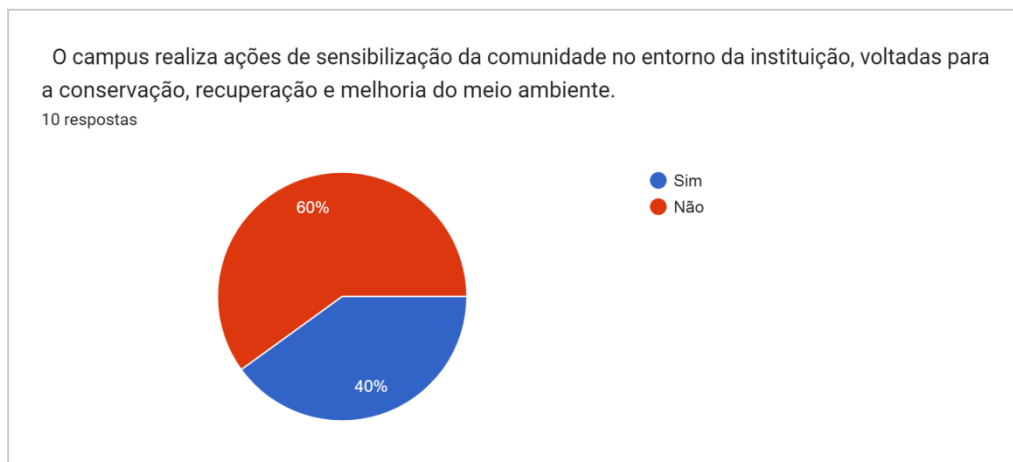
Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Gráfico 31 - Pergunta 05 - Eixo 4 da A3P



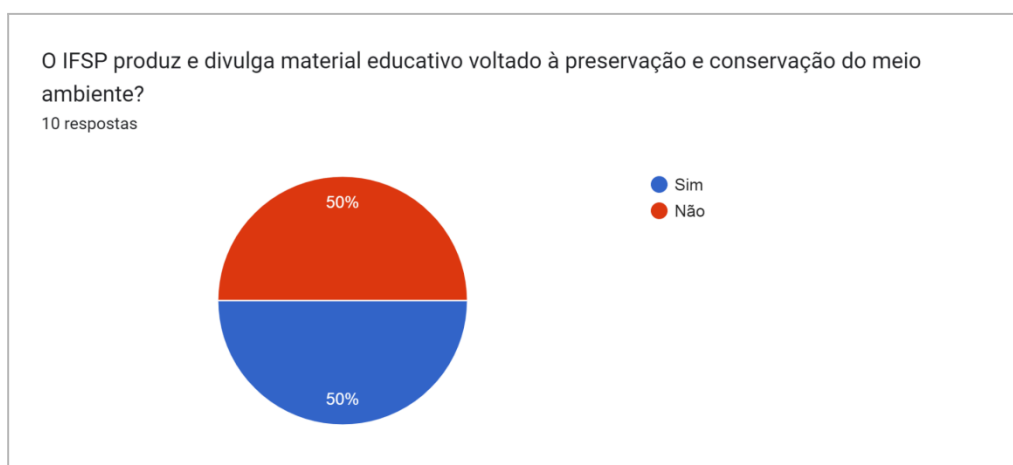
Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Gráfico 32 - Pergunta 06 - Eixo 4 da A3P



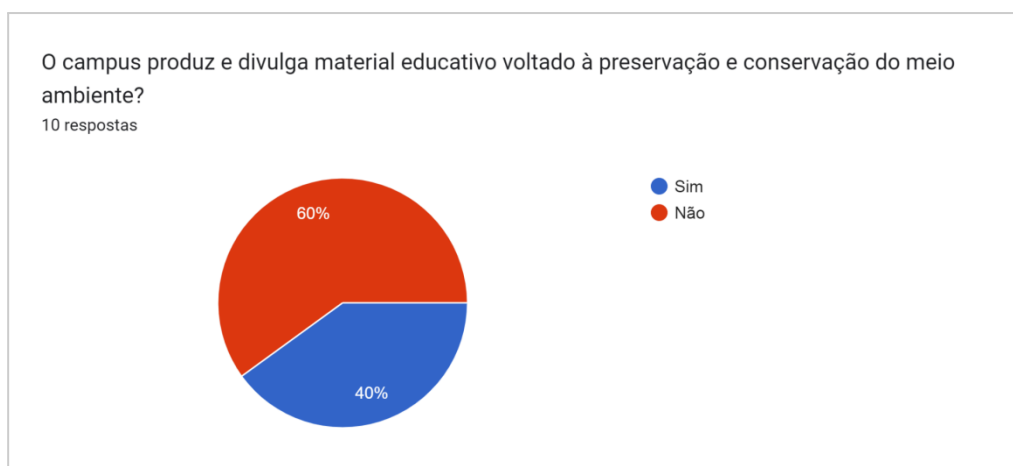
Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Gráfico 33 - Pergunta 07 - Eixo 4 da A3P



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Gráfico 34 - Pergunta 08 - Eixo 4 da A3P



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Os resultados referentes ao Eixo 4 da A3P, que aborda a sensibilização e capacitação dos servidores, apontam para um desempenho institucional positivo, ainda que com aspectos que demandam atenção e aprimoramento. Dos oito indicadores avaliados, seis obtiveram 60% ou mais de respostas afirmativas, o que revela um grau considerável de engajamento com ações formativas voltadas à temática socioambiental.

Destaca-se que 80% dos respondentes indicaram a realização de ações de sensibilização voltadas aos servidores docentes e 60% voltadas a servidores técnico-administrativos, enquanto 70% confirmaram a sensibilização de gestores, refletindo uma preocupação institucional em promover o envolvimento de diferentes níveis da administração pública com as questões socioambientais.

Por outro lado, alguns resultados indicam fragilidades na promoção da consciência ambiental. Apenas 40% dos respondentes confirmaram ações de sensibilização da comunidade no entorno, enquanto 60% não as identificaram. A produção e divulgação de materiais educativos pelo IFSP obteve equilíbrio (50% afirmaram sua existência e 50% a ausência), mas, quando atribuída aos campi, o índice positivo caiu para 40%. Esses dados revelam que tais iniciativas ainda ocorrem de forma pontual e pouco sistemática, o que indica a necessidade de um maior fortalecimento institucional nessa área.

4.5 EIXO 5 - COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS

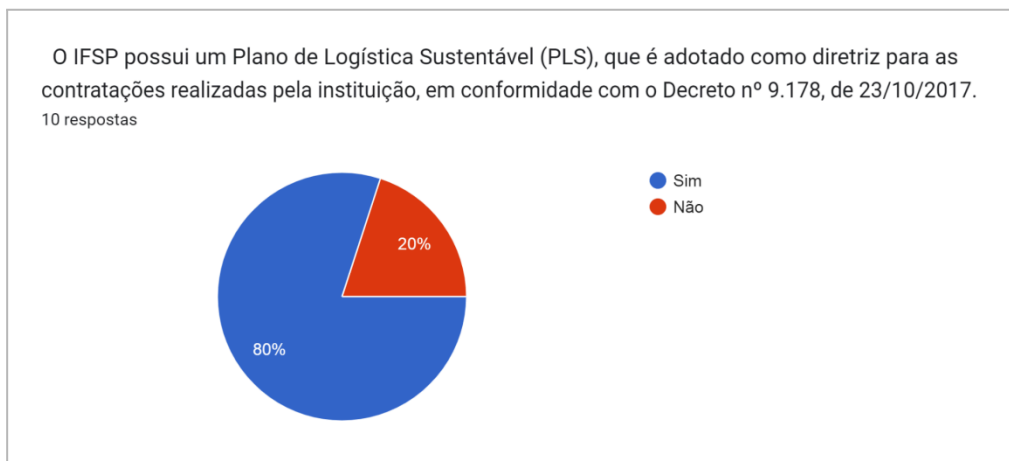
Tabela 5 – Compras Públicas Sustentáveis

Eixo 5 – Compras Públicas Sustentáveis		
Indicador	Sim	Não
1- O IFSP possui Plano de Logística Sustentável (PLS) adotado conforme Decreto nº 9.178/2017?	8	2
2 - Nos processos de compras, campus prioriza produtos de fontes não poluidoras?	8	2
3 - Nos processos de compras, campus adota verificação de certificação ambiental das empresas?	6	4
4 - Nos processos de compras, campus prioriza produtos que	8	2

consomem menos água e energia?		
5 - Nos processos de compras, custos indiretos e impacto ambiental são considerados?	7	3
6 - Nos processos de compras, campus adquire produtos reciclados?	6	4
7 - Nos processos de compras, campus prioriza bens passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento?	6	4
8 - Na aquisição de veículos, considera-se eficiência energética e redução de poluição?	4	6
9 - Na aquisição de equipamentos eletroeletrônicos, segue critérios da Resolução CONAMA 20/1994?	7	3
10 - Na contratação de serviços terceirizados, exige-se treinamento aos empregados?	9	1
11 - Na contratação de serviços terceirizados, exige-se fornecimento de EPIs?	10	0
12 - Na contratação de serviços de limpeza, exige-se a separação dos resíduos sólidos?	8	2
13 - Na contratação de serviços de limpeza, exige-se medidas para redução do consumo de água e energia?	7	3

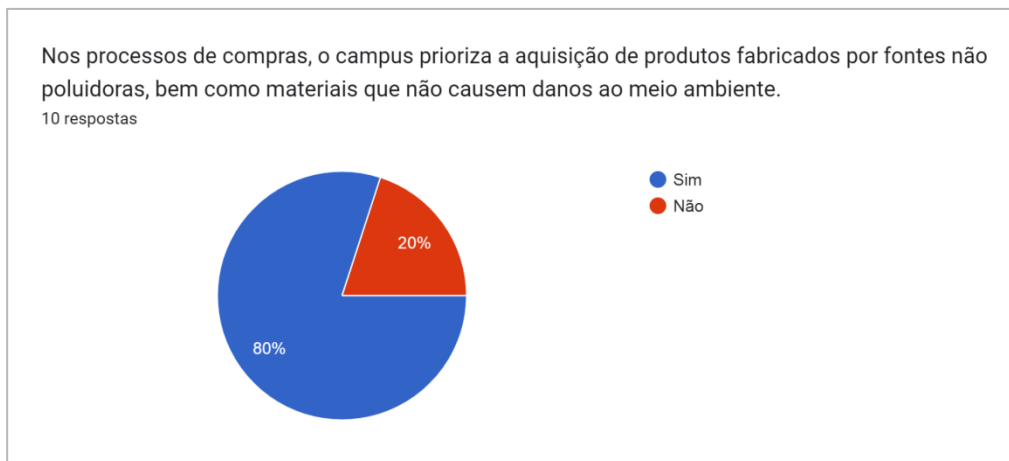
Fonte: Adaptado de Luiz *et al.*(2013).

Gráfico 35 - Pergunta 01 - Eixo 5 da A3P



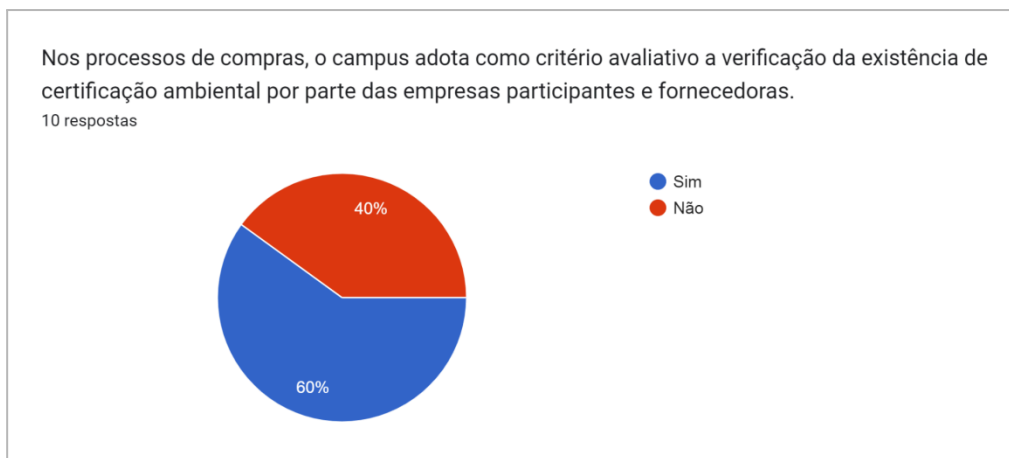
Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Gráfico 36 - Pergunta 02 - Eixo 5 da A3P



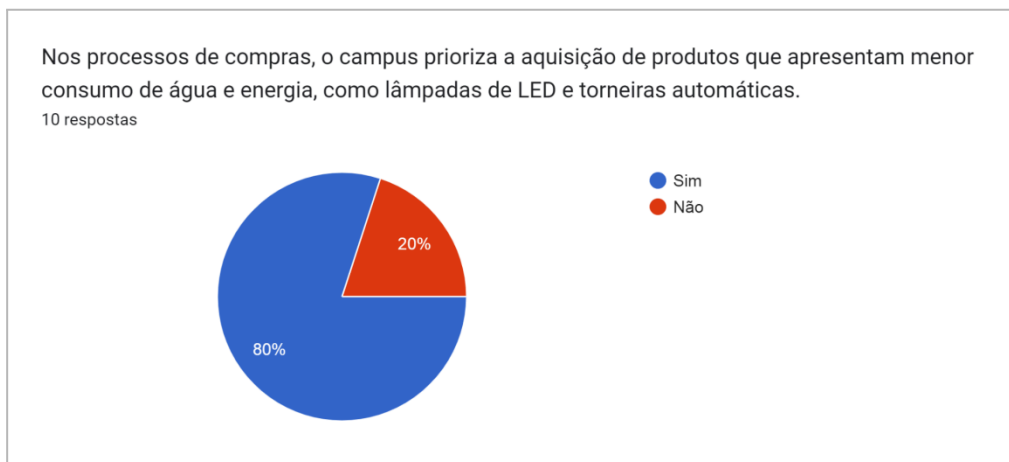
Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Gráfico 37 - Pergunta 03 - Eixo 5 da A3P



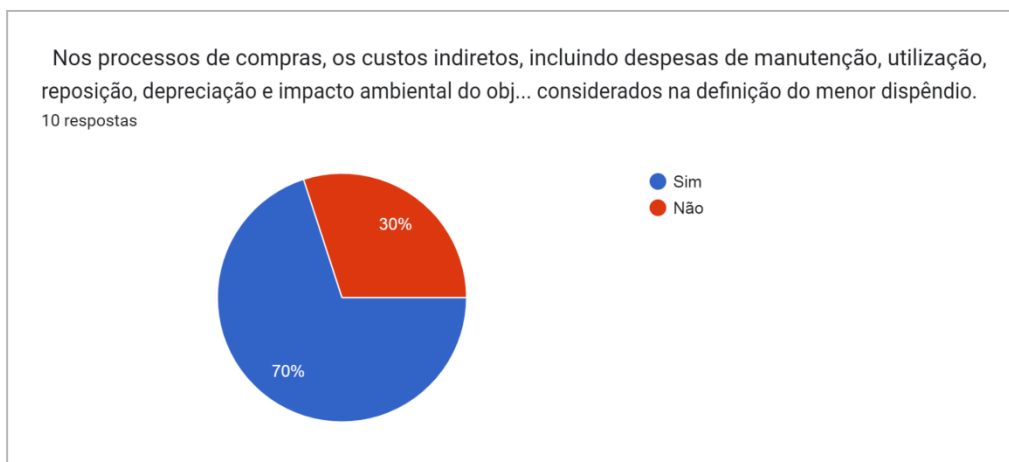
Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Gráfico 38 - Pergunta 04 - Eixo 5 da A3P



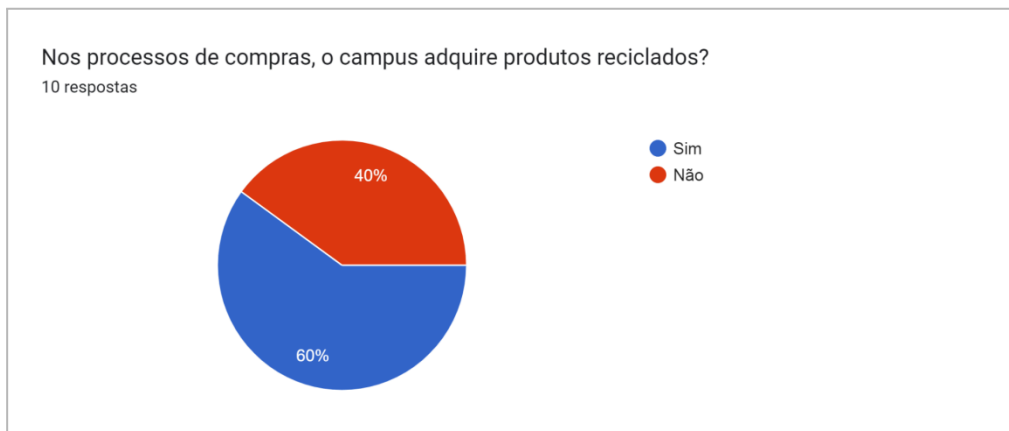
Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Gráfico 39 - Pergunta 05 - Eixo 5 da A3P



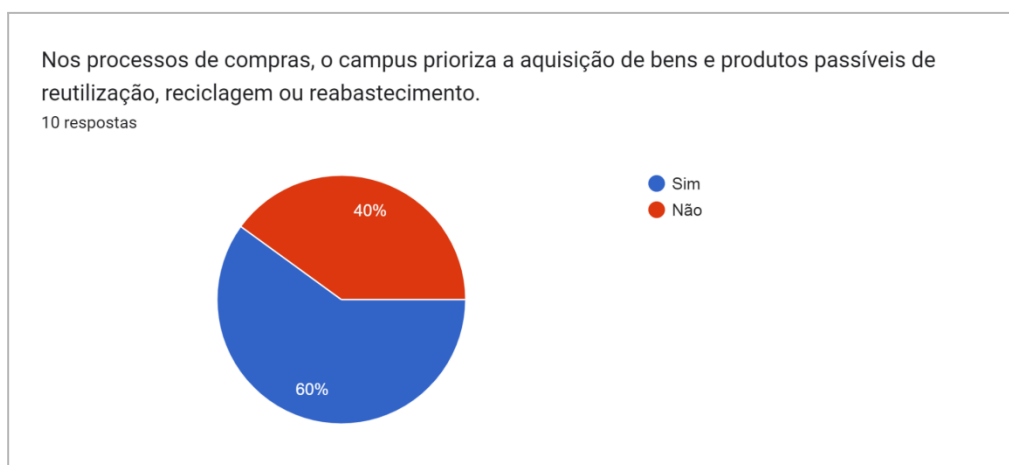
Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Gráfico 40 - Pergunta 06 - Eixo 5 da A3P



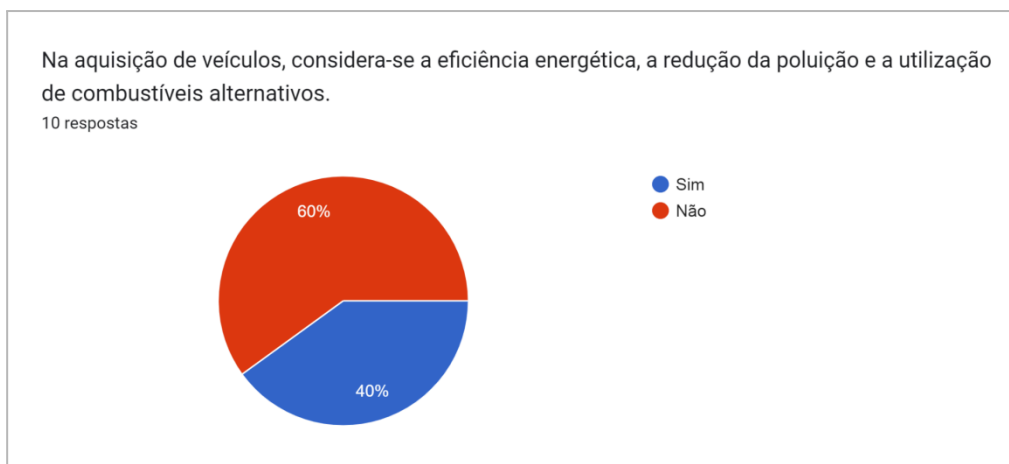
Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Gráfico 41 - Pergunta 07 - Eixo 5 da A3P



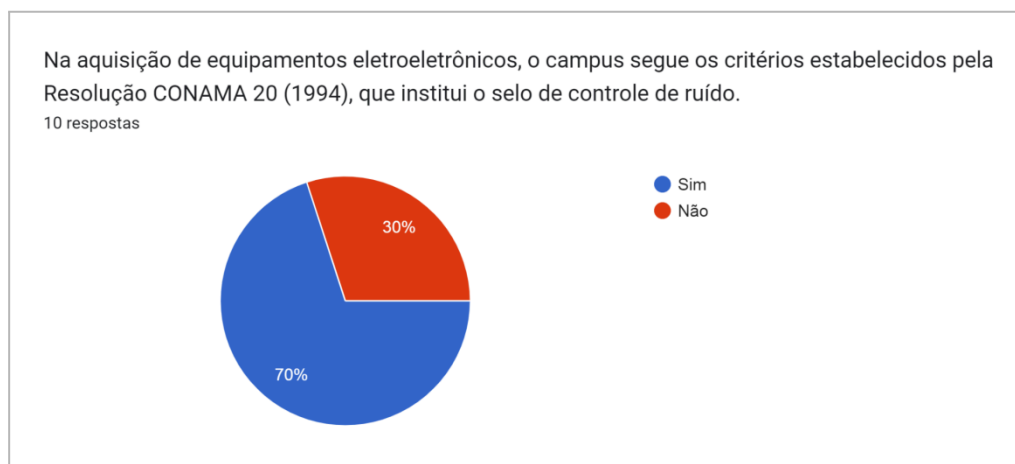
Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Gráfico 42 - Pergunta 08 - Eixo 5 da A3P



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Gráfico 43 - Pergunta 09 - Eixo 5 da A3P



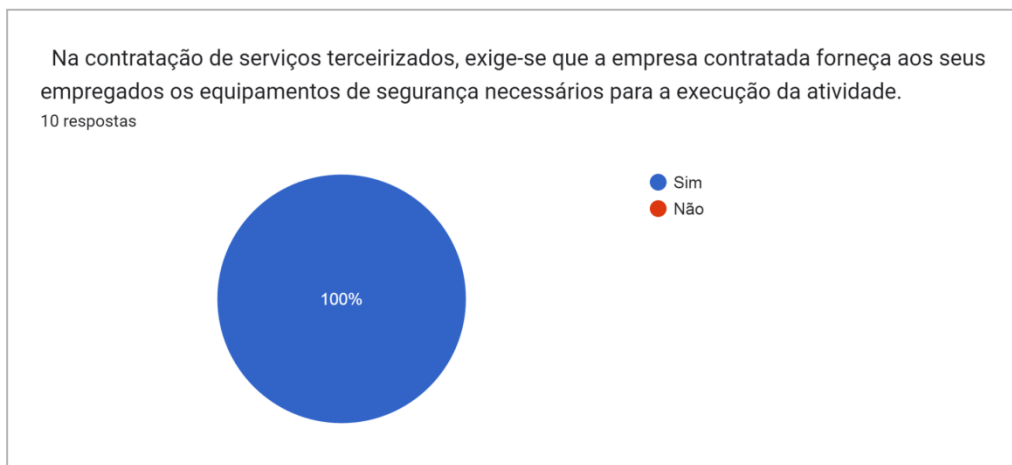
Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Gráfico 44 - Pergunta 10 - Eixo 5 da A3P



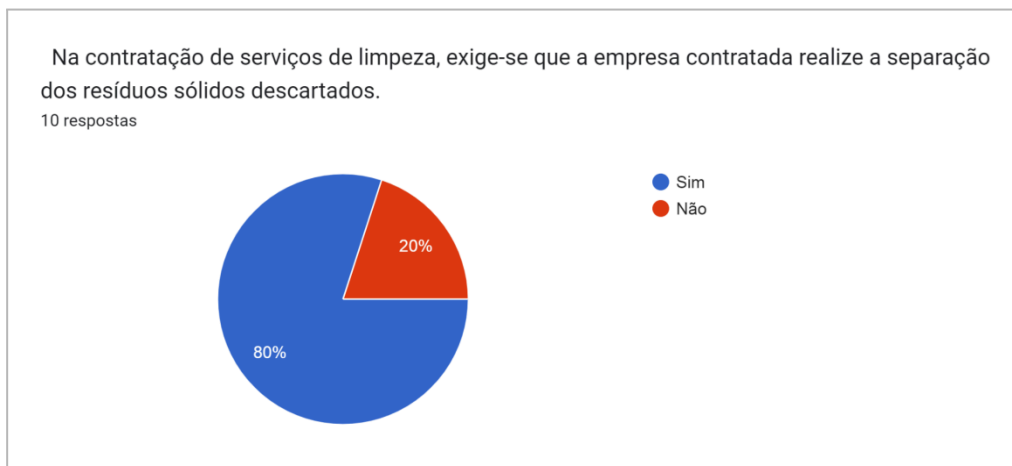
Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Gráfico 45 - Pergunta 11 - Eixo 5 da A3P



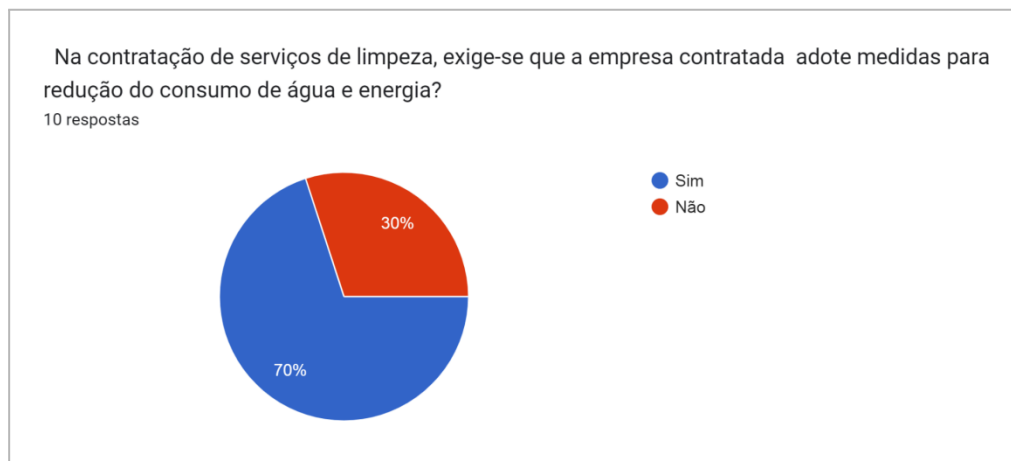
Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Gráfico 46 - Pergunta 12 - Eixo 5 da A3P



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Gráfico 47 - Pergunta 13 - Eixo 5 da A3P



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

As respostas relacionadas ao Eixo 5 da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), que trata das compras públicas sustentáveis, evidenciam uma adesão variável às práticas sustentáveis nos processos de aquisição de bens e serviços no âmbito do IFSP.

Entre os indicadores mais positivos, destaca-se a adequação ao Plano de Logística Sustentável (PLS) conforme o Decreto nº 9.178 (Brasil, 2017), mencionada por 70% dos respondentes. É importante destacar que, embora somente 70% dos respondentes tenham indicado a existência de um PLS institucional, essa informação não corrobora com o Relatório de Gestão 2024, que registra que o Plano de Logística Sustentável do IFSP se encontra formalmente aprovado, contemplando, entre suas diretrizes, ações voltadas às compras públicas sustentáveis, conforme preconiza a legislação vigente. A existência desse instrumento reforça a importância da articulação interna para a implementação de critérios sustentáveis nos processos de aquisição, bem como a necessidade de capacitação contínua dos setores envolvidos.

Outro ponto de destaque refere-se à capacitação e fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) em contratos terceirizados, presente em 90% e 100% dos campi, o que demonstra um comprometimento com a saúde ocupacional e a responsabilidade socioambiental nos processos contratuais.

Por outro lado, alguns indicadores revelam fragilidades importantes. Apenas

60% dos campi afirmaram adquirir produtos reciclados ou recicláveis, e apenas 40% declararam adotar critérios ambientais para a aquisição de veículos, o que aponta para um uso ainda limitado de especificações sustentáveis nos editais de compra.

A consulta aos Relatórios de Gestão, referentes ao período de 2020 a 2024, revelou que a Pró-Reitoria de Administração (PRA) e a Pró-Reitoria de Ensino são responsáveis pela coordenação do projeto "Sustentabilidade no IFSP". Essa iniciativa tem como objetivo incorporar critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições institucionais, inserindo a temática como requisito nos editais. No entanto, apesar da existência de ações relevantes, como a avaliação dos materiais utilizados em obras e a exigência de certificação do IBAMA para as madeiras empregadas tanto nas construções quanto nos mobiliários adquiridos pela instituição, os dados apresentados anteriormente indicam que o projeto ainda necessita aumentar o alcance das suas ações.

Em síntese, as respostas dos campi às perguntas 1, 7 e 8 não convergem com as informações apresentadas nos Relatórios de Gestão sobre o Projeto "Sustentabilidade no IFSP", o que indica que o projeto necessita aumentar o alcance e efetividade na implementação de suas ações.

4.6 EIXO 6 - CONSTRUÇÕES SUSTENTÁVEIS

Tabela 6 – Sustentabilidade em Projetos de Engenharia de Novas Edificações no IFSP

Eixo – 6 Construções Sustentáveis	
Indicadores Avaliados	Resposta
1- Os projetos de engenharia para novas edificações estabelece requisitos que consideram a eficiência na manutenção e operação da construção, bem como a redução do consumo de energia e água?	Sim
2 - Os projetos de engenharia para novas edificações preveem a implementação de sistemas de captação de água pluvial?	Sim
3 - Os projetos de engenharia para novas edificações preveem a implementação de sistemas de reutilização de água?	Não
4 - Os projetos de engenharia para novas edificações priorizam a utilização de iluminação natural nos ambientes?	Não
5 - Os projetos de engenharia para novas edificações preveem a implementação de sistemas para utilização de energia limpa, solar, fotovoltaica ou eólica?	Sim
6 - Os projetos de engenharia para novas edificações priorizam a ventilação natural dos ambientes (pé-direito mais alto, ventilação cruzada, etc.)?	Não

8 - Os projetos de engenharia para novas edificações preveem o uso de materiais com mínimo impacto ambiental (ex: madeira alternativa, tijolos ecológicos)?	Não
9 - Número de campi do IFSP que dispõem de sistemas para reuso de água	2
10 - Número de campi do IFSP que dispõem de sistemas para aproveitamento da água pluvial	2
11 - Número de campi do IFSP que possuem instalações de energia renovável (solar, fotovoltaica ou eólica)	27

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

O Eixo 6 da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) trata da incorporação de práticas sustentáveis nos projetos arquitetônicos e na infraestrutura física das instituições públicas. No âmbito do Instituto Federal de São Paulo (IFSP), os dados analisados indicam avanços relevantes em determinados aspectos, embora ainda persistam lacunas significativas, sobretudo no que se refere à adoção de estratégias alinhadas ao conceito de construção sustentável.

A análise de sete critérios relacionados a projetos de novas edificações revelou que apenas três deles foram plenamente contemplados: a previsão de eficiência na manutenção e operação das construções, com ênfase na economia de energia e água; a instalação de sistemas de captação de águas pluviais; e a adoção de fontes de energia limpa, como a solar fotovoltaica e a eólica. Esses elementos demonstram o comprometimento institucional com soluções tecnológicas voltadas à sustentabilidade ambiental.

Em contrapartida, quatro critérios não foram atendidos: a reutilização de água, o aproveitamento da iluminação e ventilação naturais, e a utilização de materiais de baixo impacto ambiental. A ausência desses elementos evidencia uma limitação importante na incorporação de estratégias bioclimáticas e na integração de princípios de sustentabilidade passiva desde a etapa de concepção dos projetos arquitetônicos.

Observa-se, assim, uma ênfase na adoção de tecnologias instaladas – como os sistemas de geração fotovoltaica e de captação de água – em detrimento da inserção de soluções arquitetônicas sustentáveis que poderiam contribuir significativamente para a redução da demanda por recursos naturais. Esse desequilíbrio sugere uma abordagem predominantemente tecnológica, com menor

atenção aos aspectos projetuais vinculados à eficiência ambiental integrada.

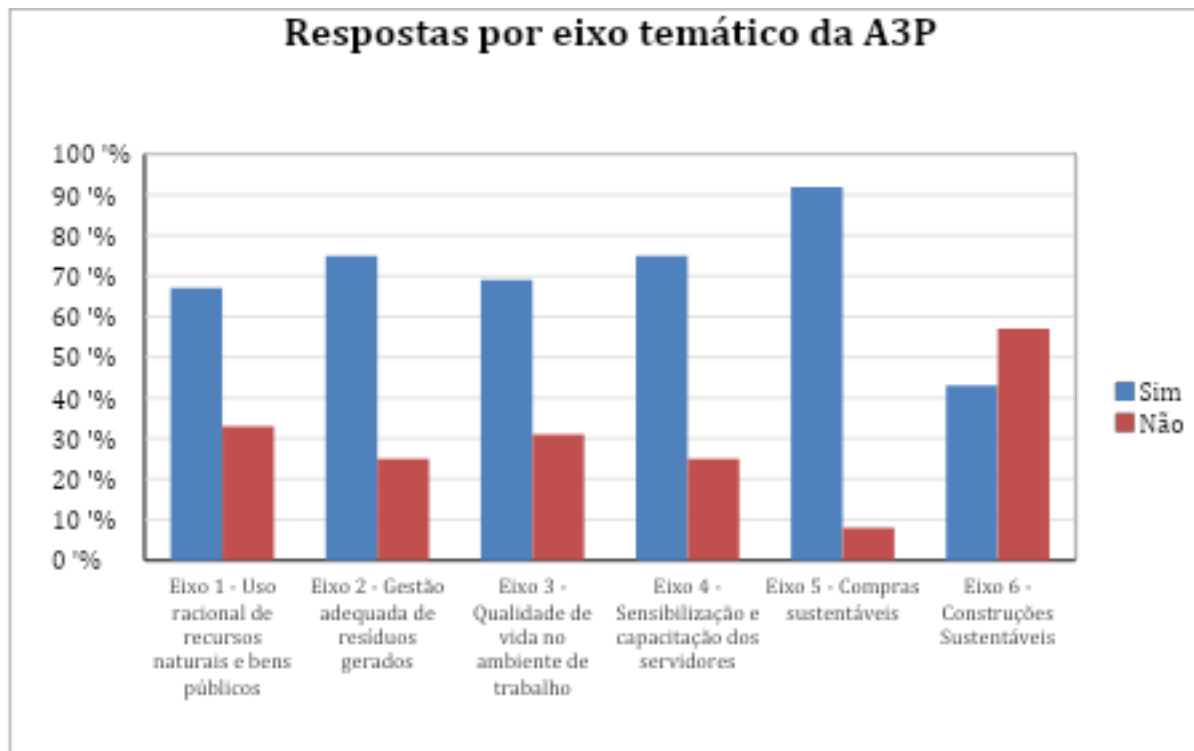
A infraestrutura física já existente nos campi reforça esse cenário. De acordo com os dados levantados, 27 campi do IFSP utilizam fontes de energia renovável, o que representa um avanço significativo na direção de uma matriz energética mais limpa. Tal informação está em consonância com o Relatório de Gestão de 2022, que destaca o comprometimento institucional com a geração e uso de energia de fontes sustentáveis.

Apesar dos novos projetos considerarem a captação de água, conforme resposta à pergunta 2, apenas dois campi possuem sistemas de captação de águas pluviais, conforme resposta à pergunta 10, o que revela uma adesão limitada a estratégias de gestão eficiente dos recursos hídricos.

Contudo, de acordo com o Relatório de Gestão 2024, está programado para o exercício de 2025 a execução de um projeto focado no uso de águas de poços artesianos e a aquisição de um sistema de monitoramento (dashboard) para o gerenciamento do uso de água e a medição do consumo e produção de energia elétrica nos campus.

O gráfico 48 apresenta uma visão geral da adesão aos eixos da A3P pelos campi do IFSP que responderam ao questionário. Além disso, na seção de apresentação dos resultados, é possível identificar, de forma específica por eixo, quais as diretrizes menos executadas nos campi e que requerem maior atenção.

Gráfico 48 - Comparação entre os Eixos da A3P



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A análise dos dados apresentados no gráfico indica que os eixos 1, 2, 3, 4 e 5 alcançaram índices superiores a 60% de respostas positivas em relação às diretrizes da A3P, evidenciando avanços significativos na adoção de práticas sustentáveis nesses eixos. Destacam-se, sobretudo, o Eixo 5 – Compras sustentáveis, com o maior percentual de adesão (cerca de 92%). Esse resultado sugere que as ações voltadas à aquisição responsável de bens e serviços estão mais consolidadas nos campi avaliados.

Os Eixos 1 e 3 merecem atenção especial. O Eixo 1 – Uso racional de recursos naturais e bens públicos apresentou 67% de respostas positivas, demonstrando que há avanços na adoção de práticas voltadas à economia de água, energia e materiais de consumo. No entanto, o percentual de respostas negativas evidencia que tais práticas ainda não estão consolidadas de maneira uniforme em todos os campi, sendo necessário o fortalecimento das ações de monitoramento e incentivo ao consumo consciente.

De modo semelhante, o Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho apresentou 69% de respostas positivas, o que revela a existência de iniciativas que contribuem para um ambiente laboral mais saudável e colaborativo. Ainda assim, o percentual de respostas negativas indica a necessidade de ampliar as políticas institucionais voltadas para este eixo.

O Eixo 6 – Construções sustentáveis apresentou o menor índice de respostas positivas (cerca de 43%), configurando-se como o eixo de menor adesão às diretrizes da A3P. Esse resultado sugere que, embora existam ações sendo realizada neste eixo, há necessidade de ampliar o escopo das práticas sustentáveis na concepção e execução de obras e reformas, integrando critérios ambientais desde a fase de planejamento.

Finalizada a análise aos dados coletados com a aplicação do questionário e com o intuito de mapear as práticas relacionadas à sustentabilidade no âmbito local, realizou-se um levantamento nos sites dos campi do IFSP, visando identificar as ações desenvolvidas na área socioambiental. Os resultados estão registrados no quadro abaixo:

Quadro 4 - Ações de Sustentabilidade nos Campi do IFSP

Campus	Ações Sustentáveis
Araraquara	Arborização do campus (2016); Grupo de Estudos em Sustentabilidade (2016); Projeto “Saúde e Qualidade de Vida” (ago/23–abr/24) com práticas corporais, promoção de saúde integral, cultura de paz e integração entre servidores.
Avaré	Projeto Sacolas Ecológicas (2019) para substituição de sacolas plásticas; Projeto de “Criação de Jardim Agroecológico e Agrofloresta como espaço e ferramenta para se trabalhar Economia Solidária e Soberania Alimentar”, espaços equipados para captação de água de chuva para a irrigação das plantas e composteira (2023).
Barretos	Projeto Educação para Sustentabilidade Rural (2017); Projeto “SPECE” para consciência ambiental e reaproveitamento de paletes (2018 a 2023); Produção de bioprodutos para agricultura familiar (2023).
Birigui	Projeto “CoMMSenso: Conscientização, Mão na Massa e Sensores com a Compostagem de Resíduos Orgânicos” para compostagem de resíduos orgânicos (2023).

Boituva	Parceria para instalação de Estação de Metarreclagem (2016); Doação de caminhão para cooperativa de catadores, doada pela Fundação Banco do Brasil (2015).
Bragança Paulista	Campanhas de coleta de plástico e pilhas; Ações de sensibilização sobre consumo de energia; Plantio de mudas; Participação em feira científica (BRAGANTEC).
Capivari	<p>Projetos “Embeleze o Campus” com jardinagem, horta suspensa e melhorias do espaço físico (2022–2023).</p> <p>Em junho de 2023, foi inaugurado no Campus Capivari o Centro de Pesquisa e Inovação em Efluentes e Resíduos Sólidos, com a participação de servidores dos campi Capivari e Avaré e parcerias com o IQSC-USP, ITAL e Apoio Agroflorestal.</p>
Caraguatatuba	Foi inaugurado no Campus Caraguatatuba o Centro de Pesquisa e Inovação em Cidades Inteligentes e Sustentáveis (CEPIN-CIS), com foco em pesquisas e ações de extensão voltadas à transformação urbana frente aos desafios socioambientais e às mudanças climáticas (2024).
Catanduva	Projeto “ Agroflorif: sistema agroflorestal no âmbito escolar”, projeto se fortalece como instrumento formativo de construção e compartilhamento de conhecimento em preservação ambiental. (2023).
Hortolândia	Programa Horta Solidária (2022); Projeto FrutiFicando de ciência cidadã e sustentabilidade (2023).
Itaquaquetuba	Projeto de identificação e rotulagem de árvores (2023); Horta Comunitária (2023); O campus como instituição facilitadora no Consórcio Pró-Sustentabilidade Alto do Tietê.São objetos do projeto dentro do IFSP-ITQ: construção de viveiro, automatização do sistema de irrigação e de iluminação com geração de energia fotovoltaica, criação de aplicativo para controle do sistema, plantio de mudas e manutenção do viveiro e estudos de métodos de reutilização de água (2023).
Matão	Área para produção agroecológica de frutas e hortaliças em implementação.
Piracicaba	Prêmio Inova Agro sobre inovação e sustentabilidade em alimentos (2023).
Presidente Epitácio	Parceria com a Science Film Festival para exibição de vídeos internacionais sobre sustentabilidade, mudanças climáticas, inovação e energias limpas (2020); Materiais educativos sobre energias renováveis desenvolvidos por alunos para distribuição à comunidade (2021).
Registro	Projeto “Abordando o tema Sustentabilidade”, alunos construíram mobiliário por meio da reutilização de pallets (2019).
Salto	Encontro do Meio Ambiente (2019); Curso de Permacultura e Sustentabilidade (2021, 2022); Oficina para descaracterização de aparelhos eletrônicos (2022); Sistema agroflorestal público; Inauguração de Jardim e Meliponário; Grupo de trabalho para monitoramento inteligente da água; Projeto Adote uma Árvore (2024).

São Carlos	Campanhas educativas diversas: coleta de eletroeletrônicos, tampinhas plásticas, pilhas e baterias; Dia Mundial da Limpeza; Visita técnica ao aterro sanitário; Palestras sobre saneamento básico; Textos e dicas de descarte sustentável.
São João da Boa Vista	Mesa-redonda com a Prefeitura (2020) sobre ambientalismo no contexto atual; Mesa-redonda com a Prefeitura (2023) sobre agricultura orgânica e agroflorestal na região; Parceria com a Prefeitura (2023) para elaboração do Guia de Arborização da cidade.
São José dos Campos	Ações de sensibilização sobre consumo energético; Plantio de mudas; Semana do Meio Ambiente; Projeto de Extensão “Semeando Práticas de Sustentabilidade” (2020).
São Roque	Projeto Tramas da Sustentabilidade para educação ambiental (2017); Projeto “IFSP São Roque Pelo Clima” com cine debate e mesa-redonda (2023).

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Embora tenham sido identificadas diversas iniciativas voltadas à sustentabilidade em alguns campi (ver Quadro 5), observa-se que, em sua maioria, essas ações são pontuais e isoladas, demonstrando a ausência de uma articulação institucional mais ampla e integrada. Esse achado corrobora os resultados de Araújo *et al.* (2017), que, ao investigar práticas de gestão ambiental em uma universidade federal multicampi com base no modelo da A3P, constataram que a maioria dos campi realizavam práticas ambientais de forma isolada. Da mesma forma, o estudo de Lúcio *et al.* (2022), ao avaliar o nível de aderência de seis Institutos Federais da Região Sul do Brasil aos eixos da A3P, evidenciou a inexistência de padronização nos processos de gestão e controle ambiental, mesmo entre campi pertencentes ao mesmo instituto.

Por outro lado, a consulta aos Relatórios de Gestão revelou que as políticas de sustentabilidade vêm sendo gradualmente implementadas no IFSP, principalmente após ser adotada como objetivo estratégico pela PRX e com ações a serem implementadas pela então Diretoria de Extensão Tecnológica e Qualificação Profissional – DETQ/PRX, atualmente chamada de Diretoria de Cooperação e Sustentabilidade, conforme consta no Relatório de Gestão de 2022.

Dentre iniciativas dessa diretoria, destacam-se: a emissão de portaria que orientou a criação das Comissões de Sustentabilidade nos campi; a constituição do

Comitê Central de Sustentabilidade; a publicação de editais voltados ao fomento de projetos e programas institucionais com foco em sustentabilidade; além da adesão a iniciativas nacionais e internacionais, como o ranking GreenMetric, entre outras.

A publicação do Plano de Logística Sustentável (PLS) e a inclusão mais robusta da temática no novo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2024–2029) representam avanços significativos na consolidação de uma cultura organizacional voltada à sustentabilidade, promovendo a institucionalização de práticas ambientais, sociais e econômicas alinhadas aos princípios do desenvolvimento sustentável. Essa constatação corrobora o estudo de Figueiredo *et al.* (2019), que ao analisarem a adesão da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) às diretrizes propostas pela A3P, concluiu que, apesar das dificuldades enfrentadas pela instituição para implementar as recomendações do programa, a UFOPA busca desenvolver ações sustentáveis por meio de seu documento orientador, o Plano de Logística Sustentável, contribuindo de forma relevante para a preservação do meio ambiente.

Por fim, conclui-se que, embora o IFSP venha desenvolvendo políticas voltadas à sustentabilidade em nível macro, para que essas diretrizes se consolidem e se traduzam em ações efetivas no cotidiano da gestão, é fundamental o fortalecimento de estratégias de conscientização e engajamento no nível micro, ou seja, nos campi.

Como ressalta o Brasil (2024a), “a implantação da Agenda Ambiental na Administração Pública demanda comprometimento institucional, coletivo e individual”, reafirmando a importância de uma atuação articulada entre a Reitoria, os campi e todos os segmentos da comunidade acadêmica para a consolidação de uma cultura organizacional efetivamente sustentável.

5 PRODUTO TÉCNICO

A cartilha da A3P, elaborada pela coordenação do Programa A3P, tem como

objetivo auxiliar as instituições na adesão ao programa, apresentando uma metodologia de implantação que se baseia em 05 etapas, conforme o quadro 5.

O produto técnico resultante desta pesquisa corresponde ao diagnóstico realizado nos campi da instituição, apresentado no Quadro 5, como a segunda etapa de implantação do Programa. Trata-se de um levantamento de dados fundamental para a elaboração do Plano de Ação.

Quadro 5 - Etapas para a implantação da A3P

<p>PRIMEIRA ETAPA: CRIAR A COMISSÃO GESTORA DA A3P</p> <ul style="list-style-type: none"> - A Comissão ficará encarregada de sensibilizar os gestores sobre a importância da implementação do programa e deverá planejar, executar e monitorar as ações da agenda. Recomenda-se que a Comissão possua entre 5 e 10 membros, contemplando, sempre que possível, representantes de todas as áreas da instituição – medida fundamental para obtenção de apoio e participação coletiva. - Para as instituições que possuem filiais em diferentes estados ou ainda no mesmo estado, mas distantes uma das outras, podem constituir subcomissões que ficarão a cargo de implementar a A3P nas filiais.
<p>SEGUNDA ETAPA: ELABORAR DIAGNÓSTICO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Depois de formada a Comissão, é necessário que haja um levantamento de dados da situação socioambiental da instituição. Esse processo é imprescindível no direcionamento das medidas, pois essas serão adotadas de acordo com as necessidades diagnosticadas. - O diagnóstico deve ser baseado nos Eixos da A3P, isto é: uso racional dos recursos naturais e bens públicos; gestão adequada dos resíduos gerados; qualidade de vida no ambiente de trabalho; sensibilização e capacitação dos servidores; contratações sustentáveis e construções sustentáveis. - Através do diagnóstico pode-se identificar os pontos críticos; avaliar os possíveis desperdícios em relação ao consumo e os impactos ambientais gerados pela postura dos funcionários; fazer um levantamento do consumo dos recursos naturais e materiais de expediente além de mapear os gastos da instituição.
<p>TERCEIRA ETAPA: ELABORAR O PLANO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL (PGS)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tomando o diagnóstico como base, é hora de definir as atividades e projetos prioritários para a implantação da A3P na instituição. O Plano de Gestão deve conter as ações, os objetivos e as metas, bem como os recursos físicos e financeiros necessários e disponíveis. - As ações devem ser estabelecidas observando as oportunidades e os pontos críticos apontados pelo diagnóstico e devem ser descritas tendo como base os eixos temáticos da A3P. É importante fixar prazos para conferir um maior engajamento dos servidores no processo de implantação. - O PGS também deve organizar um cronograma de execução coerente, adequando as ações às metas pré-estabelecidas, além de definir os indicadores para acompanhamento e aprimoramento das atividades, sempre de acordo com a realidade institucional previamente diagnosticada. - No caso dos órgãos e entidades federais, a elaboração do Plano de Gestão Socioambiental coincide com o Plano de Logística Sustentável – PLS que pode ser usado em substituição ao Plano de Gestão Socioambiental da A3P.
<p>QUARTA ETAPA: MOBILIZAR E SENSIBILIZAR</p> <ul style="list-style-type: none"> - Para executar esta etapa, a Comissão deve desenvolver um Plano de Sensibilização que contenha as ações que serão implementadas durante o ano como campanhas, cursos, publicação de material educativo entre outros, bem como as estratégias de comunicação para os diferentes

setores como servidores e funcionários da limpeza.

- As Comissões de implantação devem direcionar as ações de sensibilização e mobilização de modo a satisfazer as necessidades primordiais da instituição com o intuito de incentivar a adoção, pelos servidores, de uma postura socioambientalmente correta. A mobilização deve ser permanente e contínua, pois a mudança de hábitos depende do envolvimento de cada indivíduo.

QUINTA ETAPA: AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO

- A Comissão deverá realizar avaliações e monitoramento do desempenho ambiental de forma periódica, com intuito de fornecer informações quanto à eficiência e eficácia do projeto. Através da avaliação e monitoramento é possível verificar o desempenho das ações; identificar falhas e pontos de melhoria e replanejar as atividades que não estão alcançando os resultados esperados.

- Definir um conjunto de indicadores que possam mensurar os avanços alcançados pelas instituições. Dessa forma, os indicadores atuam como ferramentas essenciais no processo de planejamento e monitoramento pela sua relevância na organização de um sistema de informações o que facilita a geração de novas informações, possibilitando comparações em diferentes níveis e além de possibilitar a construção de cenários para subsidiar a formulação de políticas públicas para as diferentes instâncias ligadas à gestão ambiental.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A pesquisa sobre a situação ambiental da instituição multicampi, fundamentada nas diretrizes estabelecidas nos eixos temáticos da A3P, possibilitou a identificação das ações mais bem implementadas, daquelas com resultados menos satisfatórios e, ainda, das que não foram adotadas.

Assim, o Quadro 6 – Diagnóstico dos pontos críticos, organizado por eixo da A3P, evidencia as diretrizes cuja implementação apresentou percentual negativo igual ou superior a 50% e as diretrizes regulamentadas pela legislação que não estão sendo cumpridas por 100% dos campi respondentes. O Plano de Ação Socioambiental deverá ser elaborado contemplando esses pontos críticos, de modo a propor medidas que ampliem sua adoção nos diferentes campi.

Quadro 6 - Apresentação do Diagnóstico

Diagnóstico dos pontos críticos separados por Eixo da A3P
Eixo 1 – Uso racional dos recursos naturais e bens públicos
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver ações de monitoramento/redução do consumo de papel.
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver ações de monitoramento/redução do consumo de outros materiais / recursos que possam causar impactos ambientais significativos.
Eixo 2 – Gestão adequada dos resíduos gerados
<ul style="list-style-type: none"> • A coleta seletiva em alguns campi não atende a resolução CONAMA 275, de 25 de abril de 2005 (padrão de cores para as coletas seletivas).

<ul style="list-style-type: none"> • Alguns campi não realizam a coleta seletiva solidária, separando os resíduos na fonte e encaminhando-os para as cooperativas e associações de catadores, em conformidade com o Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022.
<ul style="list-style-type: none"> • Adotar o procedimento de sistema de logística reversa, conforme Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, para que as pilhas e baterias, lâmpadas, produtos eletrônicos e seus componentes, pneus, óleos lubrificantes e agrotóxicos, bem como suas respectivas embalagens, sejam devidamente retornados aos comerciantes.
Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho
<ul style="list-style-type: none"> • Oferecimento de atividades de ginástica laboral ou atividades semelhantes aos servidores e estagiários.
<ul style="list-style-type: none"> • Instituição de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Assédio (CIPA) para os campi que não possuem?
<ul style="list-style-type: none"> • Instituição de grupo especializado e capacitado para oferecer apoio no tratamento de neuroses, incluindo questões relacionadas ao tabagismo, alcoolismo, uso de substâncias e outras condições neuropsicológicas.
<ul style="list-style-type: none"> • Oferecimento de programa de saúde ocupacional.
<ul style="list-style-type: none"> • Oferecimento de programa de orientação nutricional.
Eixo 4 – Sensibilização e Capacitação dos Servidores
<ul style="list-style-type: none"> • Ações de sensibilização da comunidade no entorno da instituição, voltadas para a conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente.
<ul style="list-style-type: none"> • Produção e divulgação, pelo IFSP, de material educativo voltado à preservação e conservação do meio ambiente.
<ul style="list-style-type: none"> • Produção e divulgação, pelos campi, de material educativo voltado à preservação e conservação do meio ambiente.
Eixo 5 – Compras Públicas Sustentáveis
<ul style="list-style-type: none"> • Aquisição de veículos, considerando-se a eficiência energética, a redução da poluição e a utilização de combustíveis alternativos.
Eixo – 6 Construções Sustentáveis
<ul style="list-style-type: none"> • Projetos de engenharia para novas edificações prevendo a implementação de sistemas de reutilização de água.
<ul style="list-style-type: none"> • Projetos de engenharia para novas edificações priorizando a utilização de iluminação natural nos ambientes.
<ul style="list-style-type: none"> • Projetos de engenharia para novas edificações priorizando a ventilação natural dos ambientes (pé-direito mais alto, ventilação cruzada, etc.).
<ul style="list-style-type: none"> • Projetos de engenharia para novas edificações prevendo o uso de materiais com mínimo impacto ambiental (ex: madeira alternativa, tijolos ecológicos).
<ul style="list-style-type: none"> • Projetos de instalação de sistemas de reuso de água nos campi em funcionamento.
<ul style="list-style-type: none"> • Projetos de instalação de sistemas de aproveitamento de água pluvial nos campi em funcionamento.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Tendo em vista que a terceira etapa para implantação da A3P - correspondente a elaboração do Plano de Gestão Socioambiental - pode ser substituído pelo Plano de Logística Sustentável da instituição, tratando-se de órgãos

e instituições federais. Considerando que o PLS do IFSP foi aprovado em julho/2024, procedeu-se a consulta ao referido Plano para verificar se as ações nele previstas contemplam os pontos críticos evidenciados no diagnóstico.

O PLS do IFSP está dividido em 07 eixos temáticos com suas ações e metas conforme quadro abaixo:

Quadro 7- Plano de Ações e Metas do PLS do IFSP

Plano de Ações e Metas por Eixo Temático
<p>1. Eixo temático Resíduos sólidos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reduzir a compra de copos plásticos em 40% no biênio; • Reduzir 15% a.a. a compra de papel para impressão;
<p>2. Eixo Temática Energia</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reduzir 15% a.a. o consumo de energia; • Investir em energias renováveis; • Reduzir o desperdício e o consumo de energia nos campi; • Investir em pesquisas que visem a economia de energia.
<p>3. Eixo Temático Água e esgoto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implantar o reuso da água das torneiras nas privadas dos banheiros; • Implantar a coleta de água de chuva para uso nos banheiros e lavagem da área comum dos campi; • Investir em sistemas de tratamento dos resíduos de laboratórios que serão direcionados ao esgoto.
<p>4. Eixo Temático Coleta seletiva</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implantar a coleta seletiva em todos os campi, buscando meios para implantá-la em pelo menos 35% dos campi no primeiro ano do PLS; • Definir meios e métodos para destinar o material patrimoniado para desfazimento para uma destinação sustentável.
<p>5. Eixo Temático Qualidade de vida e saúde no ambiente de trabalho</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover melhores condições de trabalho e qualidade de vida para os servidores, estudantes, contratados e terceirizados; • Investir em programas de qualidade de vida e tentar reduzir o número de afastamentos por saúde; • Mensurar o grau de satisfação da comunidade interna; • Mensurar a satisfação da comunidade com as ações institucionais fomentadas pelas Pró-Reitorias; • Medir a participação dos servidores em eventos de integração.
<p>6. Eixo Temático Compras e contratações sustentáveis</p> <ul style="list-style-type: none"> • Incorporar critérios de sustentabilidade nas compras e contratações institucionais; • Reduzir o impacto ambiental das compras, buscando promover a eficiência e incentivar a produção e consumo responsável; • Seguir o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, elaborada pela Câmara Nacional de Sustentabilidade (CNS).
<p>7. Eixo Temático Deslocamento de pessoal</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aprimorar o deslocamento sustentável entre os campi; • Estimular o uso de combustível renovável; • Estímulo a pesquisas em veículos movidos à energia limpa.

Fonte: Elaborado pela autora com base no PLS do IFSP..

Identificou-se que os pontos críticos apontados no Eixo 1 da A3P — “Uso racional dos recursos naturais e bens públicos” — encontram correspondência nas ações previstas nos Eixos Temáticos 1 e 3 do PLS do IFSP. De modo semelhante, os pontos críticos identificados no Eixo 2 — “Gestão adequada dos resíduos gerados” — podem ser contemplados pelas ações relacionadas ao Eixo Temático 4 do PLS. Já para os pontos críticos referentes ao Eixo 3 — “Qualidade de vida no ambiente de trabalho” — as ações pertinentes estão vinculadas ao Eixo Temático 5 do PLS.

Por outro lado, os pontos críticos identificados no Eixo 4 — “Sensibilização e capacitação dos servidores” — não encontram ações previstas em nenhum dos eixos temáticos do PLS. Quanto ao ponto crítico do Eixo 5 — “Compras públicas sustentáveis” — as ações correspondentes são previstas no Eixo Temático 7 do PLS. Já em relação aos pontos críticos referentes ao Eixo 6 — “Construções sustentáveis” — observa-se que são atendidos parcialmente pelas ações previstas nos eixos temáticos 3 e 6 do referido plano.

Embora nem todas as diretrizes identificadas em situação crítica pelo diagnóstico sejam contempladas pelas ações previstas nos sete eixos temáticos do PLS do IFSP — a exemplo do que ocorre com os Eixos 4 e 6 da A3P — reconhece-se que tal diagnóstico apresenta potencial relevância para o IFSP. Ainda que não haja adesão formal ao Programa A3P, o documento pode servir como referência estratégica para a formulação de ações mais específicas e direcionadas aos pontos críticos identificados.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa permite afirmar que os campi do IFSP, que participaram da pesquisa, implementaram parcialmente as diretrizes estabelecidas pela A3P, conforme dados coletados por meio de questionário e pela consulta aos relatórios de gestão (2019-2024), apresentando avanços em diversos eixos, mas ainda com desafios a serem enfrentados, principalmente no que se refere à consolidação e sensibilização das comissões de sustentabilidade além da adoção, nos diferentes campi da instituição, das ações e eventos de boas práticas ambientais propostas pelo Projeto de Sustentabilidade do IFSP.

Verifica-se que as políticas de sustentabilidade no IFSP são relativamente recentes, ganhando maior relevância a partir da criação da Diretoria de Cooperação e Sustentabilidade. A Reitoria tem desenvolvido políticas e ações alinhadas às diretrizes da A3P; contudo, a análise dos dados obtidos por meio do questionário revela que alguns campi não adotam integralmente essas políticas. A ampla distribuição dos campi pelo Estado dificulta o acompanhamento próximo das iniciativas locais voltadas à sustentabilidade. Nesse contexto, torna-se fundamental o papel das comissões de sustentabilidade na conscientização sobre questões ambientais em seus respectivos campi, buscando, ainda que gradualmente, promover uma mudança na cultura organizacional, por meio do incentivo de práticas sustentáveis.

Como limitações desta pesquisa, destaca-se, em primeiro lugar, a dificuldade de acesso a informações atualizadas referentes às Comissões de Sustentabilidade dos campi do IFSP, especialmente no que se refere à identificação de quais campi possuíam comissões ativas e aos respectivos contatos institucionais, necessários para o envio dos questionários. Inicialmente, a informação foi solicitada à Diretoria de Cooperação e Sustentabilidade, sem que houvesse retorno. Diante disso, optou-se por acionar a Ouvidoria do IFSP, a qual orientou o envio dos questionários por meio da plataforma Fala.br.

Em resposta ao Fala.br, foi informado que as portarias de designação das Comissões estariam disponíveis no site institucional, na página da Diretoria supracitada. Contudo, verificou-se que a referida página permanecia desatualizada

até a conclusão desta pesquisa. Ainda em resposta ao Fala.br, a instituição afirmou que os questionários haviam sido enviados às Comissões de Sustentabilidade, mas, diante do baixo número de respostas recebidas — apenas quatro campi responderam até aquele momento — optou-se por realizar contato direto com as Coordenadorias de Desenvolvimento Institucional (CDI) de cada campus, a fim de solicitar informações e contatos atualizados das respectivas comissões.

Outro entrave identificado foi o número reduzido de campi com Comissões de Sustentabilidade formalmente constituídas no período da pesquisa: apenas 17 campi possuíam comissões vigentes, das quais apenas 10 responderam ao questionário, o que restringiu significativamente a abrangência e representatividade dos resultados, podendo inclusive, introduzir vieses nas análises realizadas.

Adicionalmente, ressalta-se a dificuldade de localizar, nos sites institucionais dos campi, informações relacionadas a ações e normativas voltadas à gestão ambiental e à sustentabilidade, o que também limitou a pesquisa das ações implementadas no âmbito local de cada campus.

Os resultados da pesquisa apontam perspectivas favoráveis à formalização da adesão da instituição à A3P, uma vez que o atendimento às exigências estabelecidas pelo programa viabiliza a implementação de ações concretas e uniformes nos diferentes campi. Ademais, tal adesão contribuiria significativamente para a efetivação do PLS, aprovado em 2024, na medida em que este poderá ser adotado como principal instrumento de planejamento institucional em substituição ao Plano de Trabalho, conforme estabelecido pelo Ministério do Meio Ambiente.

Contudo, recomenda-se que, previamente à formalização da adesão institucional ao A3P, sejam promovidas ações de formação voltadas aos membros que compõem as Comissões de Sustentabilidade dos campi. A capacitação desses agentes é fundamental para que possam desempenhar um papel ativo na promoção de ações de sensibilização e conscientização junto às comunidades locais. Tal medida se justifica, sobretudo, pela baixa quantidade de Comissões de Sustentabilidade constituídas e pelo número reduzido de campi que responderam à pesquisa, o que evidencia a necessidade de fortalecimento da cultura institucional de sustentabilidade em âmbito local.

Para além da necessidade de capacitação das Comissões de

Sustentabilidade, sugere-se que se torne obrigatória a instituição dessas comissões em todos os campi, bem como a prestação de contas periódica das ações desenvolvidas, visto que aos seus membros são atribuídas duas horas semanais da jornada de trabalho para o desempenho das atividades relacionadas à comissão.

Como sugestão para investigações futuras, propõe-se a realização de estudos que analisem a efetividade do PLS institucional, bem como os avanços decorrentes de uma eventual adesão formal ao A3P, caso esta venha a ser implementada pela instituição. Tais estudos seriam especialmente relevantes diante das revisões e atualizações previstas para o Programa, que incluem a incorporação de referenciais contemporâneos, como os ODS e os critérios Ambientais, Sociais e de Governança (ESG).

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, V. F. *et al.* Agenda ambiental da administração pública: A3P como instrumento de Educação Ambiental no Instituto Federal do Amazonas. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 452-473, 2022.
- ALONSO, A.; FAVARETO, A. Do Rio ao Rio. **ComCiência**, Campinas, n. 136, 2012. Disponível em: https://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542012000200007&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 20 jun. 2025.
- AMORIM, R. C. A.; RIBEIRO, F. M. Implementação das políticas ambientais nos Institutos Federais de Ensino: um estudo sobre PGRS, A3P e PLS. **Revista Eletrônica Leopoldianum**, Santos, v. 49, n. 138, p. 25-47, set. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.58422/releo2023.e1423>. Acesso em: 8 abr. 2024.
- AQUINO, F. D. A. Agenda ambiental na administração pública: possibilidades e desafios de implementação no campus de Limoeiro do Norte do IFCE. 2021. 214 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública – PROFIAP) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, Sousa, 2021.
- ARAÚJO, S. M. **Análise das questões socioambientais na UFCG com base na agenda ambiental na administração pública – A3P**. 2018. Dissertação (Mestrado em Recursos Naturais) – Centro de Tecnologia e Recursos Naturais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2018.
- ARAÚJO, S. M. *et al.* Gestão ambiental: práticas sustentáveis nos campi de uma IFES. **Revista de Administração, Ciências Contábeis e Sustentabilidade - REUNIR**, Campina Grande, v. 7, n. 3, p. 36-50, 2017. Disponível em: https://www2.ufjf.br/danilo_sampaio/files/2016/04/Gest%c3%a3o-Ambiental-Pr%c3%a1ticas-Sustent%c3%a1veis-nos-Campi-de-uma-IFES.pdf. Acesso em: 30 maio 2024.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO 14001**: Sistemas de Gestão Ambiental – especificação e diretrizes para uso. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.
- BARBIERI, J. C. *et al.* Inovação e sustentabilidade: novos modelos e proposições. **Revista de administração de empresas**, São Paulo, v. 50, n. 2, p. 146-154, 2010.
- BENJAMIN, A. H. V. Introdução ao direito ambiental brasileiro. *In*: MACHADO, P. A.; MILARÉ, É. (org.). **Doutrinas essenciais de direito ambiental**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011. v. 1. p. 41-91

BOFF, L. **Sustentabilidade**: o que é – o que não é. Petrópolis: Vozes, 2017.

BRASIL. **Decreto nº 9.178, de 23 de outubro de 2017**. Altera o Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, que regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9178.htm Acesso em: 5 fev. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 10.340, de 6 de maio de 2020**. Dispõe sobre a alienação, a cessão, a transferência, a destinação e a disposição final ambientalmente adequadas de bens móveis no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10340.htm#art1. Acesso em: 3 fev. 2025.

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1981. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em: 5 fev. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 5 fev. 2025.

BRASIL. Ministério do Interior. **Relatório da Delegação do Brasil à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano**. Brasília, DF: Ministério do Interior, 1972, v. 1. Disponível em: https://cetesb.sp.gov.br/proclima/wp-content/uploads/sites/36/2013/12/estocolmo_72_Volume_I.pdf. Acesso em: 14 jun. 2025.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA. **10º Prêmio melhores práticas de sustentabilidade na administração pública**: Prêmio A3P – 2024. Brasília: MMA, 2024a. Disponível em: <http://a3p.mma.gov.br/wp-content/uploads/10%C2%BA-Pr%C3%AAmio-A3P-2024.pdf>. Acesso em: 1º ago. 2025.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA. **Resolução nº 275, de 25 de abril de 2001**. Estabelece o código de

cores para os diferentes tipos de resíduos na coleta seletiva. Brasília, DF: Presidência da República, 2001. Disponível em: <https://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=291>. Acesso em: 5 fev. 2025.

BRASIL. Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. **Ministério da Educação**, 2024b. Página inicial. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/areas-de-atuacao/ept/rede-federal>. Acesso em: 7 ago. 2024.

CAMELO, G. L. P.; MONTEIRO, M. O. Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) nos campi do IFRN: um olhar a partir dos gestores. *Empírica BR – Revista Brasileira de Gestão, Negócio e Tecnologia da Informação*, v. 1, n. 1, p. 26-42, 2015. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/EmpiricaBR/article/view/3338>. Acesso em: 12 abr.2024

CARNEIRO, A. V. **Agenda ambiental na administração pública (A3P): estudo aplicado na Universidade Federal de Campina Grande – UFCG - CCJS**. 2018. Dissertação (Mestrado Nacional em Administração Pública - PROFIAP) – Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, Universidade Federal da Paraíba, Sousa, 2018.

CERQUEIRA, F.; FACCHINA, M. **Agenda 21 e os objetivos de desenvolvimento do milênio: as oportunidades para o nível local**. Brasília: MMA, 2005. 10 p., (Caderno de debate Agenda 21 e sustentabilidade, n. 7).

CEZAR, F. V. **Agenda ambiental da administração pública e objetivos do desenvolvimento sustentável: alinhamento para uma agenda aprimorada**. 2023. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Faculdade de Administração Pública, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2023.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA DA 7ª REGIÃO PARANÁ - CRBio-07. *Uma só Terra: Conferência de Estocolmo completa 50 anos*. **CRBio-07**, 5 jun. 2022. Disponível em: <https://crbio07.gov.br/noticias/uma-so-terra-conferencia-de-estocolmo-completa-50-anos/>. Acesso em: 5 jun. 2025.

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. *Métodos de pesquisa em administração*. 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2016.

DELLAGNEZZE, R. 50 anos da Conferência de Estocolmo (1972-2022) realizada pelas Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [s. l.], p. 12–146, 2022. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/6769>. Acesso em: 14 jun. 2025.

DIAS, A. L. **Gestão ambiental na UFBA sob a perspectiva dos eixos temáticos da A3P**. 2014. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

DIAS, G. F.; SALGADO, S. **Educação ambiental, princípios e práticas**. São Paulo: Editora Gaia, 2023.

DISTERHEFT, A. *et al.* Universidades sustentáveis – um estudo de fatores críticos de sucesso para abordagens participativas. **Journal of Cleaner Production**, [s. l.], v. 106, p. 11-21, nov. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2014.01.030>. Acesso em: 22 jun. 2024.

FEIL, A. A. *et al.* Meta-análise das publicações científicas do IES brasileiras com Sistema de Gestão Ambiental. **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, Florianópolis, v. 1, p. 214-235, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1983-4535.2015v8n1p214>. Acesso em: 5 jun. 2024.

FIGUEIREDO, Gabriel *et al.* Sistema de gestão ambiental na administração pública: estudo em uma universidade federal do interior da Amazônia. **Enciclopédia Biosfera**, Goiânia, v. 16, n. 29, p. 1396-1407, jun. 2019. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://www.conhecer.org.br/enciclop/2019a/agrar/sistema.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2024.

FLEURY, M. T. L.; WERLANG, S. Pesquisa aplicada: reflexões sobre conceitos e abordagens metodológicas. In: FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. *Anuário de Pesquisa* – GV. Rio de Janeiro: FGV, 2017. p. 10-15. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/apgvpesquisa/article/download/72796/69984/150874>. Acesso em: 15 out. 2024.

GARCIA, D. S. S.; GARCIA, H. S. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e as novas perspectivas do desenvolvimento sustentável pela Organização das Nações Unidas. **Revista da Faculdade de Direito da UFRGS**, Porto Alegre, v. 7, n. 35, p. 170-192, 2016.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUIMARÃES, R.; FONTOURA, Y. Desenvolvimento sustentável na Rio+ 20: discursos, avanços, retrocessos e novas perspectivas. **Cadernos Ebape**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 508-532, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1679-39512012000300004>. Acesso: 20 jun.2025

GUIMARÃES, R. P.; FONTOURA, Y. S. R. Rio+ 20 ou Rio-20?: crônica de um fracasso anunciado. **Ambiente & Sociedade - ANPPAS**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 19-39, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2012000300003>. Acesso em: 20 jun. 2025.

GUTIERRES, H. E. P. *et al.* A implementação de ações sustentáveis baseadas na Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P): uma experiência extensionista no ambiente universitário. **Revista Brasileira de Geografia Física**, Recife, v. 12, n. 5, p. 1913-1933, jun. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.26848/rbgf.v12.5.p1913-1933>. Acesso em: 6 maio 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO - IFSP. Institucional. **IFSP**, 21 out. 2013. Disponível em: <https://www.ifsp.edu.br/component/content/article/123-assuntos/reitoria/reitoria-botao/7-institucional>. Acesso em: 7 ago. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO - IFSP. **Plano de Desenvolvimento Institucional: 2019–2024**. São Paulo: IFSP, 2019. Disponível em: https://www.ifsp.edu.br/images/pdf/PDI1923/PDI-2019-2023_Aprovado-CONSUP-12.03.2019-valendo.pdf. Acesso em: 26 jun. 2025.

JAPIASSÚ, C. E.; GUERRA, I. F. 30 anos do relatório Brundtland: nosso futuro comum e o desenvolvimento sustentável como diretriz constitucional brasileira / 30 years of the Brundtland report: our common future and sustainable development as a brazilian constitutional directive. *Revista de Direito da Cidade*, [S. l.], v. 9, n. 4, p.

1884–1901, 2017. DOI: 10.12957/rdc.2017.30287. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/rdc/article/view/30287>. Acesso em: 13 fev. 2025.

JEFFRIES, M. J. **Biodiversity and Conservation**. London, New York: Routledge, 1997.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. Disponível em: http://www.adm.ufrpe.br/sites/ww4.deinfo.ufrpe.br/files/Fundamentos_de_Metodologia_Cienti%CC%81fica.pdf. Acesso em: 14 maio 2024.

KRUGER, S. D. *et al.* Gestão ambiental em instituição de ensino superior: uma análise da aderência de uma instituição de ensino superior comunitária aos objetivos da agenda ambiental na administração pública (A3P). **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, Florianópolis, v. 4, n. 3, p. 44-62, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1983-4535.2011v4n3p44>. Acesso em: 20 maio 2024.

LAGO, A. A. C. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo: o Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas**. Brasília: Thesaurus Editora, 2007.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LANZARIN, J. *et al.* Agenda ambiental da administração pública em instituições federais de ensino superior. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 4, n. 3,

p. 1020-1044, 2018.

LEITE, F. S. **Agenda ambiental na administração pública: uma análise da adesão da UFS às diretrizes propostas pela A3P**. 2021. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021.

LIMA, R. A.; FREITAS, T. C. Desenvolvimento sustentável versus crescimento econômico: uma análise acerca da concretização dos objetivos da Agenda 2030 da ONU no Brasil. *In*: VEIGA, F. S.; LEITÃO, A. S.; LIMA, R. A.; SALEH, P. (coord.). **Estudos do Direito, desenvolvimento e acesso à justiça**. Porto-Fortaleza: Instituto Iberoamericano de Estudos Jurídicos, 2023. p. 715-728.

LUCIO, M. A. *et al.* Aderência dos Institutos Federais de Educação à Agenda Ambiental na Administração Pública. **ABCustos**, São Leopoldo, v. 17, n. 3, p. 240-265, 2022. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=Ader%C3%AAncia+dos+Institutos+Federais+de+Educa%C3%A7%C3%A3o+%C3%A0+Agenda++Ambiental+na+Administra%C3%A7%C3%A3o+P%C3%BAblica&btnG=. Acesso em: 20 abr. 2024.

LUIZ, L. C. *et al.* Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e práticas de sustentabilidade: estudo aplicado em um instituto federal de educação, ciência e tecnologia. **Administração Pública e Gestão Social - APGS**, Viçosa, v. 5, n. 2, p. 54-62, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/4423>. Acesso em: 3 jun. 2024.

MANDU, M. J. S. *et al.* Aplicação de diretrizes da Agenda Ambiental na Administração Pública: estudo de caso na Universidade Federal Rural de Pernambuco – Unidade Acadêmica de Serra Talhada. *In*: ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE – ENGEMA, 19., 2018, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: [Instituição organizadora], 2018.p.6-18. Disponível em: https://engemausp.submissao.com.br/19/anais/resumo.php?cod_trabalho=432. Acesso em: 05 mar.2024.

MARTINS, L. A. C. P.; BRANDO, F. R. O meio ambiente em discussão: as conferências de Estocolmo e Rio 1992. **Cadernos de História da Ciência**, São Paulo, v. 17, 2023. DOI: 10.47692/cadhistcienc.2023.v17.38309. Disponível em: <https://periodicos.saude.sp.gov.br/cadernos/article/view/38309>. Acesso em: 14 jun. 2025.

MENDONÇA, B. A. **Diagnóstico para implantação de um sistema de gestão ambiental em uma instituição federal de ensino**. 2015. Dissertação (Mestrado em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

MIGUEL, P. A. C. *et al.* Metodologia de pesquisa em engenharia de produção e

gestão de operações. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

OLIVEIRA, A. S. B. Agenda ambiental na administração pública (A3P): evolução das adesões à agenda. **Seminário de Ciências Sociais Aplicadas**, Criciúma, v. 6, n. 6, 2018. Disponível em:

<https://www.periodicos.unesc.net/ojs/index.php/seminariocsa/article/view/4691>. Acesso em: 20 maio 2024.

OLIVEIRA, L. M. S. Gestão socioambiental: adesão à Agenda Ambiental da Administração Pública em instituições de ensino superior. 2019.150f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração e Controladoria) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade, Secretariado Executivo e Finanças, Fortaleza, 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Disponível em:

<https://brasil.un.org/pt-br/91223-onu-e-o-meio-ambiente>. Acesso em: 18 maio 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **News on Millennium**

Development Goals. Disponível em: <https://www.un.org/millenniumgoals/>. Acesso em: 25 jul.2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Relatório dos Objetivos de**

Desenvolvimento Sustentável 2025. Nova York, ONU, 2025. Disponível em:

https://unstats.un.org/sdgs/report/2025/?_gl=1*xbydu3*_ga*MjgwNjgzNDA5LjE3NTQ2NTg2NjM.*_ga_TK9BQL5X7Z*czE3NTQ2NzQzNTIkbzlkZzEkdDE3NTQ2NzQ1OD EkajYwJGwwJGgw. Acesso em: 25 jul.2025.

PACHECO, I. B. G.; SILVA, R. M. P. Agenda Ambiental na Administração Pública: aplicação e contribuições socioambientais em universidades federais. **Revista de psicologia**, Salvador, v. 15, n. 57, p. 297-317, 2021. Disponível em:

<https://doi.org/10.14295/online.v15i57.3209>. Acesso em: 17 maio 2024.

ROCHA, S. M.; ROCHA, R. R. C.; BIAZOTTO, P. D.; LEITE, A. H. O.

Sustentabilidade na administração pública. **Revista ESMAT**, Palmas, v. 8, n. 11, p. 105-120, 2017. DOI: 10.34060/reemat.v8i11.125. Disponível em:

http://esmat.tjto.jus.br/publicacoes/index.php/revista_esmat/article/view/125. Acesso em: 27 maio 2024.

ROCHA, S. M.; ROCHA, R. R. C.; BIAZOTTO, P. D.; LEITE, A. H. O.

Sustentabilidade na administração pública. **Revista ESMAT**, Palmas, v. 8, n. 11, p. 105-120, 2017. DOI: 10.34060/reemat.v8i11.125. Disponível em:

http://esmat.tjto.jus.br/publicacoes/index.php/revista_esmat/article/view/125. Acesso em: 27 maio 2024.

ROMA, J. C. Os objetivos de desenvolvimento do milênio e sua transição para os objetivos de desenvolvimento sustentável. **Ciência e cultura**, São Paulo, v. 71, n. 1, p. 33-39, 2019. Disponível em:

<http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602019000100011>. Acesso em: 15 maio 2025.

SANTOS, D. D.; FRUTUOSO, M. N. M. A. Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P): um caminho para sustentabilidade ambiental do poder público. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO AMBIENTAL, 11. 2020, Vitória. Anais [...]. Vitória: IBEAS – Instituto Brasileiro de Estudos Ambientais, 2020.p.1- 4. Disponível em: <https://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2020/XI-036.pdf>. Acesso em: 02 mar.2024

SEQUINEL, M. C. M. Cúpula mundial sobre desenvolvimento sustentável-Joanesburgo: entre o sonho e o possível. **Análise conjuntural**, Curitiba, v. 24, n. 11-12, p. 12-15, 2002.

SERAFINI, P. G. *et al.* Avanços e desafios da sustentabilidade ambiental na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. **Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, João Pessoa, v. 8, n. 20, p. 1349-1370, 2021. Disponível em: <https://revista.ecogestaobrasil.net/v8n20/v08n20a06.pdf>. Acesso em: 15 maio 2024.

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez Editora, 2017.

SHARP, L. **Green Campuses**: The road from little victories to systemic transformation. Boston (USA): Harvard University, 2002.

SILVA, C. J. R. (org.). **Institutos Federais lei 11.892, de 29/11/2008**: comentários e reflexões. Natal: IFRN, 2009. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/1071/Institutos%20Federais%20Comentarios%20e%20Reflexoes%20-%20Ebook.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2024.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005. Disponível em: https://scholar.google.com.br/citations?view_op=view_citation&hl=pt-BR&user=UAKI_vEAAAJ&citation_for_view=UAKI_vEAAAJ:_Qo2XoVZTnwC. Acesso em: 18 maio 2024.

SILVA, G. S. **Indicadores de sustentabilidade de instituições de ensino superior**: uma análise do câmpus de Araguaína da Universidade Federal do Tocantins (UFT). 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2018.

SILVA, L. M. B.; SILVA, J. P.; BORGES, M. A. L. Do global ao contexto nacional: evolução da política ambiental brasileira. **Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, João Pessoa, v. 6, n. 14, p. 593-608, 2019. Disponível em: <http://revista.ecogestaobrasil.net/v6n14/v06n14a01.html>. Acesso em: 20 mar.2024.

TAUCHEN, J.; BRANDLI, L. L. A gestão ambiental em instituições de ensino superior: modelo para implantação em campus universitário. **Revista Gestão & Produção**, São Carlos, v. 13, n. 3, p. 503-515, 2006. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/S0104-530X2006000300012>. Acesso em: 3 fev. 2025.

VASCONCELLOS, G. S. **Sustentabilidade socioambiental no gerenciamento dos campi da Universidade Federal do Ceará**. 2015. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

VIEGAS, S. F. S. S. *et al.* Agenda Ambiental na Administração Pública A3P: estudo da adesão e ação em uma universidade pública. **Revista Amazônia, Organizações e Sustentabilidade - AOS**, Belém, v. 4, n. 2, p. 7-28. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream>. Acesso em: 3 fev. 2025.

VIEIRA, I. L.; SILVA, E. R. Revisão narrativa sobre práticas de gestão ambiental nas instituições públicas de ensino superior brasileiras. **Revista Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, v. 16, n. 42, p. 75-93, 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/9256>. Acesso em: 14 maio 2024.

ZANELLA, L. C. H. *et al.* **Metodologia da pesquisa**. Florianópolis: SEAD/UFSC, 2011.

ZEITOUNE, B. *et al.* Práticas sustentáveis: adoção de cultura institucional em IES. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 13, n. 1, p. 150-168, 2019. Disponível em: https://scholar.google.com/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=zeitoune+et+al%2C+sustentabilidade&btnG=. Acesso em: 04 mar.2024.